



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

MIRIENE MANZOLI ROGGE

**IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE) NAS PRÁTICAS
ORGANIZATIVAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA
VELHA/ES**

**VITÓRIA
2022**

MIRIENE MANZOLI ROGGE

**IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE) NAS PRÁTICAS
ORGANIZATIVAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA
VELHA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira

VITÓRIA
2022

MIRIENE MANZOLI ROGGE

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE) NAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por EDUARDO AUGUSTO MOSCON OLIVEIRA - SIAPE 1787436 Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE Em 21/07/2022 às 10:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/520250?tipoArquivo=O>

Prof. Dr. Eduardo A. Moscon Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por ALEXANDRO BRAGA VIEIRA - MATRÍCULA 2094211 Coordenador - Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Em 21/07/2022 às 14:24

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/520514?tipoArquivo=O>

Prof. Dr. Alexandre Braga Vieira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno



Documento assinado digitalmente

RODRIGO DA SILVA PEREIRA
Data: 22/07/2022 17:25:08-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Pereira
Faculdade de Educação – FAGED/UFBA
Universidade Federal da Bahia
Membro Externo

Alexandra Dos Santos Oliveira
alexandrado@id.uff.br:03177811709-031007

Assinado de forma digital por
Alexandra Dos Santos Oliveira
alexandrados@id.uff.br:03177811709
Dados: 2022.07.22 21:21:22-031007

Prof. Dr. Alexandra dos Santos Oliveira
Universidade Federal Fluminense
Membro Externo



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por RAISA MARIA DE ARRUDA MARTINS - SIAPE 2887874 Departamento de Medicina Veterinária - DMV/CCA Em 24/07/2022 às 09:34

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/521761?tipoArquivo=O>

Profª. Drª. Raisia Maria de Arruda Martins
Universidade Federal do Espírito Santo – Unidade Alegre
Membro Externo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M296i Manzoli Rogge, Miriene, 1976-
Implementação do Sistema de Gestão Escolar (SGE) nas práticas organizativas das escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES / Miriene Manzoli Rogge. - 2022.
184 f. : il.

Orientador: Eduardo A. Moscon Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

I. Educação. I. Moscon Oliveira, Eduardo A.. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

Dedico este trabalho aos meus pais, Jose Otacílio Manzoli e Marlene Dondoni Manzoli que, em meio a tanta dificuldade, se doaram em forma de trabalho para me proporcionar uma educação para a vida; a Leidivandro Rogge, meu esposo, meu amor, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me; e aos nossos filhos, Jose Frederico e João Antônio, por suportar as minhas ausências e por estarem sempre ao meu lado; a todos que amam e lutam por uma educação pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Obrigada meu **Deus**, por me agraciar com o dom da vida e permitir ultrapassar os obstáculos do percurso para concluir esse mestrado e me apresentar pessoas inspiradoras que colaboraram na realização desse trabalho.

Ao meu **esposo**, por ter sido muito mais que um parceiro, por suas palavras de incentivo e por toda paciência e dedicação comigo.

Aos meus filhos, **Jose e Antônio**, que por muitas vezes, enquanto eu escrevia, se aproximavam de ponta de pé para desejar um boa noite, bons estudos e dizer **EU TE AMO** com um beijo doce capaz de arrancar todo esgotamento após um dia inteiro de trabalho e trazer inspiração para escrever.

Aos meus **pais**, que me incentivaram e se sentiram orgulhosos por essa conquista.

Ao meu orientador, Professor Dr. **Eduardo A. Moscon Oliveira**, pelo acolhimento ímpar, por sua orientação competente, por toda confiança depositada e disponibilidade em todos os momentos dessa pesquisa, cujos ensinamentos contribuíram e contribuem para minha trajetória de vida.

Ao **Programa de Mestrado Profissional em Educação**, em especial ao coordenador **Alex Braga** e toda a equipe de professores e funcionários que sempre estiveram dispostos a me ouvir e me ajudar sempre que necessário.

Aos professores doutores **Alexandro Braga Vieira, Raisal Maria de Arruda Martins** e **Rodrigo da Silva Pereira**, que aceitaram fazer parte da banca de qualificação e com paciência, delicadeza e muita propriedade contribuíram com sugestões relevantes para aperfeiçoar esta pesquisa e por acreditarem que é possível uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos.

À Prefeitura Municipal de Vila Velha, por permitir a realização da pesquisa, em especial à subsecretária de educação, **Jocilene Gadioli**.

Aos **diretores, coordenadores, pedagogos, professores e técnicos** que dispenderam seu tempo para responder ao questionário e entrevista para a realização do trabalho e colaboraram com o estudo. Sem vocês a pesquisa não teria acontecido.

À minha amiga, **Viviane Comarela**, que nunca disse não a um pedido de socorro, independentemente do horário, mesmo sendo as 2hs da madrugada.

Às minhas amigas **Alessandra, Aline, Francisca, Levany, Lindaura, Lizandra e Mônica**, que embarcaram comigo nessa jornada, me incentivaram, ajudaram e encorajaram em vários momentos.

À **Aline**, que com competência reescreveu o resumo dessa pesquisa para o Inglês.

Aos **amigos e colegas** da turma “Carolina de Jesus”, que só se conheceram presencialmente na aula de despedida devido à pandemia do Covid-19, mas que ninguém soltou a mão de ninguém, mesmo que distante fisicamente.

Ao professor **Roberto Beling**, grande incentivador das pesquisas acadêmicas.

Aos **colegas de trabalho** da UMEF “Paulo Mares Guia”, que me acolheram e revigoravam minhas forças a cada dia com o incentivo **JÁ DEU CERTO!**

Ao Dr. **Jose Alcino de Azevedo**, que sempre me incentivou, encorajou e acreditou no meu potencial. Agradeço por tudo o que fez pela minha vida, pois se não fosse por Deus e por ele hoje eu não estaria aqui.

Por fim, a **todos** que torceram por mim, para a conclusão desse mestrado e que direta ou indiretamente se tornaram coadjuvantes na realização desse sonho.

GRATIDÃO!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o processo de implementação do Sistema de Gestão Escolar (SGE) na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e analisar a avaliação dos profissionais das unidades de ensino acerca da referida política na realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas. O SGE foi idealizado e desenvolvido na esfera pública municipal, de forma democrática, com a participação da comunidade escolar com um olhar pedagógico e administrativo que pudessem atender às demandas e necessidades do município. Isso sem a participação, contratação ou compra de serviço ou consultoria privada. Compreende o SGE como um sistema de computador que possibilita a integração dos dados e dispõe as informações em um único ambiente, tornando-as mais acessíveis à comunidade escolar. A pesquisa é desenvolvida em cinco unidades de Ensino Fundamental do Sistema de Ensino de Vila Velha/ES, uma de cada região administrativa do município, e adota como participantes técnicos da secretaria municipal de educação, programadora do sistema, gestores, pedagogos, coordenadores, professores. Busca interlocuções teóricas com o conceito de administração e de gestão escolar em Paro, Sander e Libâneo, além das discussões sobre as tecnologias, a internet e suas inserções no campo da educação em Castells e Lévy. Metodologicamente, baseia-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, do estudo de caso e adota como procedimentos: a) solicitação aos órgãos competentes para a realização da pesquisa; b) consulta documental; c) realização de entrevistas; d) aplicação de questionários. A partir das entrevistas e questionários, organizamos as respostas por eixos: a) importância atribuída à utilização de novas tecnologias na educação; b) facilitação ou não do SGE na execução do trabalho escolar; c) otimização do tempo; d) disponibilidade de internet para utilização do sistema; e) computadores nas escolas; f) pauta física e pauta eletrônica. Como resultados, percebe-se que a implementação da política do SGE se inicia na rede municipal de Vitória/ES e se expande para o sistema municipal de educação de Vila Velha/ES por meio de uma parceria. Além disso, o SGE trouxe maior dinamicidade e transparência para as práticas organizativas das escolas e da rede de ensino de Vila Velha/ES, demandando ainda investimentos na formação dos professores e disponibilidade de

recursos tecnológicos e internet para melhor utilização do sistema no trabalho administrativo e pedagógico das escolas.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Sistema de Gestão Escolar. Práticas Organizativas Escolares. Educação Básica.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the implementation process of the School Management System in the municipal education network of Vila Velha/ES and to analyze the critical evaluation of professionals from the teaching units about the aforementioned policy in carrying out the pedagogical administrative work of schools. SGE computer program idealizes and develops in the municipal public sphere, in a democratic way, with the presence of school community with a pedagogical and administrative look that could meet the demands and needs of the municipality. This happens without the participation, contracting or purchase of a service or private consultancy. It understands SGE as a computer program that enables data integration and it provides information in a single environment, making it more accessible to the school community. It develops research in five elementary education units of Vila Velha/ES Education System, each one administrative region of the municipality and it adopts as technical the participants from the municipal education department like system programmers, managers, pedagogues, coordinators and teachers. It seeks theoretical dialogues with the concept of administration and school management in Paro, Libâneo, Sander, Chiavenato in addition to discussions on technologies; the internet and its insertions the educational field in authors like Castells and Lévy. Methodologically, it focuses on the assumptions of qualitative research, of the case study and it adopts the following procedures: i) requesting the competent bodies to carry out the research; ii) document consulting; iii) conducting interviews; iv) quiz application. As a result, it has seen that SGE implementation policy begins in the municipal network of Vitoria/ES and it expands to the municipal education Vila Velha's system through a partnership. Besides, SGE brought greater dynamism and transparency to the organizational practices of schools and the teaching network in Vila Velha/ES and it demands investments in teacher training and availability of technological resources and internet for better use of the tool in the administrative and pedagogical work of schools.

Keywords: School Management System. School Organization Practices. Technology. Basic Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - 1 Tecnologia, Práticas Organizativas e Sistema de Gestão Escolar.....	34
Quadro 2 - 2 Tecnologia e Transparência.....	40
Quadro 3 - Tecnologia e Gestão Escolar	48
Quadro 4 - Documentos utilizados na análise para produção dos dados.	80
Quadro 5 - Síntese das questões de múltipla escolha trazidas no questionário	83
Quadro 6 - Caracterização das escolas que compõem a pesquisa	85
Quadro 7 - Profissionais envolvidos diretamente com o projeto matriz do SGE	86
Quadro 8 - Participantes que responderam ao questionário no Município de Vila Velha/ES	86
Quadro 9 - Regiões administrativas do município de Vila Velha, conforme Lei Municipal N.º 4.707/2008	91
Quadro 10 - Informações sobre a cidade de Vila Velha	93
Quadro 11 - Evolução de Matrícula na rede municipal de ensino.	107
Quadro 12 - Quantitativo de escolas municipais por localidade administrativa e etapa de ensino de Vila Velha – 2022.....	112

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Convento da Penha	98
Fotografia 2 - Convento da Penha, vista panorâmica	99
Fotografia 3 - Praia da Costa	100
Fotografia 4 - Praia do Barrão	100
Fotografia 5 - Casaca	101
Fotografia 6 - Fábrica de Chocolates Garoto	102
Fotografia 7 - Moqueca capixaba Vila Velha/ES	103
Fotografia 8 - Torta Capixaba.....	103
Fotografia 9 - Reunião com a equipe da SEMED/VV	124
Fotografia 10 - Visita à UMEI “Michelangelo”, para auxiliar a inserção dos dados no sistema	125
Fotografia 11 - Visita à UMEF “Anita Malfatti”, para auxiliar a inserção dos dados no sistema	125
Fotografia 12 - para auxiliares de secretaria	126
Fotografia 13 - Treinamento para professores	127
Fotografia 14 - Treinamento para professores	127
Fotografia 15 - Treinamento para pedagogos	128
Fotografia 16 - Treinamento para pedagogos	128
Fotografia 17 - Treinamento para técnicos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED	129
Fotografia 18 - Treinamento para os diretores escolares.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento populacional do Município de Vila Velha	94
Gráfico 2 - Distribuição por gênero.....	145
Gráfico 3 - Turnos de atuação.....	145
Gráfico 4 - Atuação na educação.....	146
Gráfico 5 - Habilitação acadêmica.....	147
Gráfico 6 - Importância de novas tecnologias na educação.....	148
Gráfico 7 - Facilidade na utilização do SGE na execução do trabalho escolar	150
Gráfico 8 - Otimização do tempo.....	152
Gráfico 9 - Disponibilidade dos recursos da internet para a utilização do SGE	154
Gráfico 10 – Quantidade de computadores disponibilizados para a utilização do SGE	156
Gráfico 11 - Preferência pela pauta manual.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de habitantes por região administrativa/localidade de Vila Velha – 2010 e 2017	97
Tabela 2 - Divisão das Unidades Municipais de Ensino Infantil por Região	109
Tabela 3 - Divisão das Unidades Municipais de Ensino Fundamental por Região..	110
Tabela 4 - IDEB 4ª série/5º ano.....	112
Tabela 5 - IDEB 8ª série/9º ano.....	112
Tabela 6 - Mapa de Enturmação do ano de 2016	114
Tabela 7 - Mapa de Caracterização Escolar do ano de 2022	114
Tabela 8 - Indicadores gerais de educação de Vila Velha, da RMGV, do Espírito Santo e do Brasil – 2010	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Algumas funcionalidades do Sistema de Gestão Escolar	27
Figura 2 - Fases da Pesquisa.....	79
Figura 3 - Mapa Político do Estado do Espírito Santo	95
Figura 4 - Mapa Político do Município de Vila Velha/ES	96
Figura 5 - Estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – SEMED no ano de 2016.....	106
Figura 6 - Tela de acesso ao Sistema de Gestão Escolar	131
Figura 7 - Tela de acesso ao Sistema de Gestão Escolar	131
Figura 8 - Caracterização da Unidade Escolar – Procedência dos alunos.....	132
Figura 9 - Número de estudantes por série/ano, sexo e raça/cor.....	133
Figura 10 - Número de estudantes por deficiência.....	134
Figura 11 - Cadastro para solicitação de vagas	135
Figura 12 - consultar classificação na lista de solicitação de vagas.....	135
Figura 13 - Consultar pedidos de transferência de aluno.....	136
Figura 14 - Consultar classificação e garantia de vaga na lista de solicitação	137
Figura 15 - Histórico de matrícula dos alunos na rede municipal de ensino	138
Figura 16 - Registro de faltas por trimestre	138
Figura 17 - Alunos transferidos	139
Figura 18 - Registro de conteúdos e tarefas por data	139
Figura 19 - Registro de acompanhamento e atendimento por aluno.....	140
Figura 20 - Percentual médio de aproveitamento da turma por trimestre	140
Figura 21 - Relatório de resultado final por turma	141
Figura 22 - Ata de resultado final por turma	141
Figura 23 - Relatório de gerenciais	142

LISTA DE SIGLAS

SGE - Sistema de Gestão Escolar

NTM/VV - Núcleo de Tecnologia Municipal

PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

ES - Espírito Santo

MEC - Ministério da Educação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

AM - Amazonas

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PME - Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

VV - Vila Velha

EJA - Educação de Jovens e Adultos

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

UMEF - Unidade Municipal de Ensino Fundamental

SEME - Secretaria Municipal de Educação

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

PIB - Produto Interno Bruto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Base

INEP - Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

CME - Conselho Municipal de Educação

GTE - Gerência de Tecnologia Educacional

CMEVV - Conselho Municipal de Educação de Vila Velha

NTEM - Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 MEMÓRIAS E MEMÓRIAS: A TRAJETÓRIA ACADÊMICO-PROFISSIONAL DA PESQUISADORA	20
1.2 DA CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	25
2 DIALOGANDO COM OUTRAS PESQUISAS.....	31
2.1 TECNOLOGIA, PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS E SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR.....	33
2.2 TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA.....	40
2.3 TECNOLOGIA E GESTÃO ESCOLAR	47
3 GESTÃO EDUCACIONAL NA ERA DA INFORMAÇÃO	56
3.1 GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E AS ATIVIDADES HUMANAS	57
3.2 TECNOLOGIA: O TECIDO DE NOSSAS VIDAS.....	68
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS: PELAS VIAS DA PESQUISA	75
4.1 A PESQUISA QUALITATIVA E O ESTUDO DE CASO	77
4.2 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS	79
4.3 CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	83
4.4 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	85
4.5 OS INSTRUMENTOS DE REGISTROS	87
4.6 PERÍODO DE COLETA DE DADOS.....	87
4.7 ORGANIZAÇÃO, CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	88
5 O DIÁLOGO COM OS DADOS DO ESTUDO: O SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE)	89
5.1 O MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA, DADOS DEMOGRÁFICOS, CULTURA E ECONOMIA.....	91
5.2 A ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES	104

5.3 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES.....	117
5.3.1 Funções e ferramentas do SGE.....	130
5.4 A AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE O SGE	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	169
APÊNDICES	176

1 INTRODUÇÃO

Como Nossos Pais
Elis Regina

Não quero lhe falar, meu grande amor
De coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo

Viver é melhor que sonhar
E eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida de qualquer pessoa

Por isso cuidado, meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós
Que somos jovens

Para abraçar seu irmão
E beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço
O seu lábio e a sua voz

Você me pergunta pela minha paixão
Digo que estou encantada com uma nova invenção
Eu vou ficar nesta cidade, não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento cheiro de nova estação
Eu sinto tudo na ferida viva do meu coração

Já faz tempo, eu vi você na rua
Cabelo ao vento, gente jovem reunida
Na parede da memória
Essa lembrança é o quadro que dói mais

Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos

Como os nossos pais
Nossos ídolos ainda são os mesmos
E as aparências não enganam, não
Você diz que depois deles

Não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer que eu tô por fora
Ou então que eu tô inventando
Mas é você que ama o passado e que não vê

É você que ama o passado e que não vê
Que o novo sempre vem
Hoje eu sei que quem me deu a ideia
De uma nova consciência e juventude

*Está em casa guardado por Deus
Contando o vil metal
Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo, tudo, tudo, tudo o que fizemos*

*Nós ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais*

Na música de Elis Regina, “**Nossos Pais**”, percebemos o encantamento que “**uma nova invenção**” pode nos proporcionar. A sociedade atual demanda, de modo geral, mudanças que sejam capazes de atualizar ambientes. No âmbito educacional, os profissionais e estudantes buscam por uma escola que utilize os meios digitais e novas abordagens para auxiliar ou ressignificar os processos de ensino-aprendizagem.

As descobertas podem sofisticar os processos e as práticas organizativas escolares quando aliadas às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. O “**novo sempre vem**”, portanto, essa pesquisa adota a reflexão crítica sobre o Sistema de Gestão Escolar (SGE) – um sistema informatizado, em rede, que visa otimizar a organização do trabalho pedagógico e administrativo das unidades escolares, por meio da utilização de computadores e internet, além de buscar criar métodos de acompanhamento dessas ações pela Secretaria Municipal de Educação – como temática de investigação.

Para tanto, pretende compreender a implementação do referido sistema na rede municipal de ensino de Vila Velha por meio dos seguintes procedimentos: a) consulta a documentos; b) rede de escuta, envolvendo três grupos de profissionais, quais sejam, os da rede municipal de ensino de Vitória/ES, por ser pioneira na criação da política pública; os do sistema municipal de educação de Vila Velha que estiveram mais envolvidos com a implementação do projeto e profissionais das unidades de ensino que utilizam o Sistema de Gestão Escolar, além de tentar compreender se “**ainda somos os mesmos**”.

Assim, para apresentação deste estudo de Mestrado Profissional em Educação, organizamos a introdução em dois momentos correlacionados: a) a trajetória acadêmico-profissional da pesquisadora; b) o histórico do processo de informatização

do sistema de ensino de Vila Velha/ES. Esses momentos colaboraram na constituição da problemática de pesquisa, dos objetivos delineados e da metodologia que conduzem a investigação.

1.1 MEMÓRIAS E MEMÓRIAS: A TRAJETÓRIA ACADÊMICO-PROFISSIONAL DA PESQUISADORA

Com formação inicial em Geografia e Pedagogia, ingressei na carreira docente como professora efetiva da primeira área de conhecimento citada, precisamente, na Rede Municipal de Ensino de Vila Velha/ES, há 18 anos. No decurso desses anos, várias foram as mudanças ocorridas na educação, e, muitas dúvidas, buscas, descobertas e indignações fizeram parte dos cotidianos em que exerci minhas atividades profissionais.

Nesses 17 anos de magistério, pude perceber o quanto são requisitadas mudanças na Educação, tanto nas atividades pedagógicas, administrativas, financeiras e relacionais, situação que nos faz recordar Luiz Vaz de Camões (1595), em seu popular Soneto “092”, quando diz: “[...] mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades” (CAMÕES, 1595 – soneto 092).

Inspirada no autor, regresso no tempo e recorro à minha trajetória. Durante esses anos dedicados à docência, atuei em várias escolas e pude vivenciar diversas mudanças na Educação. Convivi com perspectivas de gestão, desde aquelas que centralizavam as práticas organizativas das escolas nos diretores escolares até aquelas que primavam pela participação da comunidade na vida da escola a partir dos pressupostos da gestão democrática. Deparei-me com a gestão das escolas sendo exercida por profissionais indicados pelo poder executivo; em outros momentos por profissionais efetivos da rede inscrevendo-se em processos seletivos para a ocupação do cargo de diretor escolar; bem como participei da mobilização do magistério municipal para que a ocupação de tal função perpassasse pela consulta pública à comunidade escolar.

Rememorar essa história me faz concordar com Vitor Paro (1998, p. 46) quando afirma:

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.

Além das lutas em função de mudanças no campo da gestão das escolas, outras lutas por mudanças atravessam minha memória, pois, constantemente, requeremos mudanças nos campos curriculares, nas didáticas, nas relações interpessoais, nas práticas de ensino-aprendizagem, nos processos de avaliação da aprendizagem, dentre outras, tendo como horizonte a constituição das escolas como espaços-tempos inclusivos.

Quando penso na escola, vejo que mudanças também foram trazidas pela informatização de muitos contextos escolares, situação que nos levou do quadro de giz à tecnologia digital. Com a incorporação das tecnologias à Educação, mudanças podem ser vistas no trabalho dos profissionais dessa área. Quem não se lembra do barulho das máquinas de datilografia que levavam os secretários escolares a ficarem horas preenchendo documentos das unidades de ensino? Atualmente, há escolas que dispõem de computadores, internet, máquinas impressoras, data show, facilitando o trabalho administrativo realizado pelas escolas.

Lembro-me das vezes que cheguei ao colégio para trabalhar e deparei-me com os responsáveis pelos alunos a fim de realizar matrículas e matrículas, formando grandes filas, pois as tecnologias disponíveis traziam pouca celeridade ao processo. A maioria dessas atividades era feita à mão e com poucos secretários para muitas famílias. Recordo-me dos boletins, históricos, declarações escolares etc. sendo preparados, ora manualmente, ora utilizando a velha e boa máquina de datilografia. Quanto trabalho!

Essa retomada em minha trajetória acadêmico-profissional também me traz à memória aquele cheirinho de álcool que saía do mimeógrafo nos momentos em que as atividades eram “rodadas”, carecendo, muitas vezes, da ajuda dos alunos para espalhar as folhas para que elas não “borrassem”. Não me esqueço que fomos levados a desenvolver, manualmente, os planos de ensino, os planos de aula e os

diários de classe, sempre recordados pelos pedagogos para termos cuidado, porque as rasuras eram proibidas!

Esses mesmos pedagogos chamavam atenção para a cautela de não deixar de lançar (manualmente e corretamente) os dias letivos e os conteúdos trabalhados com os alunos nos diários de classe de modo compatível com o calendário escolar, muitas vezes, também sistematizados manualmente. Corretivos e lápis borrachas necessitavam ficar distantes desse tipo de trabalho.

Recordo também das notas das atividades, dos trabalhos e das avaliações sendo lançadas manualmente nos diários de classe e, depois, somadas, ao final de cada bimestre/trimestre, somada uma a uma, o que nos levava a fazer “continhas” manuais para chegar à nota final do aluno, pois somente mais tarde as calculadoras surgiram para colaborar nesse processo. E as faltas que se perdiam em meio a muitos pontinhos e linhas que, muitas vezes, pareciam “mudar de lugar”? O cansaço docente era tamanho, dada as intermináveis horas diárias, noites ou madrugadas dedicadas ao registro manual da pauta de papel. A aliada régua ajudava a não cometer erros ao somar as notas e as faltas para lançá-las na parte final do diário de classe.

Assim, essas recordações se misturam em meu pensamento. Com esses fatos narrados, convivi enquanto aluna de escola pública – pois observava o trabalho de meus professores e alguns familiares – e, para minha surpresa, eles continuaram se fazendo presente quando assumo a docência nesse mesmo espaço-tempo. Desde meu ingresso na escola pública, tanto como estudante quanto professora, convivi com os cenários aqui retratados. Ao optar pela carreira do magistério, o cotidiano vivido por meus professores/familiares passou a fazer parte das minhas rotinas, pois, tudo o que vi os professores passarem, também experimentei como docente de escolas públicas de Ensino Fundamental.

Na viagem pela história de minha carreira docente, fui capaz de perceber que diferentes tecnologias foram sendo incorporadas no trabalho escolar: cadernos, lápis, borrachas, quadros de giz, diários de classe, máquinas de datilografia, calculadoras, computadores, internet, impressoras, lousas digitais, enfim, recursos produzidos historicamente pela humanidade adentram os espaços escolares impactando o trabalho pedagógico e administrativo das unidades de ensino.

A origem das tecnologias está relacionada ao desenvolvimento dos humanos que, desde a pré-história até os dias modernos, buscam por novas técnicas, novas ferramentas e novos conhecimentos para sua sobrevivência. A busca pelas tecnologias segue avançando e se aperfeiçoando de acordo com as necessidades das pessoas e dos diferentes grupos que criam culturas específicas e particulares de produzir a vida cotidiana.

As ferramentas, os objetos e os equipamentos que estão à nossa volta incorporam os traços da humanidade e não respondem a um estímulo particular, mas se efetivam por meio de uma função genérica, ao criar um ponto de apoio para a resolução de uma classe de problemas (LÉVY, 2011). São continuações ou extensões do nosso corpo, surgidas a partir da necessidade humana de conviver em sociedade e de produzir conhecimentos para facilitar sua existência, por isso, a própria evolução social nos faz viver em um contexto complexo e constituído por modificações. Assim, as tecnologias vêm sendo aprimoradas, tornando-se necessárias para suprir as necessidades humanas como sinônimo de sucesso.

Com o avanço do conhecimento humano, uma dada tecnologia vai substituindo a outra, situação também presente na escola. Com isso, gradativamente, o quadro de giz vai cedendo espaço para os quadros a pincel e esses, para lousas digitais. As máquinas de escrever foram substituídas pelos computadores; os retroprojetores por data shows e os diários de classe (de papel) por dispositivos digitais que permitem aos professores registrarem a frequência dos alunos, as notas e os conteúdos ministrados. Sei que não é uma realidade de todas as escolas, mas podemos perceber esse processo de transição em algumas redes de ensino, pois a realidade virtual chegou e nos apresenta novas possibilidades de organização/vivência do trabalho escolar.

Com a incorporação gradativa dessas novas tecnologias nas escolas que trabalhei, meu interesse por elas foi se constituindo. Gradativamente, fui incorporando as novas tecnologias no ensino da Geografia, explorando os conteúdos por meio de mídias como televisores, data show, computadores, lousas digitais, pesquisas na internet e aulas no laboratório de informática. Pude perceber como professora do Ensino Fundamental que era preciso abrir caminhos para que a utilização das tecnologias facilitasse a mediação dos conhecimentos com os alunos, por meio de ferramentas

pedagógicas alternativas para potencializar os processos de ensino-aprendizagem.

Esse envolvimento com as tecnologias levou-me a participar de um processo seletivo interno, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES para atuação no laboratório de informática da escola em que eu atuava. Fui aprovada e ali pude colaborar com os outros colegas de profissão, novas práticas de ensino, buscando despertar o interesse dos alunos pelos conhecimentos com eles mediados.

A experiência em atuar no laboratório de informática foi ímpar, e, a partir dessa vivência, fui capaz de realizar projetos com professores e alunos voltados para a área tecnológica. Com base no desenvolvimento das atividades na escola, fui convidada a coordenar o Núcleo de Tecnologias Educacionais Municipal – NTM/VV – que seria constituído pela Rede Municipal de Ensino de Vila Velha, e acompanhar a implementação do Sistema de Gestão Escolar que objetivava dinamizar o trabalho educativo escolar.

Segundo as portarias nº 028/2016 e a nº 05/2019 da rede municipal de ensino de Vila Velha, o Sistema de Gestão Escolar engloba os processos administrativos e pedagógicos das escolas da rede municipal de Vila Velha. Tais documentos defendem que o SGE objetiva constituir maior agilidade e transparência nas demandas escolares como, por exemplo, o cadastro e gerenciamento das solicitações de vagas, matrículas, transferências, além de permitir o acompanhamento pedagógico dos estudantes, dentre outras funcionalidades. O SGE é um sistema on-line e os dados alimentados pelos funcionários que o utilizam são armazenados em servidores e os *backups* são realizados diariamente e automaticamente garantindo a segurança das informações contidas no sistema (PMVV, 2016; 2018).

Assim, ao regressar em minhas memórias para trazer esta trajetória acadêmico-profissional neste estudo, percebo o quanto as várias tecnologias vêm sendo incluídas na educação e a importância de se investigar seus impactos e o que pode ser constituído para que elas venham fortalecer e otimizar o trabalho administrativo e pedagógico das escolas, implicando no direito à Educação para todos os alunos e a melhoria das condições de trabalho docente.

1.2 DA CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Concomitantemente ao meu interesse e desejo pelos usos das novas tecnologias na Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED) implementava o Núcleo de Tecnologia Municipal – NTM/VV – que tinha como ponto de partida a plataforma *E-proinfo*, do Ministério da Educação. Trata-se de um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que reúne ações que permitem o desenvolvimento de cursos à distância que objetivaram o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação, incentivando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas da rede pública de ensino.

Mediante a necessidade de um profissional para coordenar o Núcleo, a Secretaria de Educação de Vila Velha/ES, ciente de meu interesse pelas tecnologias educacionais, convidou-me a gerenciar a plataforma no município, entre os anos de 2013 a 2016.

O Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), foi implantado na Rede Municipal de Ensino de Vila Velha/ES, após reuniões com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/ES – e, oficialmente, por meio de ofício encaminhado ao MEC. Depois desses trâmites, o referido Ministério confiou à referida rede de ensino um laboratório de informática com computadores e internet visando à oferta de cursos semipresenciais, referentes à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no dia a dia da escola, com certificação do MEC, UNDIME e Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha.

Nessa época, algumas escolas municipais já possuíam laboratório de informática com um profissional para auxiliar nas atividades programadas pelos professores regentes. Assim, o NTEM/VV foi primordial para o avanço das novas tecnologias que já faziam parte do ambiente escolar e, dessa forma, propiciou a formação continuada de professores.

Tal ação proporcionou estudos, reflexões, planejamento coletivo e o desejo da municipalidade possuir um sistema de gestão escolar que pudesse auxiliar nas

práticas organizativas das escolas (trabalho de secretaria, atividades administrativas realizadas pelos diretores, organização do trabalho pedagógico e registro sistemático do trabalho docente). Esse interesse era constantemente externado pelos profissionais da educação em reuniões entre escola e Secretaria de Educação, bem como nos momentos de formação continuada.

Assim, mediante à necessidade de novas-outras possibilidades de organização do trabalho administrativo e pedagógico das unidades de ensino de Vila Velha/ES, foi implementado o Sistema de Gestão Escolar (SGE), por meio da Portaria nº 028, de 03 de novembro de 2016, que estabelece as normas para utilização do Sistema de Gestão Escolar em todas as Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Vila Velha como a ferramenta basilar para as práticas escolares.

O Sistema de Gestão Escolar é um programa de computador que integra todos os elementos que fazem parte do processo educacional. O sistema permite aos profissionais das escolas acompanharem os alunos e as turmas (frequência, rendimento, acompanhamento pedagógico e disciplinar, dentre outros), assim como fazer o registro das atividades pedagógicas (organização curricular, plano de ensino, avaliações, conselhos de classes, atividades complementares e plano de trabalho pedagógico da Educação Especial).

Além disso, o SGE gera relatórios que caracterizam a unidade de ensino e que exibem resultados e indicadores (matrícula, aprovação/reprovação, distorção idade/série, abandono), auxiliando na análise e na tomada de decisões. O sistema oferece inúmeras possibilidades para o trabalho administrativo e pedagógico das unidades de ensino e da Secretaria Municipal de Educação que serão destacadas no decorrer dessa dissertação. Evidenciamos, a seguir, algumas dessas funcionalidades utilizadas pelas escolas e pelo órgão central.

Figura 1 - Algumas funcionalidades do Sistema de Gestão Escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com a incorporação do SGE, passei a coordenar tal política, assumindo o compromisso de trabalhar colaborativamente com os profissionais da rede e a equipe em atuação no setor visando a utilização das tecnologias nas atividades realizadas pelas unidades de ensino.

Já por longos anos, percebíamos que o município carecia de um Sistema de Gestão Escolar que oferecesse maior sistematização dos dados administrativos e pedagógicos dos estudantes como, por exemplo, matrícula, histórico, notas, frequências etc. Um sistema com menor burocracia e dispêndio de tempo por parte dos profissionais da educação e com maior acesso aos dados das práticas organizativas do ambiente escolar.

É fato que mudanças causam efeitos no cotidiano escolar. O SGE, segundo os documentos de sua implementação, objetivava produzir mudanças nas práticas organizativas das escolas, mas, ao mesmo tempo, trazia insegurança e certo receio quanto à sua utilização para quem não o conhecia. Os servidores que já conheciam o sistema por atuarem na rede municipal de Vitória/ES externavam seus desejos pela implementação dessa política.

Na atualidade, as tecnologias digitais trazem mudanças para várias atividades da vida

social, principalmente com o surgimento da era da intercomunicação. Castells (2005) define esse contexto como a era de uma sociedade conectada globalmente que tem como meta o testemunho de transformações sociais em direção a uma *ciberdemocracia*, também conhecida como democracia virtual, democracia digital ou *e-democracy*.

De acordo com Gomes (2005), falamos de:

[...] novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emergem da nova infraestrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e de organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line (GOMES, 2005, p. 215).

Dessa maneira, mediante à implementação do Sistema de Gestão Escolar, motivamos a trazer a temática para a realização do presente estudo de mestrado a partir da seguinte problemática de pesquisa: ***como se constituiu a implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e que avaliação os profissionais das unidades de ensino elaboram acerca da referida política quanto à realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas?***

Assim, ao rememorar a trajetória acadêmico-profissional da pesquisadora e a incorporação de um sistema de gestão escolar no sistema de ensino analisado, delineamos como objetivo geral deste estudo de Mestrado em Educação na modalidade profissional: ***compreender o processo de implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e analisar a avaliação dos profissionais das unidades de ensino acerca da referida política na realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas.***

Para alcance desse objetivo, elencamos como objetivos específicos:

- a. Resgatar o processo de criação do Sistema de Gestão Escolar na Rede Municipal de ensino de Vitória/ES, pioneira na implementação da política no contexto capixaba;
- b. Analisar a implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES;

- c. Compreender o funcionamento do SGE e as ferramentas disponibilizadas por esse sistema para o trabalho administrativo e pedagógico das unidades de ensino;
- d. Refletir sobre a avaliação que os profissionais da educação realizam acerca do uso do SGE no trabalho administrativo e pedagógico das escolas;
- e. Elaborar, como produto educacional, um roteiro de orientação sobre a utilização do SGE para o perfil de professor, tendo em vista a necessidade de maior familiaridade desse segmento educacional em relação ao sistema.

A busca por alcançar tais objetivos também tem relação com nosso olhar para a Educação, quando percebemos que um dos maiores desafios da área na contemporaneidade é colocá-la a serviço da população, de modo que todos possam se beneficiar e tê-la como um instrumento de emancipação, por isso, cabem aos sistemas de ensino empreender esforços para suprir carências de informação, otimizar o trabalho administrativo e fortalecer o trabalho pedagógico, pois os pressupostos da gestão democrática nos levam a refletir que:

[...] se a transformação da autoridade no interior da escola for entendida como uma quimera, se a participação efetiva da classe trabalhadora nos destinos da educação escolar for uma utopia no sentido apenas de um sonho irrealizável, e não no sentido que demos à palavra no início de nossa fala, então de nada adianta continuarmos falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação social e, definitivamente, devemos deixar caírem as máscaras e as ilusões com relação à escola que aí está e partir para outras soluções, ou, então, cruzar os braços e esperar passivamente que a classe dominante, através de suas "reformas" e "acomodações" de interesses, continue fazendo-nos engolir as soluções paliativas que a mantém perenemente no poder (PARO, 1987, p. 53).

O Sistema de Gestão Escolar pode ser compreendido como um sistema informatizado que possibilita integrar dados e disponibilizar as informações mais relevantes em um único ambiente, tornando-as acessíveis à comunidade escolar. Os pressupostos da gestão escolar na contemporaneidade demandam o envolvimento de todos aqueles que fazem parte da escola, portanto, as informações precisam ser difundidas entre todos, ajudando-os a atuar democraticamente por meio de cooperações abertas.

Assim, esse estudo de mestrado se encontra organizado em capítulos que buscam dialogar entre si. A **introdução** traz a trajetória acadêmico-profissional da pesquisadora e o histórico do processo de informatização do sistema de ensino de Vila Velha/ES, bases para o delineamento da problemática de investigação, dos objetivos (geral e específicos), da metodologia adotada e dos referenciais teóricos. No

primeiro capítulo, a **revisão de literatura** que firma diálogos com outras pesquisas ao abordarem a temática investigada.

No segundo, o **referencial teórico** traz discussões sobre a gestão escolar e as tecnologias de comunicação e informação. Para tanto, no campo da gestão temos diálogos com Paro (2007, 2009, 2018), Libâneo (2001, 2013), Libâneo, Oliveira E Toschi (2012), Sander (2007), dentre outros. No segundo eixo temático, buscamos interlocuções com Castells (2003, 2005, 2006, 2013), Gomes (2005) e Lévy (2011).

No terceiro capítulo, abordamos a **metodologia** amparada na pesquisa qualitativa, nos pressupostos do estudo de caso e nos procedimentos utilizados para desenvolver a dissertação. Seguidamente, no **capítulo de dados**, trazemos os resultados obtidos quanto à implementação do SGE no município de Vila Velha/ES e o olhar crítico dos profissionais da educação quanto à utilização da política no trabalho administrativo e pedagógico das escolas. Por fim, apresentamos, como **produto educacional**, um roteiro de orientação sobre a utilização do SGE, para o perfil de professor. Após, trazemos as **considerações finais** e as **referências**.

Assim, dando continuidade à tessitura do texto, no capítulo que segue, trazemos diálogos com pesquisas já desenvolvidas que tomaram os Sistemas de Gestão Escolar como ponto de análise. O diálogo com esses estudos nos ajuda a refletir sobre as contribuições das tecnologias para as práticas organizativas escolares e o quanto podemos conjecturar sobre essa temática.

2 DIALOGANDO COM OUTRAS PESQUISAS

Tempos Modernos

Lulu Santos

*Eu vejo a vida melhor no futuro
Eu vejo isso por cima de um muro
De hipocrisia que insiste em nos rodear*

*Eu vejo a vida mais clara e farta
Repleta de toda satisfação
Que se tem direito do firmamento ao chão*

*Eu quero crer no amor numa boa
Que isso valha pra qualquer pessoa
Que realizar a força que tem uma paixão*

*Eu vejo um novo começo de era
De gente fina, elegante e sincera
Com habilidade
Pra dizer mais sim do que não, não, não*

*Hoje o tempo voa, amor
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir
Não há tempo que volte, amor
Vamos viver tudo que há pra viver
Vamos nos permitir*

*Eu quero crer no amor numa boa
Que isso valha pra qualquer pessoa
Que realizar a força que tem uma paixão*

*Eu vejo um novo começo de era
De gente fina, elegante e sincera
Com habilidade
Pra dizer mais sim, do que não*

*Hoje o tempo voa, amor
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir
Não há tempo que volte, amor
Vamos viver tudo que há pra viver
Vamos nos permitir*

*E não há tempo que volte, amor
Vamos viver tudo que há pra viver
Vamos nos permitir*

Já se foram 40 anos desde que Lulu Santos lançou a música “Tempos Modernos”. Temos uma canção que se mostra atemporal por conter uma letra que se renova a cada dia, assim como a esperança que todos os brasileiros trazem em ter uma vida melhor. A música transmite a realidade: o tempo “escorre pelas mãos”, não espera e nem volta. Por isso, ao constituir a revisão de literatura, cada estudo busca pela elaboração do conhecimento, tendo como premissa uma visão otimista a respeito de um futuro diferente e promissor.

Acreditamos (no caso da Educação) em um mundo em que os sistemas de ensino possam contribuir com a existência de uma sociedade melhor, mais justa, com direitos igualitários e com oportunidades de ensino-aprendizagem para todos. Por isso, rememoramos a música, quando nos faz pensar no quanto precisamos de um cenário educativo fundamentado na Educação como direito social, não deixando que esse compromisso escorra por entre nossos dedos.

Assim, este capítulo objetiva apresentar a revisão de literatura, ou seja, o diálogo com estudos também dedicados a investigar Sistemas de Gestão Escolar – sistema on-line que sistematiza o trabalho pedagógico e administrativo de unidades escolares e das secretarias de educação.

No decurso da revisão de literatura, percebemos que “o tempo voa” e novos desafios e descobertas são estudados, já que “não há tempo que volte”. As mudanças acontecem “mesmo sem se sentir”, devido à velocidade do tempo. Uma das principais transformações da contemporaneidade foi a chegada das tecnologias no meio educacional, o que propiciou a conexão de computadores, assim como novas maneiras de conexão entre pessoas e as práticas organizacionais escolares.

Assim, iniciamos a busca por teses e dissertações, utilizando o banco de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – espaço que concentra um número elevado de trabalhos acadêmicos. Optamos por identificar trabalhos por meio da combinação dos seguintes descritores: 1) tecnologia, práticas organizacionais e sistema de gestão escolar, 2) tecnologia e transparência e 3)

tecnologia e gestão.

Assim, organizamos a revisão de literatura em eixos, tomando a combinação de descritores explicitada. A busca por trabalhos para constituir a revisão de literatura evidencia que a temática é pouco estudada na área educacional, dado a processual inserção das tecnologias e sistemas em rede no campo de estudo, implicando em certa escassez de investigação.

Diante disso, trouxemos estudos que discutem as práticas organizativas das escolas, apontando aproximações de unidades escolares com sistemas on-line visando à sistematização de atividades pedagógicas e administrativas. Embora alguns estudos não abordem a temática de modo explícito, levam-nos a refletir sobre sistemas on-line e os usos feitos deles na gestão de unidades escolares. Começamos, então, dialogando com estudos constituídos pela primeira combinação de descritores aqui anunciada.

2.1 TECNOLOGIA, PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS E SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

Para o descritor “Tecnologia, Práticas Organizativas e Sistema de Gestão Escolar”, ao realizarmos a pesquisa no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontradas 1.211.798 dissertações e teses. A fim de reduzir esse quantitativo, realizamos os seguintes filtros: Grau Acadêmico: Doutorado, Doutorado Profissional, Mestrado e Mestrado Profissional. Selecionamos pesquisas entre os anos 2012 e 2020. O ano de 2012, por se tratar do início da implementação e consolidação de um Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal em Vila Velha/ES. Já o ano de 2020, se justifica pelo início desse estudo de mestrado.

Utilizamos ainda os seguintes filtros: Grande Área Conhecimento: Ciências Humanas; Área Conhecimento: Educação e políticas públicas; Área Concentração: Educação Brasileira, Educação, Educação Escolar, Educação Básica, Educação e Novas

Tecnologias, Educação e Tecnologia.

De acordo com o levantamento realizado após os filtros indicados, obtivemos 929 resultados que, depois de analisados, resultaram em três que mais se aproximaram com a investigação da nossa autoria. No transcorrer do período de 2012 a 2014, não encontramos estudos que relacionassem a temática das tecnologias à gestão escolar. Diante disso, deparamo-nos com três estudos que mais se aproximam da temática trazida nesse primeiro eixo da revisão de literatura, sendo que eles se concentram no período de 2015 a 2016. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos estudos que trazemos neste primeiro eixo da revisão de literatura.

Quadro 1 - 1 Tecnologia, Práticas Organizativas e Sistema de Gestão Escolar

Autor	Título	Tipo	Ano	Programa
CARMO, Lucas Poubel Timm do	A organização das práticas e o trabalho gerencial: fragmentos do cotidiano da gestão de uma escola pública municipal	DISSERTAÇÃO	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SILVA, Silvia Helena Vasconcelos da	Implantação de um Sistema de Gestão Integrado numa escola pública do município de Ipojuca	DISSERTAÇÃO	2015	UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
CASTRO, Alcinete Santos	A implantação do diário digital nas escolas públicas estaduais de Manaus (AM)	DISSERTAÇÃO	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da CAPES.

Começamos o diálogo com a dissertação de Carmo (2015), intitulada “A organização das práticas e o trabalho gerencial: fragmentos do cotidiano da gestão de uma escola pública municipal”, cujo objetivo foi entender como se organiza, por meio de práticas cotidianas, a gestão em uma escola pública de Ensino Fundamental. O estudo adotou como referencial teórico Lück, (2006; 2009; 2011) e Paro (1992; 2010).

Metodologicamente, pautou-se em Denzin e Lincon (2000) e Bogdan e Biklen (1994), dentre outros, baseando-se nos preceitos da pesquisa qualitativa e do Estudo de Caso. A investigação se deu em uma escola pública de Ensino Fundamental de um estado do Sudeste do Brasil, possuindo a unidade de ensino um total de 24 turmas e atendendo a alunos de 1º ao 9º ano, divididos entre matutino e vespertino.

O pesquisador optou por vivenciar sistematicamente o cotidiano escolar para que pudesse existir um vínculo total com a escola estudada. Como técnica para coleta de

dados, foi utilizado a observação não participante via *shadowing*¹ por meio de anotações no diário de campo e análise de documentos da unidade de ensino.

O critério utilizado por Carmo (2015) para selecionar o *lócus* da pesquisa foi a unidade de ensino contar com um profissional da Educação vivenciando os desafios da função de gestor pela primeira vez, buscando compreender “[...] como um novo diretor se constrói e reconstrói como gestor a partir das relações sociais que se desenvolvem na comunidade escolar “(CARMO, 2015, p. 50).

Dessa forma, o estudo considera que “[...] a gestão das escolas públicas da educação básica no Brasil passou por mudanças importantes desde o advento da Constituição Federal de 1988” (CARMO, 2015, p. 10), sendo pautada pelos movimentos democráticos ressurgidos, após período ditatorial. Assim, ao trazer o cotidiano do gestor, problematiza os desafios que esse profissional vivencia ao trabalhar a prática organizativa da escola, realizada por meio de ferramentas diversas, mas sem as alternativas trazidas por um sistema de gestão on-line .

Com isso, embora não explore a temática que sustenta nossa investigação, o estudo abre possibilidades para pensarmos o quanto as escolas contam com recursos tecnológicos, no entanto, sem explorá-los a partir de possibilidades que poderiam ser trazidas se estivessem conectados em um sistema em rede. O trabalho administrativo continua sendo manual ou com o apoio do computador, por exemplo, mas muito próximo ao realizado pela máquina de escrever.

Destarte, a investigação trouxe o dia a dia do ambiente escolar e demonstrou que a gestão está conectada aos acontecimentos da comunidade em que está inserida, sendo constituída por rotinas que perpassam a atuação de diversos atores, situação que a caracteriza como coletiva e dinâmica. O estudo evidencia a necessidade de se manter relações de diálogo entre todos os segmentos escolares para que disputas políticas e de poder não fragilizem os processos democráticos. Para tanto, as decisões não devem ser isoladas, mas que possam manter bons relacionamentos

¹ *Shadowing* significa "sombra" em inglês. *Job shadowing* é uma atividade geralmente oferecida a estudantes universitários para explorar diferentes carreiras possíveis dentro da área que estudam. Disponível em: <https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/careers-prospects/o-que-e-job-shadowing/>

com o propósito de alcançar soluções para os problemas do cotidiano escolar.

Carmo (2015) problematiza a escassa comunicação e responsabilização entre a direção, a coordenação e a equipe pedagógica, principalmente na gestão de atividades como “controle” da merenda escolar, acompanhamento da requisição, uso e necessidade de aquisição de material didático e o fluxo de alunos. Além dessa análise, constatou-se a preferência pela comunicação verbal e pessoal, enquanto o contato por e-mail quase sempre era realizado de forma superficial.

O estudo discute uma prática organizativa de uma escola comumente compartilhada por tantas outras brasileiras, ou seja, a maior parte do trabalho administrativo e pedagógico sendo realizado de modo manual, inexistindo uma ferramenta em rede, como, por exemplo, cadastro de matrícula on-line, diário de classe digital, relatórios digitais, dentre outros. Diante disso, esse estudo conversa com o nosso, pois, embora muitas escolas possuam computadores e outras tecnologias para a realização das tarefas administrativas e pedagógicas, inexistente conectividade virtual entre essas atividades, situação que pode ser constituída por meio de um sistema integrado on-line .

Este estudo – embora não adote como tema central Sistemas de Gestão Escolar – dialoga com nosso estudo ao nos ajudar a compreender o quanto a constituição de políticas educacionais voltadas à implementação de sistemas em redes tecnológicas se colocam como ações importantes para o enfrentamento das inúmeras atividades que fazem parte do trabalho educativo escolar, fazendo com que os profissionais da Educação deixem de direcionar o tempo necessário ao trabalho pedagógico-curricular, mola-mestra da função social da escola.

Diante do cenário exposto, reafirmamos a importância de realizar estudos que possam identificar as possibilidades trazidas pela utilização das ferramentas tecnológicas em rede para a organização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas, fortalecendo a celeridade dessas ações, o diálogo entre os profissionais da educação, maior transparência do trabalho educativo escolar e melhores condições de trabalho para os profissionais da Educação.

Avançando na busca por estudos a partir dos descritores que organizam esse eixo da

revisão de literatura, apresentamos a dissertação de Silvia Helena Vasconcelos da Silva, que realiza a análise da “implantação de um Sistema de Gestão Integrado em Ipojuca, municipalidade do Estado de Pernambuco” e apresenta desafios surgidos a partir da realização da instalação da ferramenta. A investigação traz como referencial teórico Pérez Gómez (2001), Gomes (2002) e Lück (2009) e adota como metodologia a abordagem quali-quantitativa e o estudo de caso, pautando-se em Santos Filho (2000) Ludke e André (1995) Cohene Manion (1990) entre outros.

A pesquisa traz como campo de investigação uma escola municipal localizada no Município de Ipojuca/PE, adotando, a investigadora, os seguintes critérios para a escolha realizada: com número significativo de alunos e a unidade de ensino ser considerada de grande porte se comparada a outras unidades de ensino da região. Outro critério foi a inquietação quanto a práxis do sistema de gestão escolar implantado e a necessidade de uma visão significativa a respeito das concepções da ferramenta. Para tanto, adotou, como participantes, profissionais efetivos da rede Municipal de Educação que estivessem envolvidos com o processo da gestão, no período de 2010 a 2012, assim como alunos do 9º ano na condição de matriculados na mesma instituição escolar por mais de três anos.

No cenário retratado, a dissertação de Silva (2015) apresentou como objetivo “[...] analisar as percepções dos gestores, coordenadores, supervisores e alunos, acerca da sua participação, enquanto comunidade, na implantação e otimização de um sistema de gestão integrado” (SILVA, 2015, p. 59) que exhibe possibilidades de compilar:

[...] conhecimentos acerca dos fundamentos da gestão democrática, como meio de organização e administração das políticas públicas educacionais de Ipojuca, associando a implantação de mecanismos de gestão participativa integrada, com as comunidades locais escolar (SILVA, 2015, p. 97).

A autora enfatiza que ser gestor escolar é algo complexo, pois:

[...] na função de gestor escolar é necessário realizar uma liderança política, cultural, e pedagógica, sem perder a competência técnica para administrar a instituição em que desenvolve o seu trabalho. Porém, é necessário o cumprimento com a legislação e as diretrizes educacionais para que, de forma criativa, possa colocar o processo administrativo a serviço do pedagógico (SILVA, 2015, p. 37).

Assim, esse profissional não pode ser mais identificado com o centralizador na tomada

de decisões, mas cumpre o papel de mediador para que toda a comunidade escolar possa participar ativamente no desenvolvimento de uma gestão integrada. No tocante às mudanças realizadas na escola, após a implantação do Sistema de Gestão Integrado, considerou-se que ocorreram mudanças significativas e positivas na unidade de ensino, tendo em vista o trabalho em rede tecnológica promover maior envolvimento dos profissionais da educação nas atividades de suas competências, celeridade na organização das atividades administrativas e pedagógicas, articulação e maior possibilidade de envolvimento da comunidade escolar. Tais transformações, de acordo com Silva (2015), aconteceram na estrutura física, pedagógica e administrativa, fortalecendo, principalmente, a participação de todos dentro de uma perspectiva democrática de escola.

Os resultados mostram que, apesar das mudanças referentes à gestão democrática serem extremamente positivas, as políticas públicas necessitam de maior diálogo entre membros que fazem parte do processo educativo. No entanto, foi possível conhecer a percepção dos alunos, dos professores, do coordenador, do pedagogo e do gestor acerca das contribuições que o Sistema de Gestão Integrado trouxe para mudanças na estrutura organizacional da instituição escolar.

É possível estabelecer aproximações entre o estudo de Silva (2015) com o de nossa autoria, pois as duas pesquisas buscam trazer os distintos olhares e percepções na implementação do Sistema de Gestão ao ouvir o gestor, o coordenador, o supervisor/pedagogo e os professores, em relação ao trabalho que desempenham na escola ao utilizar a ferramenta.

Para finalizar o primeiro descritor, trazemos a dissertação de Alcinete Santos Castro, intitulada “A implantação do diário digital nas escolas públicas estaduais de Manaus – AM”, defendida no ano de 2016. A autora descreve o percurso de substituição do diário de classe de papel para o diário digital, objetivando identificar os fatores que impactaram na predisposição dos docentes na utilização de tal recurso.

Como referencial teórico, apoia-se em Bresser-Pereira (1996), Lück (2000), Borges (2006), Machado e Ranghetti (2009) e Araujo e Castro (2011). A metodologia foi dividida em duas fases, qualitativa e quantitativa, aplicando-se grupos focais em diferentes escolas, buscando respaldo teórico-metodológico em Cruz Neto, Moreira e

Sucena (2002), Gondim (2002), Minayo (2010), dentre outros. Para a realização da pesquisa, foram escolhidas duas unidades de ensino: a) uma escola com 30 salas de aula e com aproximadamente 899 estudantes matriculados no Ensino Fundamental e Médio; b) outra escola com 20 salas de aula e um público de 602 alunos, aproximadamente, para atender ao ensino médio em tempo integral.

É destaque na pesquisa a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ao abordar as transformações que ocorrem na sociedade e são refletidas, diretamente, nos setores da administração pública e na esfera educacional, além desses recursos colaborarem com a gestão participativa.

Corroboramos com a pesquisadora quando ela destaca o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço educacional ao explorarmos sua contribuição na área da administração, organização e nos setores que requerem agilidade e desburocratização da escola (CASTRO, 2016).

Como citado, a pesquisa foi realizada por meio de grupos focais. Na primeira escola, contou com a participação de 10 professores, e, na segunda, nove docentes. O roteiro do grupo focal foi o mesmo nas duas realidades envolvidas na investigação.

Para a condução dos grupos focais, a investigadora dividiu a discussão em três sessões, abordando temas que se aproximassem do seu objetivo de pesquisa. O primeiro, foi “o Diário Digital” e teve o objetivo de verificar a importância das TIC e as vantagens e desvantagens da implementação do diário digital. O segundo, estava direcionado à “Internet das escolas”, objetivando avaliar a qualidade e a frequência em que os professores a utilizam no seu cotidiano. E, por fim, o último estava relacionado às “Funcionalidades do Diário Digital”, investigando se os profissionais sabiam utilizar a ferramenta.

Ao ser realizada a triangulação dos dados, Castro (2015) destaca que há mais reclamações e resistências por parte dos profissionais da primeira escola em relação à utilização do Diário Digital quando comparadas às dos profissionais da segunda escola.

Percebemos o quanto a pesquisa de Castro (2006) também se aproxima da nossa, pois descreve a integração entre as TICs e a Educação, demonstrando a necessidade

de estendê-la aos setores pedagógicos por trazer benefícios para os diferentes setores educacionais.

Outro aspecto que chama atenção é o gestor ser apresentado como sujeito principal no processo de aquisição de novas tecnologias, portanto, ele precisa estar preparado para enfrentar os desafios e as obrigações da gestão escolar, desmistificando os obstáculos e integrando as TICs como um suporte educacional.

Diante dos trabalhos analisados, percebemos que o avanço das TICs está embrenhado em todas as esferas da sociedade e, conseqüentemente, precisamos acompanhar os processos de mudança relacionados às práticas organizativas das escolas. Assim, após dialogar com os trabalhos trazidos no presente eixo, sentimos a necessidade de avançar e apresentar outros trabalhos, trazendo aqueles que relacionam tecnologia e transparência.

2.2 TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA

Utilizando os mesmos critérios de filtros adotados anteriormente, buscamos por investigações que objetivaram compreender a relação entre tecnologia e transparência no contexto educacional. Mediante os filtros utilizados, alcançamos um total de 134 trabalhos dos quais, após exploração, selecionamos três que mais se aproximam da nossa pesquisa.

Quadro 2 - 2 Tecnologia e Transparência

Autor	Título	Tipo	Ano	Programa
AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira	Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras	TESE	2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FREY, João Guilherme Bernardo	TICs e Transparência: a influência da tecnologia na divulgação de informações públicas das prefeituras brasileiras	DISSERTAÇÃO	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OLIVEIRA, Daniel José Silva	Governo aberto: Análise de Políticas Públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração	TESE	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
-----------------------------------	--	------	------	--------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da CAPES.

Em relação aos descritores “Tecnologia e transparência”, as pesquisas que encontramos são referentes aos portais de transparência dos governos. Em suma, não localizamos trabalhos específicos voltados para área da educação, mas faremos a aproximação com o campo.

Iniciamos o diálogo com a tese de doutorado de Paula Karini Dias Ferreira Amorim (2012), intitulada “Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras”. A metodologia utilizada para direcionar o trabalho foi a pesquisa bibliográfica exploratória “[...] com a finalidade de compreender fenômenos e experiências que pudessem fundamentar e/ou testar as hipóteses” (AMORIM, 2012, p. 27). A coleta de dados se deu no decurso da pesquisa mediante a navegação orientada nos sites das prefeituras das capitais brasileiras e do Distrito Federal com o objetivo de acumular um conjunto de elementos necessários à compreensão e à análise do problema pautando-se no estudo de Yin (2001) e Piovesan e Temporini (1995).

Como referencial teórico, a pesquisadora apresenta: Bobbio (1997; 1999; 2000), Bragatto, (2011; 2012), Gomes (2001; 2005; 2007; 2008), Lemos e Lévy (2010), Lévy (2002) dentre outros. O estudo está dividido em cinco etapas e envolve assuntos associados à democracia, à comunicação política e à internet. Verificamos que Amorim (2012) tem por objetivo principal:

[...] compreender como os governos das capitais brasileiras estão empregando os mecanismos digitais para dar transparência de gestão, bem como verificar se existe associação entre o desempenho da transparência digital e os indicadores socioeconômicos dos municípios pesquisados (AMORIM, 2012, p. 17).

É interessante observar que a autora considera que as inovações tecnológicas têm por característica auxiliar os governos a tornar públicas as informações, que são de utilidade pública, mas que estavam confinadas e distantes da população. O estudo faz alusão ao acesso à informação e à forma como os governos utilizam os mecanismos tecnológicos para que o cidadão possa se inteirar das informações e

evidencia as possibilidades que as tecnologias de informação e comunicação proporcionam por meio da internet, por ser um instrumento de custo benefício comparativamente baixo, além de permitir interação em nível horizontal e acessível para uma pessoa em qualquer lugar do planeta, precisando apenas de conexão com a rede mundial de computadores.

De acordo com o estudo, os meios de comunicação e o ambiente digital podem favorecer a comunicação política entre os cidadãos e o governo, tal qual, melhorar o sistema democrático, mas, de acordo com a autora, esses elementos por si só não são suficientes pois, apesar de a internet ser uma grande promessa para a democracia e a política, ela pode ser utilizada também para fins não democráticos. Equivalente à pesquisa, as tecnologias de informação e comunicação tem um potencial de horizontalizar e favorecer a comunicação, entretanto, somente a aplicabilidade desses artefatos não garantem uma concepção de democracia quando há usos que podem tornar a comunicação verticalizada, pois, embora exista maior realce ao potencial participativo e deliberativo das tecnologias de informação e comunicação, ainda se faz necessário que o Estado seja mais visível e responsivo ao cidadão, e isso depende da forma como a internet é engendrada pelo estado.

A pesquisa vem ao encontro da nossa, pois Amorim (2012) explicita que as tecnologias de informação e comunicação, em um novo formato, podem modificar as relações sociais, econômicas, culturais, comunicacionais e políticas. Além disso, o referido estudo também se aproxima desta dissertação de mestrado quando busca embasamento teórico em Lemos e Lévy (2010), referindo-se aos princípios da Ciberdemocracia, utilizados neste estudo de Mestrado Profissional de Educação.

Assim como Amorim (2012), consideramos que as novas tecnologias de comunicação impactam na participação da população nos processos democráticos contemporâneos. A referida autora explica os diferentes contextos e implicações que a democracia traz para os diferentes governos e evidencia a importância do acesso à informação, destacando a transparência como uma das melhores formas de governança.

O estudo conclui que o ambiente digital favorece a comunicação política entre Estado e cidadãos, burilando os processos democráticos. A pesquisa ainda aborda que a

internet é a grande promessa para a democracia e a política. Diante disso, Amorim (2012, p. 189) complementa que as “tecnologias podem se tornar referência para uma nova comunicação política”.

Continuamos a revisão de literatura com a leitura da dissertação, “TICs e Transparência: a influência da tecnologia na divulgação de informações públicas das prefeituras brasileiras”, de João Guilherme Bernardo Frey (2019). O pesquisador estabeleceu a metodologia pela abordagem quantitativa e trouxe para o diálogo autores como Cervi (2017; 2018) e Ragin (1994), sendo os dados da pesquisa coletados no ano de 2015, tendo como fonte o espaço “TIC Governos Eletrônicos” vinculados ao Cetic.br ², que expõe as entrevistas realizadas com os gestores de TI e responsáveis pelos conteúdos digitais de órgãos governamentais (FREY, 2019).

A pesquisa estabeleceu uma base com as capitais e municípios com 500 mil habitantes ou mais e, ao fim, foram analisadas a infraestrutura de tecnologias de 1.102 prefeituras de todas as regiões do país. Os dados utilizados para o estudo são secundários, pois “não se teria condições de coletar informações tão representativas de todo o cenário brasileiro” (FREY, 2019, p. 51), e foram coletados por uma instituição com larga experiência na realização de pesquisa seguindo os parâmetros internacionais. Como referencial teórico, relaciona Filgueiras (2011); Hood (2006); Kant (2008); Loureiro e Prado (2005); Cunha (2010); Heald (2006) E Gomes (2007).

Para realização da pesquisa, o investigador selecionou as dimensões e os indicadores publicados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, por meio do programa denominado “TIC Governo Eletrônico”, que extraiu informações relacionadas a 1.102 prefeituras do Brasil, produzindo cruzamentos estatísticos com o objetivo de responder à questão: que relação há entre a infraestrutura e gestão das tecnologias de informação e comunicação das prefeituras e a qualidade dos portais de transparência das prefeituras brasileiras? O principal achado aponta para o sentido de haver relação entre a qualidade da transparência digital nos municípios e a existência de um departamento ou área de tecnologia da informação na prefeitura. Além disso, o estudo problematizou que a:

² Cetic.br é o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Disponível em: <https://cetic.br/pt/sobre>. Acesso em: 11 jun. 2021.

Capacidade de TI das prefeituras e sua relação com a transparência – interessam especialmente as dimensões: (i) Infraestrutura e Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação; (ii) Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação; (iii) Serviços Públicos nos Meios Digitais e (iv) Disponibilização de Informações na Internet (FREY, 2019, p. 53).

O estudo aponta que, por meio das TICs, há uma ampliação da transparência na medida em que os meios de divulgação das informações são diversificados, alcançando a sociedade. O trabalho está dividido em cinco capítulos. Neles, o autor realiza uma análise histórica da transparência e quais as decorrências da transparência pública e sua utilização no ambiente digital. Com esses movimentos, o objetivo é avaliar a relação entre a capacidade das tecnologias de informação e comunicação das prefeituras brasileiras e o acesso a informações públicas promovidos por meio da e-transparência.

Como a pesquisa aborda as implicações da transparência sobre a democracia, o autor argumenta que:

a literatura não é consensual neste ponto e a maior parte dos autores não aponta uma relação linear no sentido de que, quanto mais transparência houver, melhor é a democracia. Esse pode ter sido o entendimento em um momento incipiente do acesso à informação, mas com a evolução dessas experiências, os teóricos têm apresentado novas problematizações sobre esta relação (FREY, 2019, p. 17).

A dissertação aborda um estudo sobre os portais de transparência das prefeituras do Brasil e avalia o acesso à informação por parte do cidadão, mediante a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, de maneira que os serviços prestados pela administração pública possam ser burilados, além de popularizar o acesso à informação, possibilitando maior capacidade de elaboração de políticas públicas.

Frey (2019) destaca que definir transparência é uma tarefa a respeito da qual boa parte dos autores do campo fazem alertas, dada a dificuldade do conceito hoje ser usado para se referir a um amplo leque de objetos, usos, tecnologias e práticas. Diante disso, descreve a trajetória percorrida por esse conceito da teoria política clássica às novas discussões pertinentes à transparência digital. É destaque também a publicização das informações públicas após o surgimento da internet e da inclusão das ferramentas pelo setor público, o que requereu um olhar desvelado ao modo da administração pública brasileira.

Como resultados, a pesquisa apresenta que a capacidade das Tecnologias de Informação e Comunicação interferem diretamente na essência da transparência digital. Com isso, os municípios com maior número de habitantes e que utilizam tais tecnologias têm um nível mais alto de transparência das políticas públicas. Assim, demonstra que os efeitos da transparência são limitados em municípios menores, muitas vezes, devido aos poucos investimentos e recursos destinados a esse fim.

Outro trabalho que destacamos é a tese defendida por Oliveira (2020), intitulada “Governo aberto: Análise de Políticas Públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração”. A pesquisa discorre sobre o conceito, história e princípios do governo aberto e como essa nova forma de governo pode redefinir o decurso de políticas. Diante disso, delinea como objetivo da tese: “identificar se, como e quando os princípios de transparência, participação e colaboração estão sendo incorporados nas fases do ciclo de políticas públicas em governos locais” (OLIVEIRA, 2020, p. 19).

O investigador optou por realizar uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso, por considerá-los mais adequados ao contexto da investigação. É uma pesquisa descritiva por representar os fenômenos da realidade por meio da observação, do registro e da análise, com intuito de conectá-las sem adulterar os dados, tencionando exibir sua relação e conexão com outras variáveis na sua natureza e características. Como referencial teórico, trouxe Bobbio (1986;1988); Freitas (2014); Navarro (2013; 2017); Ramirez-Alujas (2010, 2011, 2012, 2013); Zucoloto (2015; 2019); Habermas (2003; 2006; 2007; 2012); Oliverio (2011); Ball (2009), dentre outros.

Oliveira (2020) destaca o conceito de governo aberto da atualidade e discorre no texto que esse termo é heterogêneo e, com base nas distintas linhas de pensamento, “existem apenas alguns estudos empíricos de governo aberto” e “a maioria das pesquisas se baseia em evidências informais ou em meras suposições” e acredita que se faz necessário a ampliação de estudos nessa perspectiva para melhor compreender a aplicação, implicação e a eficácia do governo aberto, explicando que:

o governo aberto é um modelo de governança que visa tornar o governo mais transparente, participativo e colaborativo. Já o governo eletrônico se limita à utilização de ferramentas tecnológicas na prestação de serviços públicos. Apesar de algumas convergências entre os conceitos no que diz respeito à utilização da tecnologia para impulsionar a interação entre governo e cidadãos, o governo eletrônico não implica uma mudança nos valores ou nos

princípios que regem o desempenho do setor público, como é o caso do governo aberto (OLIVEIRA, 2020 p. 44).

Mediante as linhas de pensamento relacionadas a governo aberto, o pesquisador avalia que alguns autores definem como sinônimo de dados governamentais abertos, enquanto outros como uma evolução do governo eletrônico e, por fim, alguns defendem que o conceito está associado a uma gama mais ampla de princípios e valores, tais como transparência, participação, colaboração, dentre outros (OLIVEIRA, 2020).

A pesquisa apresenta conceitos sobre a transparência, referindo-se a ela como premissa para a participação e a colaboração, problematizando que tais condutas, se exercidas separadamente, não definirão governo aberto. Oliveira (2020) refere-se às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas relevantes para se promover o governo aberto, explicitando que elas não são a única condição para a existência de tal governo, uma vez que transparência, participação e colaboração são temas que vinham sendo discutidos, antes mesmo da existência das TIC não podendo negar que elas ampliaram a comunicação entre o governo e o público.

Oliveira (2020, p. 51) cita que “existem desigualdades no acesso a estas ferramentas entre grupos sociais distintos e que há interesses antagônicos entre estes grupos”, além de evidenciar que ainda é finito o acesso de muitas pessoas às redes virtuais e segue argumentando que, para a transparência ocorrer, é necessário proporcionar condições de inclusão de acesso igualitário para todos os cidadãos, pois:

o governo aberto é considerado um modelo de governança baseado nos princípios de transparência, participação e colaboração focado na inclusão dos cidadãos e outros atores não governamentais em todas as fases do ciclo de políticas públicas e nas arenas de tomada de decisão com o apoio de mecanismos adequados (on-line e off-line) (OLIVEIRA, 2020, p. 51).

Para o autor, com o governo aberto há esperança no fortalecimento do exercício da cidadania, nas ações governamentais e administrativas, fazendo-as mais eficientes. No entanto, o pesquisador problematiza o quanto tais questões ainda não são suficientemente discutidas para que se promova, na prática, o governo aberto.

O estudo apresenta o conceito de transparência e seus diferentes modelos, sua natureza, quais as suas perspectivas, os mecanismos e suas implicações, evidenciando que o tema foi acentuado nos últimos anos. De acordo com o estudo

realizado, a transparência, além de garantir o cumprimento da lei, pode proporcionar o exercício da cidadania. Portanto, as informações precisam ser compreensíveis por parte de quem a utiliza, possibilitando a contribuição na tomada de decisão. E a participação, por sua vez, equivale à redistribuição do poder, ao se relacionar com a democracia deliberativa, ou seja, o cidadão poder desfrutar da possibilidade de intervir nas decisões políticas.

Como resultado da pesquisa, Oliveira (2020) expressa os grandes desafios para o entendimento e a consolidação do conceito de governo aberto. Demonstra que há necessidade de se estabelecer diretrizes por parte dos agentes públicos, além da aquisição de recursos financeiros, tecnológicos e humanos para a “institucionalização da iniciativa de governo aberto de forma a garantir sua continuidade mesmo com transição de governos” (OLIVEIRA, 2020, p. 260). O autor também problematiza a necessidade de garantir efetivamente um governo aberto para que sejam produzidas políticas abertas e estudos que possam averiguar os impactos causados pela iniciativa desse tipo de governo.

Diante das pesquisas apresentadas, observamos que a tecnologia tem papel relevante no que tange à transparência, e que as Tecnologias de Informação e Comunicação auxiliam os governos, todavia, ainda há muito o que fazer para que a população possa alcançar as informações, sendo a internet uma das possibilidades para uma comunicação política. Os estudos mostram que as Tecnologias de Informação e Comunicação têm como peculiaridade auxiliar os governos a tornarem explícitas as informações de utilidade pública. Foi possível perceber nas pesquisas que, muitas vezes, tais informações estão confinadas e distantes da população por falta de recursos e da desigualdade que assola o país. Desse modo, após os trabalhos deste descritor, é fundamental avançar e apresentar outros trabalhos que dialogam com nossa pesquisa, trazendo, agora, as que versam sobre Tecnologia e Gestão Democrática.

2.3 TECNOLOGIA E GESTÃO ESCOLAR

Ao pesquisarmos o terceiro descritor: Tecnologia e Gestão Escolar, localizamos um total de 3.442 trabalhos entre teses e dissertações. Após aplicarmos os filtros já trazidos nessa revisão de literatura, alcançamos um total de 84 trabalhos que, após análise, resultaram em três estudos que mais se aproximam com nossa pesquisa de acordo com o descritor supracitado.

Quadro 3 - Tecnologia e Gestão Escolar

Autor	Título	Tipo	Ano	Programa
SANTOS, Diego Fruscal	A invenção da Ciberdemocracia: O conceito de Democracia na era do Ciberespaço.	DISSERTAÇÃO	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
HESSEL, Ana Maria Di Grado	Gestão de Escola e Tecnologia: administrativo e pedagógico, uma relação complexa.	DISSERTAÇÃO	2003	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MUELLER, Sibebe	Implicações do Sistema Professor on-line para a Gestão Escolar no Extremo Oeste de Santa Catarina: Uma Discussão em Políticas Públicas.	DISSERTAÇÃO	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da CAPES.

Iniciamos com a pesquisa de Santos (2013), intitulada “A invenção da Ciberdemocracia: O conceito de Democracia na era do Ciberespaço”, que chama a atenção para a história da Democracia, considerando as diferentes variações e organizações ao estabelecer uma discussão entre a democracia da antiguidade até os dias de hoje. O principal objetivo da pesquisa é “analisar as mudanças no conceito de democracia a partir da emergência do ciberespaço”. O investigador busca ainda atingir outro objetivo específico, que é verificar se o exercício da ciberdemocracia é plausível e se o debate público virtual contribuiu para uma participação democrática dos cidadãos.

O aporte teórico está baseado em Lévy (200; 2003; 2010); Castells (2002; 2015); Funari (2006); Lemos e Lévy (2010); Arendt (1990; 2011); Azambuja (2011), dentre outros, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa, fundamentando-se em estudos bibliográficos. O trabalho foi dividido por Santos (2013) em três seções: a primeira delas explora o conceito de democracia da antiga Atenas recorrendo ao ponto de vista dos filósofos Platão e Aristóteles. Na segunda, é examinada a democracia da

modernidade, utilizando os conceitos de Democracia representativa considerada por Benjamim Constant e Jean Jacques Rousseau. Na terceira seção, foi analisada a democracia e a influência herdada da cibercultura e as possibilidades para realizar uma democracia participativa

O estudo faz uma análise sobre a contemporaneidade e a democracia da modernidade, apresentando conceitos de democracia representativa. A pesquisa apresenta ainda a influência e possibilidade de se chegar a uma democracia participativa a partir da ciberdemocracia. Santos (2013) investiga o conceito da democracia da antiguidade, a democracia da modernidade, além de explorar qual foi a atuação e as possibilidades que a ciberdemocracia trouxe para a realização de uma democracia mais participativa.

Por meio desse novo cenário de uma democracia mais participativa, Santos (2013) defende que “[...] a ideia de democracia pressupõe que todas as pessoas possam decidir em conjunto as regras e as grandes orientações que dizem respeito a todos, não deixando que uma minoria determine as regras e acabem se beneficiando” (SANTOS, 2013, p. 47).

A partir desse contexto, corroboramos com a pesquisa de Santos (2013), pois acreditamos que há a possibilidade da diminuição da distância com a revolução do ciberespaço e com novos espaços tecnológicos, pois este universo propicia a participação e a aproximação popular, além de se experimentar novas formas de exercitar a democracia em um novo universo para o diálogo e a tomada de decisões referentes ao campo da política, o que possibilitou uma nova forma de exercer a cidadania.

O estudo evidencia a importância da internet por possibilitar que pessoas do mundo inteiro têm acesso às informações, aos assuntos dos governos, além de ampliar o debate no espaço público, intensificando a participação do cidadão, de modo que as pessoas possam ter voz e ser ouvidas. Para o pesquisador, a internet é um espaço “neutro e propício para a discussão de assuntos políticos e os debates produzidos reforçam o conceito de cidadania proporcionando uma maior participação da população que pode emitir a sua opinião” (SANTOS, 2013, p. 51).

A pesquisa exhibe o conceito de ciberespaço e democracia, e apresenta os locais do planeta onde eles surgiram, mas, segundo o autor, infelizmente a democracia não atingiu a sua totalidade. Para o pesquisador, a "política se tornou algo essencialmente burocrático, cuidando apenas das 'coisas públicas', uma atividade técnica não vinculada ao corpo civil" (SANTOS, 2013, p. 57). Nessa conjuntura, podemos verificar as potencialidades que a tecnologia pode gerar, além de criar novos canais de comunicação e interação entre os cidadãos que deixam de ser apenas espectadores em relação às ações políticas.

Considerando a força que abarca a internet no que diz respeito à política, o estudo considera que a principal prerrogativa da internet é a divulgação de conteúdo e opinião, proporcionando às pessoas oportunidade de se posicionarem em relação às suas ideias ao reproduzir um diálogo livre, sem que haja necessidade de aprovação por parte de terceiros "além de propiciar atividades que reafirmam valores democráticos, por meio da participação política, articulação de grupos sociais e discussões públicas (SANTOS, 2013, p. 59).

O trabalho faz menção à democracia moderna como uma opção de participação social e política, além de motivar a composição de argumentos em que as discussões possam contribuir para a manifestação de ideias e uma ampla diversidade, possibilitando um posicionamento crítico do cidadão. Por sua vez, a ciberdemocracia é capaz de fazer emergir um novo cidadão como sujeitos coletivos, que são capazes de "formular as mesmas presunções, pois se encontram na mesma sintonia e não produzem diferentes observações" (SANTOS, 2013, p. 65).

Como resultado, a pesquisa demonstra que qualquer pessoa pode assumir uma opinião no meio virtual e colaborar com o desenvolvimento da comunicação, sem que seja necessário um mediador, pois a internet é capaz de promover um canal contínuo de debate além da participação democrática do cidadão.

Continuamos a revisão de literatura, apresentando a dissertação de Ana Maria Di Grado Hessel (2003), intitulada "Gestão de Escola e Tecnologia: administrativo e pedagógico, uma relação complexa". A pesquisa discorre sobre a atuação do gestor escolar como articulador do trabalho administrativo e pedagógico das escolas, necessitando ter uma visão irrestrita "em função das teias de relações e da

complexidade das organizações humanas” (HESSEL, 2003, p. 6).

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo como participante três diretores de escolas municipais de ensino fundamental de São Paulo, objetivando encontrar elementos que auxiliem na compreensão da empreitada articuladora de um gestor de escola pública. A investigação teve início com o olhar atento sobre alguns aspectos da cultura escolar, por meio de entrevistas estruturadas, realizadas com os diretores das escolas, com o propósito de compreender as visões deles sobre o trabalho de gestão desenvolvido. A pesquisadora adotou como referencial teórico Lück (1998; 2003); Motta (2001); Bogdan (19994); Silva (1989; 2000; 2002); Casassus (2002); Libâneo (2001); Saviani (1999); Almeida (2002; 1999; 2001; 2002; 2003); Freire (2019); Lévy (1997; 1999); Vieira (2003); Bordignon (2000), dentre outros.

A pesquisa nos estimula refletir sobre a revolução tecnológica do século XX que nos convoca a ser mais flexíveis, ter a necessidade de nos habituar às incertezas e ao provisório e buscar por respostas para os problemas emergentes. Hessel (2003) chama a atenção de como o diretor necessita ter um olhar diferenciado para ter foco na coletividade e num clima organizacional que propicie a colaboração, a livre expressão e a criatividade, considerando o cenário no qual a escola está inserida

Para tanto, a pesquisadora faz um breve histórico da implementação de alguns sistemas de informatização na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SP, o que se aproxima da nossa pesquisa, pois constituímos um breve histórico da implementação do Sistema de Gestão Escolar no município de Vila Velha/ES. Com isso, buscamos entender se o sistema contribuiu com o trabalho administrativo e pedagógico das escolas e Secretaria Municipal de Educação, a fim de favorecer a integração das equipes e oferecer as mais variadas informações a todos os solicitantes.

O estudo faz menção à articulação da equipe técnica e diretor, por meio de um trabalho integrado, a importância do respeito e da coletividade para a tomada de decisões, o que contribui para:

[...] o desenvolvimento de um clima favorável e não opressivo que incentiva a participação e cria condições para um trabalho coletivo. [...] quando a divisão do trabalho estabelece fronteiras rígidas entre as atribuições específicas, criam-se barreiras à comunicação que fortalecem a hierarquia,

cabendo ao gestor as tarefas burocráticas e ao coordenador pedagógico a coordenação do projeto pedagógico (HESSEL, 2003, p. 139).

Desse modo, mesmo que cada um tenha um papel preestabelecido, as ações podem ser ajustadas e divididas de acordo com as necessidades que, por ventura, vierem a surgir no ambiente escolar e, assim, os vínculos e a reciprocidade vão aumentando, o que favorece o trabalho em equipe.

Nesse contexto, entendemos que cabe ao diretor a coordenação de toda essa ação, incentivando e propiciando a coletividade na escola para que seja garantida a participação dos atores que dela são pertencentes. Além de desenvolver sua função com competência, o gestor precisa compreender que a escola é uma organização viva e que, a partir daí, se faz necessário suscitar componentes que deem um novo significado para o trabalho que é desenvolvido (HESSEL, 2003).

Hessel (2003) demonstra como resultado da pesquisa a complexidade de atuação do gestor perante os desafios reais e emergentes e quão necessária é a formação em serviço, destacando as novas tecnologias que tendem a acrescentar cada vez mais na concepção da gestão escolar.

O estudo dialoga com nossa pesquisa, pois explica a utilização dos conceitos “gestão” e “administração” numa abordagem em que a função pedagógica de uma escola está intrinsecamente relacionada ao setor administrativo, desde a implementação do projeto político-pedagógico, ao trabalho desenvolvido junto à comunidade ou, até mesmo, quanto ao uso das ferramentas tecnológicas para conduzir as atividades desenvolvidas na escola.

Assim como Hessel (2003), buscamos compreender a visão dos gestores e professores acerca do Sistema de Gestão Escolar no trabalho administrativo e pedagógico das escolas para entender se tal ferramenta implica ou não nos processos educativos, pois o gestor escolar, com a comunidade, precisa realizar planejamentos para execução das atividades necessárias para fazer funcionar a escola, visando a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e as condições de trabalho dos professores no que se refere à mediação do ato educativo. Assim, concordamos com a pesquisadora, quando destaca que:

Cada diretor realiza um trabalho de ajustes internos e externos, porque cada organização é um sistema, que opera num contexto e está inserido num contexto externo, que é constituído pelos pais, a comunidade e as outras organizações sociais. Deve também considerar o contexto interno, ou seja, os alunos, os docentes, etc. como seres humanos, como sujeitos. Isto porque gestão significa trabalhar com as pessoas, que não são objetivos ou máquinas (HESSEL, 2003, p. 21).

Para finalizarmos o descritor “Tecnologia e Gestão Democrática”, trazemos para o diálogo a dissertação de Sibebe Mueller que tem como título “Implicações do Sistema Professor On-line para a Gestão Escolar no Extremo Oeste de Santa Catarina: Uma Discussão em Políticas Públicas para Educação” (MUELLER, 2019). A pesquisadora investiga as consequências da implementação do sistema Professor On-line, além de apresentar os conceitos sobre políticas públicas, gestão escolar democrática e a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente escolar.

Como objetivo principal, o trabalho consiste em “conhecer as implicações do sistema Professor On-line para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina” (MUELLES, 2019, p. 12). A autora convida o leitor a refletir sobre as políticas públicas referente à gestão educacional, considerando as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), propondo uma investigação sobre o processo de gestão educacional das escolas que abarcam o sistema Professor On-line, além de investigar qual vínculo há entre a gestão escolar democrática e participativa com as funcionalidades oferecidas pelo sistema implementado.

A investigadora optou por uma pesquisa qualitativa e trouxe para o diálogo os seguintes referenciais teóricos: Bardin (1977); Azevedo (2014); Bordignon (2000); Dourado (2007); Freitas (2005); Gil (2008); Lévy (1999); Libâneo (2001; 2016); Lück (1997; 2006; 2009; 2014); Paro (2001; 2012; 2016), dentre outros. A amostra para triangulação dos dados foi recolhida em 10 escolas do extremo-oeste catarinense que ofertam o ensino de Educação Básica e que utilizam o sistema Professor On-line. Na ocasião, as unidades de ensino atendiam cerca de 2.700 alunos e uma equipe de 300 professores, dos quais alguns atuavam em mais de uma escola. Participaram da pesquisa gestores e professores que responderam a uma entrevista e um questionário, no período de julho a setembro de 2018, na primeira etapa, e em fevereiro de 2019, na segunda. Com uma quantidade mínima de diretores, a pesquisadora optou por praticar uma entrevista junto aos diretores e um questionário

com os professores. De acordo com a investigadora, “a escolha deste método foi realizada considerando sua abrangência em relação a um número maior de pesquisados, devido às suas várias formas de divulgação e disponibilização” (MUELLER, 2019, p. 75).

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário no Google Formulários para que as perguntas pudessem ser respondidas de forma on-line pelos professores e gestores. Devido à participação ser totalmente livre, 10 gestores e 31 professores responderam à entrevista e ao questionário, respectivamente.

O estudo dialoga com nossa pesquisa, pois explica, de forma elementar, a familiaridade da pesquisadora com o tema, além de atuar profissionalmente no desenvolvimento de sistemas WEB, apresentando a relevância e a contribuição das tecnologias nos ambientes educacionais. Assim como Mueller (2019), atuamos na implementação do Sistema de Gestão Escolar do município de Vila Velha e nossa expectativa é analisar se o SGE está atingindo os objetivos para os quais foi desenvolvido: particulares resultados no que tange ao processo de gestão educacional.

Para entender o termo política pública, a pesquisadora realiza um estudo dos dois conceitos separadamente, e, após estudá-los, apresenta que

[...] a união das duas palavras, política e pública, está ligada ao ato de tomar decisões, das quais o povo possa participar e auxiliar nas decisões, objetivando priorizar o bem comum dos cidadãos pertencentes a uma determinada cidade ou Estado (MUELLER 2019, p. 22).

De acordo com o estudo, é possível compreender que qualquer política pública requer mudanças de forma positiva na vida do cidadão, por isso, devem ser pensadas e elaboradas de forma coletiva. A pesquisa faz um alerta quanto ao distanciamento referente à teoria política e à ação política e nos revela que:

Uma política pública não pode ser algo apenas abstrato, ela precisa, além de conhecer a realidade, ser capaz de gerar mudanças positivas. E deste ponto de vista, a promoção de ações e projetos precisa ser pautada sobre a capacidade de auxílio e intervenção da sociedade com a finalidade de melhorá-la. É necessário que ela seja uma ação conjunta entre Estado e sociedade, contemplando a realidade do povo (MUELLER, 2019, p. 29).

Desse modo, as ações desenvolvidas por meio de políticas públicas necessitam estar

relacionadas entre sociedade e o Estado, além de favorecer a realidade da população. No ambiente escolar, as tomadas de decisões precisam estar alicerçadas sobre a democracia e estabelecer um trabalho coletivo em que todos os sujeitos estejam envolvidos, desde a formulação das ações até sua concretização.

A pesquisa faz menção do uso das tecnologias como aliada à otimização das atividades do cotidiano escolar, pois auxiliam e encurtam caminhos, além de facilitar as atividades rotineiras, dentre tantas outras características. O ciberespaço é uma construção colaborativa, pois navegar na internet e compartilhar conhecimento são práticas que contribuem para uma construção coletiva (MUELLER, 2019).

Como resultado da pesquisa, Mueller (2019) conclui que o sistema Professor On-line trouxe mudanças positivas para a área educacional e proporcionou melhoria nos processos sociais. A pesquisadora destaca que, desde a implementação do sistema, aconteceu um amadurecimento nas unidades de ensino em relação à gestão democrática e participativa e que a comunidade escolar pode contribuir sugerindo melhorias na plataforma. Mas com todas essas ações, observou-se que ainda há uma longa jornada para que de fato a gestão democrática se efetive (MUELLER, 2019).

Assim, após dialogarmos com esses trabalhos, percebemos o quanto é relevante e urgente o estudo sobre a utilização das tecnologias no contexto escolar para facilitar a otimizar o trabalho administrativo e pedagógico das escolas, tendo como horizonte, inclusive, o fortalecimento da gestão democrática e do direito à educação para todos.

3 GESTÃO EDUCACIONAL NA ERA DA INFORMAÇÃO

*Pela Internet
Gilberto Gil*

*Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje*

*Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomará
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé*

*Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomará
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer*

*Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut*

*De Connecticut acessar
O chefe da Macmilícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus pra atacar programas no Japão*

*Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar*

A pesquisa acadêmica demanda diálogo com referenciais que alimentem as discussões concomitantes aos dados produzidos. O presente estudo analisa, na área da Educação, as atividades relacionadas à gestão escolar que permeiam as práticas organizativas escolares de maneira que possam ser evidenciadas a utilização de políticas públicas que delineiam o processo da gestão educacional por meio das tecnologias.

Em 1997, Gilberto Gil lança a música “Pela Internet”, que traz o diálogo em rede e as diferentes maneiras de se comunicar, o que nos permite uma interlocução entre a

gestão e as tecnologias. Criar um “*web site*” ou uma “*home-page*” está cada vez mais descomplicado e acessível, proporcionando diferentes perspectivas de administração, planejamento e organização das práticas organizativas escolares.

A música traz a essência do que a internet pode propiciar: em questão de segundos, permite a mensagem de conectividade, ou seja, interliga pessoas por todo o mundo, junta (via internet) e promove debates possibilitando outras oportunidades para a gestão ser construída coletivamente.

Assim, este capítulo se destina a dialogar com autores que sustentam a pesquisa. Para tanto, organizamos o capítulo em dois momentos correlacionados. Em um primeiro momento, fazemos reflexões teóricas com o conceito de administração e de gestão escolar na organização da escola pública brasileira sob a concepção de Paro (2007, 2009, 2018); Libâneo (2001, 2013), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) e Sander (2005, 2007); Chiavenato (1979, 2000), dentre outros.

No segundo, realizamos discussões sobre as tecnologias e a internet e suas inserções no campo da educação. Para tanto, trazemos Castells (2003, 2005, 2006, 2013) e Lévy (2011), por nos ajudar a sustentar a temática central da dissertação, cujo objeto de pesquisa é o Sistema de Gestão Escolar.

3.1 GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E AS ATIVIDADES HUMANAS

A vida em sociedade demanda de organização, pois precisamos criar estratégias para a realização de ações coletivas para atender às nossas necessidades de existência, portanto, podemos entender que as atividades de administração fazem parte da vida humana. Como ensina Paro (2007), a sociedade está organizada por instituições como igrejas, empresas, escolas, Ongs, dentre outras, que realizam atividades sociais determinadas, por isso precisamos planejar, executar e avaliar ações, contando sempre com o trabalho coletivo do humano.

Para Paro (2007), administração é uma palavra de origem latina, em que “*ad*” denota

direção/tendência e “*ministratione*”, subordinação/obediência. Chiavenato (2000) também sinaliza que administração é o processo de planejar, dirigir, organizar controlar recursos para que objetivos sejam alcançados. O autor ainda acrescenta que “[...] a tarefa básica da administração é a de fazer coisas por meio de pessoas de maneira eficiente e eficaz” (CHIAVENATO, 2000, p. 5).

No Brasil, a Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (Anpae) foi de suma importância para a consolidação da administração educacional como campo de estudo. O termo administração por muitos anos foi dominante ao se pensar e fazer educação. Na atualidade, segundo Sander (2005b), várias expressões disputam seu lugar semântico, destacando-se os de gestão, gerência e governação. Para este mesmo autor, o termo gestão era quimérico, tanto na teoria quanto na práxis da educação por, talvez, pelo fato de os primeiros a utilizá-lo terem sido os administradores de empresa, o que, para a área educacional, gerava incertezas e desaprovação.

Ainda de acordo com Sander (2005b), na contemporaneidade é possível perceber que o termo gestão já está difundido em diferentes áreas, como a política, a administração e a educação. Mas foi na Constituição Federal, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que o termo Gestão Democrática se consubstancia.

Ao estudar a administração dos sistemas escolares, Sander (2005) afirma que há conceitos que estão sempre passando por reflexões e ressignificações. Um deles é a administração escolar. Os estudos do autor apontam dois conceitos: administração e gestão escolar. Para um grupo de autores, como José Quirino Ribeiro, Antônio de Arruda Carneiro Leão, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, dentre outros, a administração pressupunha uma escola gerenciada, próxima a uma empresa, em que o diretor passava a ser aquele que determinava algo para um grupo de sujeitos executar.

A escola, nessa perspectiva, era assim organizada: centralidade na figura do diretor; organização das ações educativas de modo hierárquico; falta de diálogo; divisão social do trabalho e busca por resultados padronizados. O diretor era considerado o árbitro da escola, portanto, precisava ter um perfil de comando para que o grupo sob sua responsabilidade pudesse aprender a obedecer.

É evidente que o termo gestão está instalado no setor público da educação brasileira, o que Sander (2005b, p. 47) apresenta como “um um conceito compreensivo que diz respeito ao pensar, ao fazer a educação em sua totalidade, visando o cumprimento de sua missão política e cultural e a consecução de seus objetivos pedagógicos”.

Buscando um outro olhar sobre os sistemas de ensino e as escolas, autores como Benno Sander (2005) e Miguel Arroyo (1979) passaram a trabalhar com o conceito de gestão escolar. A gestão escolar passa a propagar a defesa de práticas organizativas das escolas por meio de ações coletivas, dialógicas e democráticas, colocando o diretor escolar como um profissional que está à frente da escola, contudo, contando com o apoio dos vários segmentos escolares.

Nesse contexto, o gestor deve estar mais próximo da equipe escolar, deixando mecanismos que o colocam no topo de um sistema hierárquico para ser visto como representante da lei e da ordem numa perspectiva de que uns mandam e outros obedecem. O trabalho coletivo e a gestão de cunho democrático sugerem que diretores, coordenadores, pedagogos, professores, dentre outros, participem das atividades escolares de maneira mais integrada com a comunidade à qual a escola pertence (LIBÂNEO, 2013).

Sander (2005) problematiza que, mesmo diante das discussões sobre os dois conceitos, há aqueles que, na atualidade, trabalham com a administração escolar não na perspectiva do uso conforme explicitado. Vitor Paro (2012) é um dos autores que compreendem administração escolar como a utilização racional de recursos para o alcance de determinados objetivos, agregando, ao processo, o trabalho coletivo do humano. Para tanto, defende ações colegiadas, trabalho coletivo, relações dialógicas e uma perspectiva de administração das escolas de modo democrático. De acordo com os estudos de Paro (2007), pensar o conceito de administração nessa perspectiva o aproxima do conceito de gestão.

De acordo com Paro (2012), em aspectos gerais:

Podemos afirmar que a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados [...]. Os recursos [...] envolvem, por um lado, os elementos materiais e conceptuais que o homem coloca entre si e a natureza para dominá-la em seu proveito [...] que precisam ser coordenados por um propósito comum [...]. A administração pode ser vista, assim, tanto na teoria como na prática como dois amplos campos que se interpenetram: a

“racionalização do trabalho” e a “coordenação do esforço humano coletivo” (PARO, 2012, p. 18-20).

Paro (2020) abrange os termos gestão e administração como sinônimos. Para esse autor, não há finalidade em diferenciá-los, pois, em sentido abreviado e subjetivo, são a utilização racional de recursos para efetuação de algum fim determinado. Para o autor, o conceito geral possibilita distanciar a praxe de que a gestão está relacionada à submissão em que a sociedade se constitui pela dominação onde exista [...] “alguém que administra e alguém administrado, como se os seres humanos ainda não tivessem se despregado do âmbito da necessidade natural” (PARO, 2020), de maneira que não haja uma dominação de umas sobre as outras. Ainda segundo o autor, “a atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender à necessidade e interesses de pessoas e grupos” (PARO, 2012, p. 12).

Neste sentido, a gestão requer mudanças nos sistemas de ensino e nas escolas, visando políticas no campo da educação que considerem a participação dos moradores da comunidade em que está localizada a escola, instituindo um “fazer coletivo” (PARO, 2001). Para tanto, defende a participação da comunidade na consulta pública para a função de diretor escolar, a constituição de órgãos colegiados, os espaços-tempos de diálogo entre a escola e a comunidade, a elaboração de projetos político-pedagógicos e de currículos que atendam a realidade dos alunos com o compromisso de abertura de novas possibilidades de participação social desses sujeitos.

Segundo Paro (2018), a constituição dessas políticas demanda planejamento, execução e avaliação coletivos. Devido à heterogeneidade das tarefas a serem executadas, a busca de recursos materiais e conceituais necessários, a pluralidade de objetivos a serem alcançados e o volumoso número de sujeitos envolvidos neste propósito, tais políticas necessitam ser coordenadas por pessoas/órgãos, com funções administrativas, afim de que as metas sejam conquistadas. Destaca o autor que nós, seres humanos, gerenciamos nossos sentimentos, recursos materiais, tempo, atividade de trabalho, recursos financeiros, enfim, todos os elementos que se fazem necessários para conquistar nossos propósitos.

Libâneo (2013) corrobora Paro (2007) ao anunciar que as políticas educacionais

(assim como de outras esferas da vida social) demandam de organização e delineamento de objetivos e metas, além da execução de ações para serem alcançadas. Por isso, também argumenta sobre a importância da organização de ações, no entanto, democráticas e coletivas, tendo em vista o trabalho do humano perpassar pela relação entre pares, a troca, a coletividade e a busca pelo alcance de objetivos comuns que venham preservar direitos socialmente constituídos. Para o autor,

[...] organizar significa articular as partes e prover as condições necessárias para realizar uma ação. [...]. Gerir é administrar, dirigir. [...] E a administração escolar, termo que tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referentes à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais), coordenar e controlar o trabalho das pessoas (LIBÂNEO, 2013, p. 85).

De acordo com o autor, a administração interfere diretamente no cumprimento dos objetivos a serem alcançados pelos sistemas de ensino e pelas escolas. A tarefa principal da escola é a mediação e a apropriação do conhecimento, portanto, ela precisa se planejar administrativamente para que os objetivos pedagógicos sejam alcançados. O pedagógico é o motor da escola e as ações administrativas são aquelas que criarão as condições para que essa função social seja alcançada. Como diz Paro (2020), o trabalho pedagógico são atividades fins, ou seja, aquelas que se pretende alcançar; e as atividades administrativas são consideradas atividades meio, pois por meio delas o pedagógico encontra condições de ser mediado no contexto escolar.

Corroboramos Paro (2001) ao evidenciar que cuidar do trabalho administrativo equivale cuidar da parte pedagógica, no entanto, não se pode resumir o fito da administração escolar às atividades-meio, o que de fato perderia a essência da gestão da escola e sua finalidade: a realização do trabalho pedagógico. Para o autor, precisamos compreender a importância da interação entre o administrativo e o pedagógico, porque se o primeiro não se organiza, o segundo não se realiza. Isso não significa dizer que o administrativo deverá suplantar o pedagógico, mas reconhecer que o trabalho pedagógico demanda do planejamento, da execução e da avaliação de um conjunto de atividades administrativas para que os professores encontrem condições de trabalho docente e os alunos contextos favorecedores da aprendizagem. Diante disso, provoca o autor:

[...] embora se referindo ao processo de ensino e aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, [as atividades administrativas] antes, como viabilizadoras ou precondições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula (PARO, 2001, p.72).

Na perspectiva de pensar a intrínseca relação entre o administrativo e o pedagógico na área da educação, o SGE, por ser um sistema ligado em rede, pode proporcionar o desenvolvimento de trabalhos integrados entre essas duas instâncias, por intermédio de atividades-meio para se alcançar atividades-fim. O trabalho pedagógico conta com a realização de um conjunto de atividades-meio interligadas, constituindo certa organização da escola necessária à realização do trabalho pedagógico.

Por meio das ferramentas do SGE, a escola encontra outras possibilidades para se organizar administrativamente, otimizando o trabalho pedagógico. Tudo se encontra de maneira virtual, podendo ser acessado em qualquer local e espaço-tempo, considerando a vinculação do profissional com a unidade de ensino. O trabalho administrativo conectado em rede vincula dados e favorece ações interligadas como: matrículas, diários de classe, históricos escolares, horários das aulas, PPP, planos de ensino e planos de aula, dentre outras ações outrora realizadas de modo manual. Com o SGE, o professor pode ter acesso a informações sobre a escola e a vida escolar do estudante, necessárias ao planejamento do trabalho pedagógico a ser realizado no transcorrer do período letivo.

Por esse ângulo, o trabalho desenvolvido pela gestão escolar, é uma tarefa que demanda um esforço diário para reconhecer que, apesar das esferas administrativas e pedagógicas das escolas serem distintas, elas necessitam estar alinhadas para que os resultados possam ser alcançados.

A gestão escolar deve estar atenta às mudanças contemporâneas para implementar atividades-meio que venham facilitar a comunicação entre os sujeitos escolares, constituindo maior interação entre a gestão administrativa e a pedagógica, pois, quando ordenadas, os professores encontram maiores alternativas para lidar com questões que afetam o trabalho pedagógico. Em tempos de constantes mudanças, a eclosão do ciberespaço permite que a humanidade adquira um novo formato de comunicação, que Lévy (2003, p. 92) considera “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”.

Com o advento das tecnologias, Lévy (2010) instiga a pensar sobre o desenvolvimento tecnológico, que sempre nos coloca na síncope do futuro e na premência do presente, ao criar utopias e distopias, ao qual devemos diagnosticar o presente, tensioná-lo com o passado e pensá-lo para o futuro. Nessa perspectiva, um Sistema de Gestão Escolar pode proporcionar a otimização do tempo para a tomadas de decisões, tanto em relação à área administrativa quanto na área pedagógica da escola, potencializando o trabalho do gestor.

Com uma ferramenta tecnológica, tal como a que trazemos como objeto de estudo, o Sistema de Gestão Escolar, as tarefas administrativas podem ser desenvolvidas em menor tempo, possibilitando maior dedicação ao trabalho pedagógico. Uma declaração de frequência, que antes iria tomar muito tempo das pessoas que atuam na secretaria da escola para serem elaboradas, com o SGE, em apenas poucos cliques tais informações podem ser visualizadas ou impressas gerando uma “economia de tempo”, facilitando o trabalho dos funcionários. Em um único sistema é possível verificar a frequência, o rendimento, o histórico, as declarações diversas etc., constituindo uma interação entre práticas administrativas e pedagógicas, proporcionando maior facilidade e compreensão da escola como um todo.

A democratização da escola exige novas práticas administrativas e pedagógicas que contribuem no processo de formação dos alunos e no trabalho dos professores.

A administração, no entanto, não se ocupa de um esforço isolado, mas se dá no esforço humano coletivo.

*A **atividade administrativa é uma atividade grupal.** As situações simples, nas quais um homem executa e planeja o seu próprio trabalho, lhe são familiares; porém, à medida que essa tarefa se expande até o ponto em que se faz necessário o esforço de numerosas pessoas para leva-la a cabo, a simplicidade desaparece, tornando necessário desenvolver processos especiais para a aplicação do esforço organizado em proveito da tarefa do grupo (CHIAVENATO, 1979, p. 179, grifos do autor).*

Nesse processo, uma gestão estratégica, envolvendo toda a comunidade escolar: docentes, discentes, pais, administradores, faz-se necessária e é essencial para o melhor desempenho dos educandos. São construções que perpassam a formação continuada, influenciando diretamente no contínuo crescimento e atualização dos conhecimentos, atitudes, horizontes pessoais, profissionais e culturais dos

educadores.

Por meio da pesquisa, é possível observar que o SGE é um sistema de computador em que os dados administrativos e pedagógicos das escolas estão compilados em um banco de dados. O sistema funciona como uma engrenagem que estabelece uma conexão com as informações administrativas e pedagógicas da unidade escolar, possibilitando ao gestor o acesso à informação de forma mais rápida.

Os dados, estando agrupados em um único local, poderão abrir caminhos para se pensar em maior autonomia e “ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização” (LIBÂNEO, 2001, p. 115). No ambiente escolar, isso representa envolver professores, alunos, técnicos, pais e comunidade, unidos no sentimento de corresponsabilidade pela instituição que deve seguir normatizações, mas também defender o diálogo e a coletividade, visando a democratização das relações.

Uma escola comprometida com a formação de cidadãos autônomos e cientes de seus direitos e deveres perante a sociedade é possível, e Paro (2001, p. 10) afirma que, se almejamos uma escola revolucionária,

[...] precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema e autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Outra postura adotada por Paro (2007, p. 45) é a transformação que aconteceu no meio educacional no que diz respeito às atribuições da escola ao declarar que:

[...] a escola pública de ontem (assim como as chamadas ‘boas’ escolas particulares atuais) podia dar-se ao luxo de ser incompetente, ao passo que a de hoje não. Isso porque a ‘boa’ escola tradicional de até três ou quatro décadas atrás, por ser elitista, recebia predominantemente alunos das camadas mais ricas, que tinham, fora da escola, condições de aprender, apesar do ensino tradicional a que se submetiam nos bancos escolares.

Isso passa por reconhecer que somos pessoas em construção e reconstrução diárias, que devemos nos preparar para questionar sistemas que insistem em se manter em um comportamento ultrapassado, que desrespeitam as diferenças, que trabalham com a lógica da homogeneidade.

Também é preciso organizar suas dimensões e compreendê-la na sua totalidade, a

gestão como tática que intervêm e organiza de maneira mais abrangente possível tendo como eixo a ampliação dos processos educacionais, da formação e aprendizagem dos seus alunos.

Essa concepção de gestão deve ser baseada em princípios que caracterizam um projeto democrático de distribuição e compartilhamento de poder. Um desses princípios é a convicção de que a práxis educacional é sempre coletiva, deve ter ações articuladas, deve aprofundar a transparência das informações, além de permitir o debate contínuo e democrático dentro da escola, centrado em questões significativas.

Para que haja relações dialógicas entre escola e comunidade, é importante a democratização na Gestão Escolar, repensando a teoria e a prática e suprimindo os controles formais, fazendo-se ouvinte de opiniões para que assim exerça sua função, mantendo um ambiente de trabalho agradável e unido (LIBÂNIO, 2013).

O autor afirma que a “direção é um princípio e atributo da gestão, mediante a qual é canalizada o trabalho conjunto das pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos” (LIBÂNIO, 2013, p. 89). Em resumo, a direção coordena os trabalhos para que sejam realizados com qualidade. Essa mudança de concepção de escola advinda de mudanças ocorridas na sociedade auxilia a criação de uma perspectiva de gestão caracterizada pela alteração de consciência a respeito da realidade e da relação entre as pessoas preocupadas em rejeitar o autoritarismo do passado. É no fazer diário que serão descobertas as possibilidades para orientar, coordenar e fazer a gestão da escola.

É importante que a escola seja organizada pela gestão participativa, pois é o exercício de democracia realizado pela gestão escolar que permite ao gestor ser uma referência que estabelece uma ponte de diálogo entre os vários grupos que compõem a comunidade escolar, com a finalidade de melhorar a educação.

Por meio dessa colaboração entre equipes, docentes e discentes se apoiam uns aos outros objetivando alcançar propósitos em comum. Ademais, há uma liderança compartilhada, o que favorece uma confiança recíproca e de corresponsabilidade entre a comunidade escolar. O gestor, no papel no ambiente escolar, pode robustecer os laços entre as equipes, propiciando maior desempenho no processo de ensino-

aprendizagem dos alunos.

Os sujeitos coletivos podem contribuir com mudanças e com a efetivação de proposições de políticas educacionais voltadas para fortalecer o direito à educação para todos (SILVA, 1996). Libâneo (2005, p. 318) entende que a partir da gestão da escola são “mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo aspectos gerenciais e técnicos administrativos”. Em outras palavras, a organização e a gestão colocam-se a serviço dos objetivos educacionais e são os meios para atingir esses objetivos.

Dessa forma, cabe retomar a concepção de funcionamento da escola utilizando o que é exposto por Libâneo (2013, p. 102) “de que a organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas”. Não existe neutralidade, tudo está interligado ao contexto conjuntural e às conexões sociais que são construídas diariamente. A tomada de decisões é uma construção coletiva, portanto, todos podem se manifestar sobre os projetos e ações.

Não há neutralidade na educação. É com essa visão que todas as pessoas que compõem a estrutura da escola devem se preocupar, tornando suas atitudes atos políticos de resistência. Das ações mais simples às mais complexas, o diálogo e a coletividade devem ser tomados como base para reorganizar as questões de infraestrutura, projetos pedagógicos e uso dos recursos com responsabilidade dentre outros.

A ética deve ser o “guarda-chuva” para os princípios aqui colocados. A escola também precisa trabalhar com seu corpo funcional, alunos e pais, a tomada de decisões quanto à organização e funcionamento da unidade de ensino, sempre resguardando as normativas vigentes. A impessoalidade lembra ao gestor que não é a “minha escola”, mas sim a escola em que estou gestor, portanto, uma função que demanda da ação entre pares para a construção de um projeto de escola pensado por todos.

Cabe ao gestor apresentar os gastos da escola aos conselhos e encontros com pais, demonstrando ética na prática administrativa. A efetividade social da escola se faz no cotidiano, buscando a construção de relações democráticas, estabelecendo o diálogo permanente para saber o que todos querem e como podem contribuir para o bom

funcionamento da rede, através do trabalho realizado na escola. Importa informar que o funcionamento da escola pode ser otimizado com o uso das novas tecnologias, por isso, no decorrer do estudo, buscamos identificar como o SGE pode contribuir para essa possibilidade.

Com a utilização das novas tecnologias é possível perceber que houve uma metamorfose no modo de fazer gestão. Elas ocasionam novos desafios e oportunidades para todos e quaisquer setores sociais, inclusive o ambiente educacional. As novas tecnologias estão cada vez mais acessíveis e essa nova geração está cada vez mais conectada. Para Castells (2015), a rede é uma realidade coletiva capaz de transformar o dia a dia do ser humano, as empresas, a cultura, a educação, dentre outros. Segundo o autor, a geração tecnológica não acontecerá em um futuro próximo, mas já fazemos parte da cultura digital contemporânea e, para além, integramos uma sociedade digital e teremos que repensar algumas ações, pois encontramos-nos em uma outra conjuntura histórica.

Essa nova geração está cada vez mais conectada e o padrão tradicional de fazer gestão demanda, muitas vezes, se reinventar. Nesse panorama, os gestores, coordenadores, pedagogos, professores etc. têm como atribuição trazer para o cotidiano escolar os meios modernos para que possam contribuir na formação dos sujeitos em busca da qualidade almejada.

Libâneo (1998) evidencia a importância da mediação entre os sujeitos que compõem o ambiente escolar e apresenta as novas tecnologias como auxílio para os desenvolvimentos das atividades que são exercidas nesse meio e também enfatiza que elas jamais serão capazes de substituir o ser humano. Elas são de fundamental importância para o processo educacional, mas,

[...] com o advento de novas concepções de aprendizagem, a necessidade de ligação do conhecimento científico com os problemas da sociedade e do cotidiano e o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da comunicação e informação, é preciso colocar a autoformação contínua como requisito da profissão docente. O exercício do trabalho docente requer, além de uma sólida cultura geral, um esforço contínuo de atualização científica na sua disciplina e em campos de outras áreas relacionadas, bem como incorporação das inovações tecnológicas (LIBÂNEO, 1998, p. 19).

Tendo em vista a importância do fortalecimento da coletividade, não se pode perder de vista a formação dos gestores, professores e de todos os sujeitos que compõem a

escola para que se promova um trabalho colaborativo na constituição de um projeto político pedagógico consistente com a participação de todos que integram a comunidade escolar.

Para tanto, Paro (2008) evidencia a importância de que é necessário a escola estar em plena sintonia, no que diz respeito aos seus aspectos organizacionais, sejam eles pedagógicos ou administrativos, individual ou coletivo. Para esse autor, tal feito

[...] parece tautológico é permanentemente contrariado, quer na realidade de nossas escolas, quer em propostas de políticas educacionais que pretendem chegar a uma boa qualidade do ensino por meio de estruturas ineficientes e autoritárias que se opõem às referidas dimensões individual e social dos objetivos educativos [...]. Neste sentido, a relação pedagógica supõe a postura ética dos sujeitos nela envolvidos: tanto quem educa quanto quem é educado precisa querer fazê-lo para que a relação se efetive como genuinamente pedagógica (PARO, 2008, p. 130).

Demo (1988) adentra o debate dizendo que a escola precisa ser vista pela população em geral como uma instituição que é da responsabilidade de todos. A democratização da gestão perpassa pela participação das pessoas que dela fazem parte. Não se trata de uma luta apenas por escola, mas sim por uma escola de qualidade, pública, gratuita, laica e capaz de contribuir com a emancipação humana.

Enfim, o modo como a escola está organizada define os processos de gestão e as finalidades sociais e educacionais da formação dos alunos. Com tal característica, estar no lugar da gestão é agir sobre/com recursos e pessoas, é fazer a gestão de espaços, interesses, recursos financeiros e materiais, contextos e conjunturas nem sempre favoráveis, mas sempre complexas. Assim, a seguir, trazemos reflexões sobre o advento das ferramentas tecnológicas no ambiente escolar.

3.2 TECNOLOGIA: O TECIDO DE NOSSAS VIDAS

Antes de adentrarmos na aplicabilidade das tecnologias no mundo educacional, é elementar definir o que é Tecnologia: o termo vem do grego *Tekhne* (arte ou técnica do ofício) e *Logos* (conjunto de saberes). Para Lévy (1999), a tecnologia é definida como um produto da sociedade e de uma cultura constituída pela humanidade a partir

da sua habilidade de criação, produção e utilização de variadas técnicas. Castells (2005) defende que a tecnologia está em conjunto com a sociedade ao colacionar que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou caracterizada sem as ferramentas tecnológicas.

O vínculo existente entre o ser humano e a tecnologia fez gerar possibilidades de ação cultural e social em espaços não palpáveis, mas que se materializam de modo virtual, na memória de um computador. A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis* que deriva de *virtus*, força, potência, a qual o filósofo Pierre Lévy (2011, p. 15) assim define:

[...] a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a “realidade” supondo uma efetuação material, uma presença tangível. O real seria da ordem do “tenho”, enquanto o virtual seria da ordem do “terás”, ou da ilusão, o que permite geralmente o uso de uma ironia fácil para evocar as diversas formas de virtualização.

Em suma, o que acontece no meio virtual, intermediado pela tecnologia do computador, é também legítimo e nos afeta verdadeiramente, apesar de não estar presente no mundo real. Ainda de acordo com o autor, “o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (LÉVY, 2011, p. 15).

Diante de tais ponderações, percebemos que o virtual decorre num local em que não estamos presentes fisicamente, declarado por Lévy (2011) como ciberespaço, e definido pelo autor, como:

[...] o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999. p. 17).

Ao navegarmos pelo ciberespaço, temos acesso ao processo intelectual, em sua maioria, como um incalculável instrumento de troca de conhecimentos passando-se então de inteligência coletiva ao coletivo inteligente (LÉVY, 2011).

Ainda a respeito do ciberespaço, percebemos que não são estabelecidos limites físicos em um mundo corpóreo e presente, pois, não é necessária a presença física do sujeito para se conceber a comunicação como princípio do relacionamento. Assim,

Lemos (2008, p. 128) define o ciberespaço como um:

[...] não-lugar, uma utopia onde devemos repensar a significação sensorial de nossa civilização baseada em informações digitais, coletivas e imediatas. Ele é um espaço imaginário, um enorme hipertexto planetário.

Para Lemos e Lévy (2010), na perspectiva da evolução das tecnologias, há maior oferta e opção de acesso livre da circulação de ideias. Na noção de democracia, há a ideia de direitos e liberdades, os quais envolvem a dignidade proeminente do sujeito e, ao mesmo tempo, a ideia de liberdade e de inteligência coletiva.

A democracia, para Lemos e Lévy (2010) é considerada como um regime político em que o direito – que se aplica a todos da mesma maneira – prima sobre a força e as fidelidades pessoais” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 116).

Dedicando-se às considerações de Lemos e Lévy (2010), percebemos que esses autores abordam uma provável repercussão política quando se trata da ação cibernética. Para esses estudiosos, estamos adentrando em uma nova realidade social em que a liberdade provoca o rompimento de fronteiras e ocasionam uma nova consciência política denominada por eles de ciberdemocracia.

Para esses autores a tecnologia se torna uma das colunas para o desenvolvimento e transformação da sociedade. Ela é utilizada para definir os conhecimentos que permitem fabricar objetos e modificar o meio ambiente com vistas a satisfazer as necessidades humanas, sendo construído de forma coletiva, baseado na participação de todos.

Trazendo o debate para nossos dias, em meio ao avanço das Tecnologias da Comunicação e Informação e diante de uma pandemia do novo coronavírus³, doença que ainda assola toda a humanidade, podemos perceber que muitas foram transformadas. Um cômodo da casa se transformou no local de trabalho ou em uma sala de aula ao ser adotado o *home office* ou *home class* para os bilhões de pessoas que viram sua vida mudar do dia para a noite.

Ferramentas tecnológicas ainda desconhecidas se tornaram parte da rotina diária. As

³ Coronavírus é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 06 jan. 2022.

famosas videoconferências nunca foram tão utilizadas e os avanços tecnológicos vem modificando de modo expressivo o panorama da sociedade contemporânea. Essas transformações influenciam consideravelmente, tanto as relações sociais, quanto o funcionamento das instituições, remodelando as estruturas políticas. Elas encurtam caminhos, auxiliam na tomada de decisões, contribuem para a agilidade dos processos, tornam mais fácil as atividades rotineiras dentre tantas outras possibilidades que as TIC podem nos oferecer, tornando-se uma prática comum também no meio educacional.

Por esse ângulo, a influência das tecnologias e o acesso à internet – cujo conceito, de acordo com o dicionário, é uma rede de computadores na qual é possível conectar e interligar computadores pelo mundo – possibilitaram transformações no meio educacional outorgando-lhes várias descobertas às práticas organizativas da escola, ultrapassando os limites ora impostos e pautados na cultura escrita, além de ser um “extraordinário vetor de libertação da palavra” (LEMOS; LÉVY 2010, p. 98).

No campo da tecnologia, não há um congelamento de ideias e possibilidades, devido à velocidade das informações. Dessa maneira, não se pode mensurar o futuro, uma vez que a internet é uma tecnologia maleável com descobertas vindas pela experiência não sendo proclamadas de antemão. Sendo assim, Castells (2003) nos instiga a pensar que não existe a total compreensão do presente, uma vez que a nossa prática se baseia na comunicação e as novas tecnologias surgem para transformar o modo de se comunicar.

Isso significa que cada vez estamos caminhando para um conhecimento revestido de transparência, como métodos científicos mais aperfeiçoados. Nesse meio digital a ciberdemocracia constitui-se por construir métodos e ferramentas que abordam um diálogo entre o cidadão e o Estado para se chegar a uma direção em que a participação popular se torna real em um sistema capaz de refletir as características da comunidade na qual se aplica o modelo de democracia. Grosso modo, essa é a propensão das tecnologias de informação e comunicação e, de acordo com Lévy (2011, p. 118),

[...] o ciberespaço reproduzirá a exclusão numa escala inda mais gigante que hoje enfrentamos [...] ou nós acompanhamos as tendências mais positivas da evolução em curso e criamos um projeto de civilização centrado sobre os

coletivos inteligentes: recriação do vínculo social mediante trocas de saber, reconhecimento, escuta e valorização das singularidades, democracia mais direta [...].

Assim, é possível estabelecer um *link* entre o Sistema de Gestão Escolar (SGE), a cibercultura e a ciberdemocracia, e podemos apontar o SGE como uma ferramenta tecnológica que vem possibilitar um modelo de organização escolar, uma vez que essa o sistema propicia a interligação entre as escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, a Secretaria de Educação, os municípios e órgãos externos, por se tratar de um sistema integrado.

Por meio dessa interlocução gestada pelo Sistema de Gestão Escolar, houve uma facilidade na visualização dos dados referentes à vida escolar do aluno, portanto, é possível afirmar que o ciberespaço é edificado conjuntamente. Corroboramos Mueller (2019), ao afirmar que “a partir do momento em que navegamos, de um ‘click’ que damos, estamos contribuindo para o crescimento das informações disponíveis na internet” (MUELLER, 2019, p. 62).

Nesse intento, a sociedade da informação é factual e o acesso à internet é exponencial, além de ser uma realidade que interliga todo o globo terrestre. De acordo com Lemos e Lévy (2010), o que se espera são mudanças globais da esfera política, pois o mundo da cibercultura não é utópico, e o futuro da sociedade revela-se para o desafio de uma ciberdemocracia global, visto que os avanços da sociedade informacional, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são cada vez mais substanciais e fluídas e podemos testemunhar o advento de uma nova dimensão política com a “era da intercomunicação” (CASTELLS, 2006).

A cibercultura atua no meio educacional por meio de diferentes linguagens, diversificados canais de comunicação que são utilizados em momentos variados, pela segunda geração, denominada **Web 2.0**, através de aplicativos, redes sociais, tecnologia da informação, e nossa pesquisa traz o Sistema de Gestão Escolar, que, nesse contexto, propicia um contato perene entre o gestor, o pedagogo, o coordenador, os professores e os responsáveis pelos alunos.

Por meio do *link* existente entre educação e ciberespaço, de acordo com Lemos (2003), exterioriza-se possibilidades de implementações e de mudança, que ajudam a esculpir uma comunicação eletrônica por meio das mídias digitais ao instigar direta

ou indiretamente os modelos e práticas organizacionais das escolas. Consequentemente, a sociedade estabelece uma relação com a tecnologia e esses espaços se correlacionam de forma que haja uma conexão entre a educação e a cibercultura.

O sociólogo Manuel Castells (2006) faz alusão a uma nova estrutura comunicacional que ele chama de *mas self communication* ou de “era da intercomunicação”, em outras palavras, uma comunicação de massa pessoal que pode modificar práticas políticas e as relações sociais rumo a uma ciberdemocracia planetária.

Por conseguinte, conforme Lévy (2003, p. 85), “as novas redes de comunicação transformam a Terra numa única zona regional centrada na metrópole ciberespacial”, e, nesse cenário virtual em que as informações são permutadas e acontece o armazenamento de dados, é que a democracia e o ciberespaço se constituem, moldando a ciberdemocracia, tal qual afirma Lévy (2002) quando indica que “os destinos da democracia e do ciberespaço estão amplamente ligados” enquanto ferramenta de exercício para democracia.

Nessa perspectiva, faremos uma análise do Sistema de Gestão Escolar, que se institui como política pública, no Município de Vila Velha; a sua implementação, utilização e as novas formas de organização escolar após sua instalação na rede municipal de ensino, além de encorajar essa geração para uma educação em que prevaleça a inclusão e igualdade.

É basilar que os professores possam acompanhar a evolução das ferramentas tecnológicas e dos métodos que estão surgindo para crescer em sua forma de ensinar e inseri-las no cotidiano escolar.

A partir desse contexto, percebemos que, com o avanço da comunicação, as novas tecnologias elevam o sentido da democracia, a partir dos diferentes níveis e possibilidades desenvolvidas por essa ferramenta. Para Lévy (2002), as modernas formas de comunicação podem revolucionar o pensamento, são capazes de modificar culturas e, à vista disso, transformar a humanidade.

A internet, como referência da era da informação, amplia as dimensões das relações sociais, proporcionando um universo de comunicação pelo computador, por meio dos

espaços virtuais. O uso das tecnologias como elemento de mediação e como um meio adequado às relações em redes, por meio da internet, ganha cada vez mais visibilidade na sociedade contemporânea, transformando-se em uma fonte de poder (CASTELLS, 2005).

Pensar o uso das tecnologias como instrumento da autocomunicação nas redes locais será sempre desafiador e não podemos negar que essa experiência, seja pela demanda trazida pela escola ou pela demanda da própria comunidade, possibilita uma agilidade dos serviços que são prestados na escola, tanto na organização pedagógica, quanto na gestão administrativa.

Nesse sentido, por meio do SGE, é possível realizar uma interpretação global da escola. Os relatórios emitidos via sistema possibilitam ao gestor observar integralmente os setores pedagógico e administrativo, além da situação escolar do estudante. Assim, é possível que todos contribuam no processo educacional.

A partir dessas novas experiências, surgem oportunidades de experimentar alternativas de políticas públicas que, embora embrionárias, funcionam de forma descentralizada e potencializam o trabalho humano realizado em diversos espaços-tempo sociais.

Por esta razão, adentrar no cotidiano de uma nova perspectiva de gerenciamento e em consonância com os pressupostos de uma sociedade que se moderniza constantemente em virtude das facilidades difundidas pelas tecnologias é desafiador, mas, ao mesmo tempo, necessário, pois tais movimentos nos permitem analisar a gestão por redes que promove uma sociedade interligada.

De forma a demonstrar os desafios encontrados para a realização dessa pesquisa, apresentamos no capítulo a seguir a metodologia utilizada para o desenvolvimento da dissertação, bem como os sujeitos envolvidos e as etapas que pretendemos alcançar.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS: PELAS VIAS DA PESQUISA

Queremos Saber
Gilberto Gil

Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões

Queremos saber
Quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos de fato um relato
Retrato mais sério
Do mistério da luz
Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente e sofredor
Tão perdido na distância
Da morada do Senhor

Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer

Queremos saber
Queremos saber
Todos queremos saber

A letra da música **Queremos Saber**, de Gilberto Gil, nos move a refletir sobre a disseminação do conhecimento que exige saber sobre os avanços científicos e

tecnológicos numa perspectiva de democratização. O ser humano, seja qual for o momento da história, sempre está à procura de respostas para as perguntas do cotidiano que os cerca.

É possível perceber um questionamento se, de fato, a tecnologia ou a própria ciência melhora a condição e a situação da sociedade. As mudanças são perceptíveis e pode-se ver um “mundo novo”, que, por outro lado, continua com os mesmos medos, discriminações, limitações capazes de sufocar. Mesmo com todo avanço tecnológico e científico, ainda não se percebe uma total alforria. Não se trata de falta de informação, mas, algo que impossibilita até mesmo a realização de indagações, possibilitando descobrir se as convicções defendidas estão realmente corretas ou erradas.

Assim, a investigação e a busca do conhecimento são incessantes e, entre perguntas e resultados, alcançamos a compreensão necessária para a resolução de possíveis problemas. Desse modo, o método de pesquisa está conectado diretamente com a ciência.

No sentido mais elementar, pesquisar é poder aventurar-se no que ainda não conhecemos o suficiente até se transformar em conquista, pois:

Pesquisa como princípio científico e educativo faz parte de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante e capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar o outro como objeto. Pesquisa como diálogo é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja à mera reprodução. Na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente (DEMO, 2006. p. 42-43).

Dessa forma, a pesquisa pode ser considerada um caminho irrefutável que descreve a trajetória para entender a realidade ou para atinar verdades parciais, como afirmam Lakatos e Marconi (2010). O objetivo desse capítulo é explicar qual metodologia fundamenta o processo de investigação e quais as técnicas que foram aplicadas no desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado profissional de educação. Ademais, busca-se justificar e embasar suas características, a seleção e a aplicação de cada uma delas. O método de pesquisa científica versa sobre

[...] um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 65).

Essa pesquisa, conforme mencionado na introdução, preconiza compreender o processo de implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha e analisar a avaliação dos profissionais das unidades de ensino acerca da referida política na realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas, por meio de dados extraídos de documentos analisados, questionários e entrevistas.

Para tanto, o capítulo foi estruturado a partir dos preceitos da pesquisa do tipo qualitativa, em seguida, do estudo de caso e finalizamos com a trajetória percorrida pela pesquisadora para a elaboração dos dados, que está dividida pelos procedimentos adotados, os instrumentos de registro, os participantes, o período no qual o estudo foi realizado, a organização, categorização e análise dos dados.

4.1 A PESQUISA QUALITATIVA E O ESTUDO DE CASO

A escolha do tema e caminho metodológico não foi realizada de forma aleatória, visto a pesquisadora ser professora da rede municipal de Vila Velha/ES. O interesse foi aumentando à medida em que as indagações e a pesquisa sobre a questão apontaram poucos materiais próprios da rede que tratam da temática do Sistema de Gestão Escolar.

Como dito, o estudo se baseia nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é subjetiva, com função interpretativa e visa entender o mundo e fazer ciência considerando o “ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995, p. 62) ao levantar dados descritivos sobre fatos e sujeitos.

Os dados da pesquisa qualitativa podem ser coletados por meio de documentos, entrevistas, estudo de casos, narrativas, dentre outros, possibilitando maior análise

durante o processo da investigação e conclusões mais detalhadas. Na esteira dessa discussão, a intenção da pesquisa qualitativa é alcançar faces menos padronizadas dos fatos com um roteiro que pode ser reorganizado. Para Demo (1988, p. 13), a pesquisa qualitativa busca:

[...] o esforço jeitoso de formalização perante uma realidade também jeitosa. Trata-se de uma consciência crítica da propensão formalizante da ciência, sabendo indigitar suas virtudes e vazios. Ao mesmo tempo, uma pesquisa qualitativa dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos quantitativos e vice-versa.

A atenção mais relevante para uma pesquisa qualitativa é o estudo e a observação do campo material, considerando o contexto em que ela está inserida e as particularidades do local original, por demandar um estudo profuso do objeto de pesquisa e reconhecer que o contato direto do pesquisador com o espaço/lugar que está sendo estudado pode ser melhor observado e compreendido sem que seja manipulado desse cenário.

Nesse ínterim, Godoy (2005) evidencia três critérios importantes da pesquisa qualitativa para a credibilidade que os resultados obtidos pelo pesquisador sejam dignos de confiança e aceitos pelos participantes da investigação. **Primeiro**, a transferibilidade. Ela está baseada na descrição aprofundada do estudo, levando o investigador a oferecer detalhes da pesquisa para que seja permitido (ao leitor) imaginar o estudo, além do contexto, e fazer seus julgamentos. Em **segundo**, vem a dependabilidade ou confiança que busca pela coerência dos resultados acaso o estudo seja refutado. E, por **último**, a confirmabilidade, que revela que os dados e sua interpretação não são ficção do investigador, uma vez que as informações, a fonte e a lógica utilizada deverão estar explicitadas.

Acrescendo à pesquisa qualitativa, trazemos, como método, o estudo de caso, que é uma forma de mergulhar na realidade do outro. O estudo de caso é uma técnica de pesquisa que elege um determinado objeto a ser estudado. Yin (2001, p. 32) o define como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para Stake (1994), a dissemelhança entre o estudo de caso e outras possibilidades

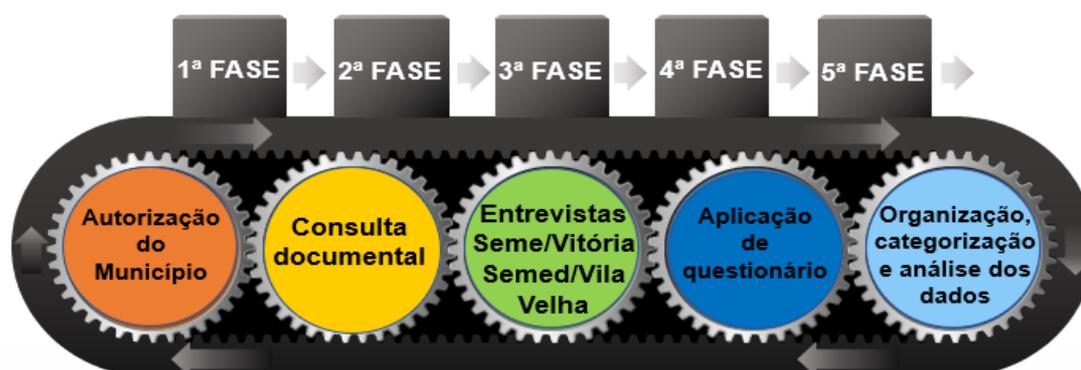
de pesquisa está no foco de atenção do pesquisador que procura a “compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 1994, p. 256). O estudo de caso pode ser aplicado de modo exploratório, descritivo e explanatório. Pode ser único ou múltiplo. Para a escolha de caso único, é pertinente que se apresente uma teoria bem formulada ou um caso raro que seja significativo documentar ou que sirva a um propósito revelador (YIN, 2001).

Utilizando o método de estudo de caso proposto por Yin (2001), nos dispusemos a seguir alguns passos: protocolo de estudo, preparação prévia para ida a campo, estabelecimento de uma base de dados. Para o autor, o estudo de caso deve ser significativo e de interesse público e ter, pelo menos, três características: a coleta de evidências, o tempo de realização e os recursos necessários que serão descritos posteriormente.

4.2 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Para a realização desse estudo, percorremos algumas etapas que auxiliaram na coleta dos dados. Yin (2001) alerta que a escolha da utilização de estratégias para a pesquisa empírica empregada na investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilita uma ampla compreensão e percepção da realidade. Diante de tal afirmativa, apresentamos os procedimentos da pesquisa que foram divididos em etapas.

Figura 2 - Fases da Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A **primeira fase** da pesquisa foi produzir um ofício solicitando autorização para investigação junto à Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Para tanto, protocolamos a solicitação no setor responsável pelos protocolos, juntamente com o projeto inicial da pesquisa. Tal documentação foi endereçada à Secretaria Municipal de Educação, em nome do gestor da pasta. Destacamos o projeto inicial, pois a problemática e os caminhos a serem percorridos foram sendo amadurecidos com o avanço da investigação.

Após resposta positiva por parte da Secretaria Municipal de Educação, quanto à realização da pesquisa, na **segunda fase**, realizamos uma consulta documental, de maneira on-line, na página da Prefeitura Municipal de Vila Velha, objetivando levantar normativas que, de modo direto ou indireto mencionavam o Sistema de Gestão Escolar. Em relação aos documentos pesquisados, destacamos o Plano Municipal de Educação (PME), Decreto e Portarias que versam sobre o Sistema de Gestão Escolar no Município de Vila Velha. Além disso, na página do Ministério da Educação – MEC – analisamos o Plano Nacional de Educação – PNE.

Quadro 4 - Documentos utilizados na análise para produção dos dados.

Documento	Esfera Governamental	Ano de Publicação
Plano Nacional de Educação	Federal	2014
Plano Municipal de Educação	Municipal	2015
Portaria nº 028, Normas para Utilização do SGE	Municipal	2016
Decreto Nº 133 /2018 Regulamenta a Lei Municipal nº 5.975/2018, que dispõe sobre a divulgação do cadastro de vagas do Sistema de Gestão Escolar	Municipal	2019
Portaria nº 05, Normas para Utilização do SGE	Municipal	2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A **consulta documental**, de acordo com Gil (2002), utiliza fontes primárias, ou seja, que ainda não foram tratadas cientificamente. Para o autor, “[...] incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, FOTOGRAFIAS, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.” (GIL, 2002, p. 46), além de apresentar várias vantagens, pois, os documentos compõem uma abundante e relevante fonte de informações de dados para qualquer pesquisa.

Quanto à **terceira etapa** da pesquisa, entrevistamos, no município de Vitória, profissionais que atuaram de modo direto com a criação e implementação do Sistema

de Gestão Escolar. Nesta etapa, envolvemos três servidores. Objetivamos entender os motivos que impulsionaram a rede de ensino a se aproximar da necessidade de um sistema em rede, da historicidade do SGE no sistema público municipal de educação de Vitória/ES, suas funcionalidades e principais desafios e possibilidades vividos pela rede de ensino com tal política.

Após a realização dessas entrevistas, buscamos também entrevistar profissionais que atuavam na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES e diretamente envolvidos com a incorporação do SGE na política educacional desta segunda municipalidade. Por meio de entrevista, buscamos entender quais foram os fatores que motivaram a rede de ensino a aderir ao Sistema de Gestão Escolar, o processo de implementação da política e as expectativas quanto à sua utilização.

As entrevistas, tanto com os profissionais de Vitória quanto os de Vila Velha, aconteceram de maneiras diferentes. Ora, de forma presencial, ora de modo on-line, via plataforma Meet, por conta da pandemia causada pelo novo coronavírus, ora via telefone ou até mesmo em forma de perguntas abertas via e-mail.

De acordo com Gil (2002), a **entrevista** é uma das técnicas mais utilizadas para a coleta de dados, pois, por meio dela, é possível obter informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, além de alcançar maior abrangência e eficiência na obtenção dos dados. Optamos por utilizar entrevistas semiestruturadas que consistem em um roteiro de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188). Em nossos diálogos, o entrevistado ficou livre para potencializar os questionamentos da forma como quisesse. Ainda conforme os autores, durante a entrevista

[...] é importante seguir algumas recomendações, tais como fazer boas perguntas e interpretar as respostas; ser um bom ouvinte, não deixando se enganar por ideologias e preconceitos, no sentido de buscar a ‘objetivação’ (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188).

Após o período das entrevistas junto às duas municipalidades, construímos a **quarta etapa** da pesquisa. Ela se constituiu por meio da elaboração de um questionário que foi respondido por profissionais da educação em atuação em cinco escolas da rede municipal de educação de Vila Velha/ES, em que buscamos contemplar as cinco regiões administrativas em que se organiza a rede de ensino. Objetivamos envolver

servidores com atuações distintas nessas escolas, ou seja, diretores, pedagogos, coordenadores de turnos e professores. O quantitativo desses profissionais é apresentado nesta metodologia no eixo que trata dos participantes na investigação.

Para Gil (2008, p. 121), “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetos da pesquisa em questões específicas”. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), coletar dados por meio de um questionário é construir “uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 111).

Ademais, Lakatos e Marconi (2010) orientam que o questionário seja construído de maneira sucinta para não haver muita demora para ser respondido, “pois, se for muito longo causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer informações suficientes” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 203). E seguindo a diretriz dos autores, o questionário foi elaborado com 24 perguntas, divididas por temas e por seções.

O principal objetivo do questionário foi compreender como os usuários avaliam a implantação e a utilização do Sistema de Gestão Escolar na gestão do trabalho administrativo e pedagógico das escolas. O questionário foi aplicado de forma remota, por meio do Google Formulários, *google forms*, devido à pandemia do novo coronavírus e já dispunha do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No mesmo *link* de envio do questionário, tivemos o compromisso de orientar sobre os procedimentos para responder as perguntas.

Para realização do estudo, os gestores, pedagogos, coordenadores e professores de cinco escolas responderam às perguntas e, ainda de forma remota, os professores responderam uma pergunta do questionário relacionada à utilização do Sistema de Gestão Escolar no que se refere à utilização da pauta eletrônica.

As perguntas foram elaboradas utilizando-se de três categorias: fechadas, nas quais foram apresentadas a avaliação do participante através de concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo totalmente e discordo parcialmente, que restringe a liberdade das respostas; questões de múltipla escolha, que podem apresentar várias opções e as perguntas abertas que permite ao participante responder de forma livre,

apresentando sua opinião ao utilizar sua linguagem própria.

No caso das questões comuns a todos os respondentes, indagamos: a) unidade de ensino; b) função; c) sexo; d) formação acadêmica e) tempo de serviço no magistério.

Em relação às questões de múltipla escolha, o quadro abaixo traz uma síntese dos questionamentos levantados. Como opção de resposta, o respondente poderia escolher entre concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Além das questões apresentadas, no questionário aplicado junto aos professores, a pesquisadora acrescentou uma pergunta específica para quem atua como regente de classe.

Quadro 5 - Síntese das questões de múltipla escolha trazidas no questionário

QUESTÕES
Considero importante a utilização de novas tecnologias na educação;
O SGE veio para facilitar meu trabalho;
A implementação do sistema otimizou o tempo para realização das atividades administrativas e/ou pedagógicas;
A internet da escola é de boa qualidade;
É necessário mais computador na escola para acessar o SGE.
PROFESSOR
Prefiro realizar as atividades na pauta física, mas não tenho essa opção.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As respostas dos questionários foram totalmente on-line e a pesquisadora permaneceu à disposição, oferecendo aos participantes os contatos possíveis, como telefone particular e endereço de e-mail, para que, em caso de dúvidas relacionadas ao questionário, essas pudessem ser sanadas. É significativo destacar que respeitamos a adesão espontânea de cada participante, assim como também foi garantido o sigilo e anonimato, bem como a liberdade de desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. A adesão à pesquisa aconteceu de forma livre.

4.3 CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

A secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – SEMED/VV administra 111 (cento e onze) escolas que estão divididas em cinco regiões que compõem o município,

divididas em 69 (sessenta e nove) unidades de ensino fundamental em que 19 (dezenove) delas dispõem da modalidade de Jovens e Adultos (EJA) e 42 (quarenta e duas) unidades de ensino infantil. Das escolas que integram o ensino fundamental, 31 (trinta e uma) atendem alunos de 1º ao 4º e/ou 5º ano, cinco recebem estudantes a partir do 4º e/ou 5º ano; 28 (vinte e oito) respondem por alunos do 1º ao 9º ano, e cinco escolas atendem ao público a partir do 6º ano. As 69 (sessenta e nove) escolas abarcam mais de 38 (trinta e oito) mil alunos e contam com um quadro de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) profissionais da educação. O público da Educação de Jovens e Adultos é de aproximadamente três mil alunos, abarcando aproximadamente 40 (quarenta) mil alunos atendidos pelo município somente no ensino fundamental.

Em relação às unidades de educação infantil, o município de Vila Velha dispõe de cinco escolas que atendem ao público de um a cinco anos; nove recebem crianças entre dois a cinco anos de idade. As crianças de três a cinco anos de idade são recepcionadas em 17 (dezesete) escolas municipais de Vila Velha/ES. Há sete unidades que comportam crianças a partir de quatro anos de idade e uma UMEI, que atende crianças de um a três anos de idade e três delas funcionam em tempo integral. Nas unidades de ensino infantil, há aproximadamente um quantitativo de 13 (treze) mil alunos matriculados e cerca de 900 (novecentos) profissionais da educação.

A pesquisa se concentra em cinco escolas de ensino fundamental. Lakatos e Marconi (2010, p. 163) afirmam que a pesquisa por amostras “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Desse modo, o estudo se concentra em escolas que possuem todos os módulos disponibilizados pelo SGE, tendo em vista nem todas contam com o uso de todos os módulos em funcionamento. Embora o município ofereça a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos no turno noturno, o módulo pauta eletrônica ainda não está implantado, em vista disso, optamos pela realização da pesquisa nos turnos diurnos.

Como dito, adotamos como campo de pesquisa uma escola de cada região do município. Na feitura da coleta de dados, as unidades de ensino encontram-se com nomes fictícios evitando a exposição dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Na região I, optamos pela UMEF “Cândido Portinari”, uma escola que atende alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. A UMEF “Anita Malfatti” foi escolhida na região II por atender alunos de 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Na região III, selecionamos a UMEF “Tarsila do Amaral”, por se tratar de uma unidade de porte menor em relação às escolas selecionadas nas regiões I, II, IV e V e atender somente ao público do ensino fundamental I. Na região IV, optamos pela UMEF “Di Cavalcanti”, por ser umas das primeiras escolas da região a contar com todos os módulos e atender o público de 1º ao 9º ano do ensino fundamental. E, por fim, a UMEF “Alfredo Volpi”, por se tratar de uma unidade mais distante da região central do município e ter sido uma das primeiras unidades de ensino em que o SGE foi implantado na região V. O quadro abaixo explicita a caracterização escolar de cada uma das unidades de ensino selecionadas.

Quadro 6 - Caracterização das escolas que compõem a pesquisa

Unidade de ensino	Quantidade de profissionais da educação	Quantidade de alunos	Turno de funcionamento	Nível de ensino/ano
Cândido Portinari	65	661	Matutino Vespertino Noturno	5º ao 9º EJA
Anita Malfatti	50	648	Matutino Vespertino	1º ao 9º
Tarsila do Amaral	24	301	Matutino Vespertino	1º ao 5º
Di Cavalcanti	60	827	Matutino Vespertino	1º ao 9º
Alfredo Volpi	105	1119	Matutino Vespertino Noturno	1º ao 9º EJA

Fonte: Recursos Humanos da SEMED/VV e SGE.

4.4 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O estudo de caso, para Triviños (1987), é uma categoria de pesquisa em que o objeto de estudo necessita ser intensamente analisado. Nesse sentido, Schramn, apud Yin

(2001, p. 31), acrescenta que tal estratégia “[...] tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”, por conseguinte, a preocupação está em descrever a perspectiva dos participantes.

A pesquisa buscou envolver três grupos de profissionais da educação. O primeiro grupo se reporta àqueles vinculados à secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES, rede de ensino pioneira na implementação dessa política pública na capital. O segundo grupo envolve servidores da rede municipal de educação de Vila Velha/ES, envolvidos na implantação do Sistema de Gestão Escolar na municipalidade. Além disso, constituiu um terceiro grupo, diretores, pedagogos, coordenadores de turnos e professores em atuação nas cinco unidades de ensino.

Quadro 7 - Profissionais envolvidos diretamente com o projeto matriz do SGE

	Município de Vitória	Município de Vila Velha
Desenvolvedora	1	---
Diretora	1	1
SEME/SEMED	3	6

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

Quadro 8 - Participantes que responderam ao questionário no Município de Vila Velha/ES

Função	Quantidade de profissionais
Diretor	5
Pedagogo	18
Coordenador	10
Professor	89

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

Solicitamos aos diretores escolares que os questionários fossem encaminhados para todos os grupos de sujeitos delimitados a participar da pesquisa. Caso todos tivessem respondido o instrumento, teríamos aproximadamente 304 (trezentos e quatro) questionários devolvidos. No entanto, mesmo com várias tentativas de incentivos da pesquisadora quanto à importância das respostas, obtivemos retorno de cinco gestores, 18 pedagogos, 10 coordenadores e 89 professores, totalizando 122 (cento e vinte e dois) servidores envolvidos com a pesquisa, conforme demonstra o quadro

acima.

4.5 OS INSTRUMENTOS DE REGISTROS

As entrevistas foram realizadas sumariamente de modo remoto. Nesse caso, solicitamos aos participantes que ela fosse gravada na plataforma google Meet. Em um caso, a entrevista foi registrada no diário de campo, a pedido do entrevistado, sendo solicitada ao depoente a produção da narrativa de modo que pudéssemos registrá-la por meio da escrita.

Tivemos também as respostas aos questionários como outra possibilidade de registro, além do diário de campo que nos permitiu realizar anotações quanto ao material consultado e reflexões advindas das leituras do material coletado. Destacamos ainda a resposta de um participante por meio de um e-mail, tendo em vista dificuldades em conciliar sua agenda profissional. Além disso, buscamos por informações complementares, enviadas por meio de mensagens de áudio de WhatsApp pelos participantes à pesquisadora.

4.6 PERÍODO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados no período de dezembro de 2020 a outubro de 2021. No caso do pedido de autorização e da consulta documental, envolvemos os meses de dezembro de 2020 até fevereiro do ano subsequente. As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2021. Os questionários foram aplicados de março a outubro deste mesmo ano. A temporalidade destinada aos questionários se justifica pelas várias tentativas da pesquisadora para com o retorno por parte dos respondentes.

4.7 ORGANIZAÇÃO, CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De posse de todo o material coletado pela pesquisadora, passamos a trabalhá-los a partir dos procedimentos que seguem. Realizamos a transcrição das entrevistas para compreender o processo de constituição do SGE no município de Vila velha, sendo necessário resgatar sua história no município de Vitória, pioneiro na política educacional no contexto capixaba.

Seguidamente, juntamos as entrevistas aos documentos consultados, tendo em vista tal ação possibilitar maior compreensão desta primeira frente de trabalho. Em seguida, fizemos a leitura das respostas trazidas pelos questionários na busca por entender a avaliação dos profissionais envolvidos na pesquisa acerca do Sistema de Gestão Escolar na interface com os trabalhos administrativo e pedagógico das escolas.

De posse dessas ações, organizamos o material coletado em categorias, considerando cada objetivo específico elencado por este estudo de mestrado. Nessas categorias, buscamos responder a problemática de pesquisa, por meio da avaliação crítica da pesquisadora sobre os dados com as contribuições do referencial teórico e da revisão de literatura.

5 O DIÁLOGO COM OS DADOS DO ESTUDO: O SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE)

Admirável Chip Novo

Pitty

*Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo*

*Parafuso e fluido em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado*

*Mas lá vêm eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema*

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva*

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga*

*Não, senhor, sim, senhor
Não, senhor, sim, senhor*

*Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo*

*Parafuso e fluido em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado*

*Mas lá vêm eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema*

*Pense, fale, compre, beba
 Leia, vote, não se esqueça
 Use, seja, ouça, diga
 Tenha, more, gaste, viva*

*Pense, fale, compre, beba
 Leia, vote, não se esqueça
 Use, seja, ouça, diga*

*Não senhor, sim senhor
 Não senhor, sim senhor*

*Mas lá vem eles novamente
 Eu sei o que vão fazer
 Reinstalar o sistema*

Em uma fase de popularização da internet, a música **Admirável chip novo** foi escrita em 2003. A cantora Pitty faz uma crítica ao sistema que tenta controlar a sociedade que está cada vez mais robotizada, por meio da internet, mesmo quando há uma sensação de liberdade em um mundo cada vez mais programado.

A ideia de verbos no imperativo no refrão da música, remete a uma reflexão sobre este estudo de mestrado, ao considerarmos o ponto de vista dos profissionais envolvidos na pesquisa em relação à implementação do Sistema de Gestão Escolar ou se há somente a “obediência” que transforma o ser humano em robôs que somente sabem seguir ordens. Assim, esse capítulo objetiva discutir os dados produzidos sobre o SGE na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e optamos por organizar o material coletado a partir dos eixos que iremos explicitar.

O primeiro eixo é a apresentação do município de Vila Velha/ES, por considerarmos importante situar o leitor sobre o território geográfico em que a pesquisa foi constituída, tendo em vista que tal realidade nos ajuda a compreender o lugar do Sistema de Gestão Escolar dentro da política pública voltada para atender os munícipes canelas-verde.

Seguidamente, trazemos as discussões sobre a rede municipal de ensino, que acolheu a pesquisa, uma vez que os dados desta realidade nos ajudam a compreender a política municipal de educação e questões que levam a municipalidade a adotar o SGE como uma possível política para organizar a dinâmica das secretarias de educação e das escolas.

Continuamos com os dados propriamente ditos sobre o SGE, com destaque para algumas informações acerca do início de tal política na rede municipal de ensino de Vitória/ES, por ser a implementadora da ação, dando prosseguimento com aqueles que tratam da processualidade desta política na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES.

Por último, apresentamos análise das entrevistas e questionários que apontam o olhar crítico dos participantes da pesquisa acerca do SGE como política pública adotada pelo município de Vila Velha/ES.

5.1 O MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA, DADOS DEMOGRÁFICOS, CULTURA E ECONOMIA

Para que possamos entender o cenário de implementação do Sistema de Gestão Escolar em Vila Velha/ES, apresentamos algumas especificidades do município. Vila Velha/ES é a mais antiga cidade do estado do Espírito Santo. Foi fundada em 23 de maio de 1.535, pelo português Vasco Fernandes Coutinho, que lhe deu o nome de Vila do Espírito Santo. Sediou a capitania até 1549, quando foi transferida para Vitória e o município passou a ter o nome atual. Dentre as curiosidades dos primeiros anos de colonização de Vila Velha, é notória a expressão canela-verde. A versão mais aceita é de que, de acordo com a história local, o apelido foi criado pelos índios, porque na costa capixaba, havia uma grande quantidade de algas marinhas que manchava as calças e as canelas dos portugueses ao descerem das embarcações.

O município de Vila Velha está localizado na região metropolitana do estado do Espírito Santo/ES, está dividido em cinco Regiões Administrativas e 92 bairros.

Quadro 9 - Regiões administrativas do município de Vila Velha, conforme Lei Municipal N.º 4.707/2008

REGIÃO I – CENTRO	
BAIRROS	
Centro de Vila Velha	Jockey de Itaparica
Boa Vista I	Olaria
Boa Vista II	Praia da Costa
Coqueiral de Itaparica	Praia das Gaivotas
Cristóvão Colombo	Praia de Itaparica

Divino Espírito Santo	Residencial Coqueiral
Glória	Soteco
Ilha dos Ayres	Vista da Penha
Itapoã	Jaburuna
REGIÃO II GRANDE IBES	
BAIRROS	
Ibes	Nossa Senhora da Penha
Araçás	Nova Itaparica
Brisamar	Novo México
Cocal	Pontal das Garças
Darly Santos	Santa Inês
Guaranhuns	Santa Mônica Popular
Ilha dos Bentos	Santos Dumont
Jardim Asteca	Vila Guaranhuns
Jardim Guaranhuns	Vila Nova
Jardim Guadalajara	
REGIÃO III GRANDE ARIBIRI	
BAIRROS	
Aribiri	Ataíde
Argolas	Cavaliéri
Chácara do Conde	Dom João Batista
Garoto	Ilha das Flores
Ilha da Conceição	Primeiro de Maio
Pedra dos Búzios	Paul
Santa Rita	Sagrada Família
Vila Garrido	Vila Batista
Zumbi dos Palmares	
REGIÃO IV GRANDE COBILÂNDIA	
BAIRROS	
Cobilândia	Alecrim
Alvorada	Cobi de Baixo
Cobi de Cima	Industrial
Jardim do Vale	Jardim Marilândia
Nova América	Planalto
Rio Marinho	Santa Clara
São Torquato	Vale Encantado
Pólo Empresarial Novo México	
REGIÃO V GRANDE JUCU	
BAIRROS	
Barra do Jucu	Interlagos
Cidade da Barra	João Goulart
Morro da Lagoa	Morada da Barra
Praia dos Recifes	Ponta da Fruta
São Conrado	Terra Vermelha
Balneário Ponta da Fruta	Barramares
Jabaeté	Morada do Sol
Nova Ponta da Fruta	Normília da Cunha
Riviera da Barra	Santa Paula I e II
Ulisses Guimarães	Vinte e Três de Maio

Fonte: Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Vila Velha em Números. Acesso em: 10 jan. 2022.

Conforme as Leis Municipais 4.707/2008, 4.991/2010 e 5.148/2011, os bairros correspondem cerca de 32% da área territorial do município e os demais percentuais se constituem de praias, parques ecológicos, área rural, vegetação, dentre outros. O

quadro abaixo apresenta informações mais sintetizadas referentes à cidade.

Quadro 10 - Informações sobre a cidade de Vila Velha

Área Territorial	210,225 km ²
População Estimada	501.325 pessoas
Densidade Demográfica (hab/km ²)	1.973,59 hab/km ²
Escolarização 6 a 14 anos	96,8%
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,800
PIB per capita	24.936,10 R\$

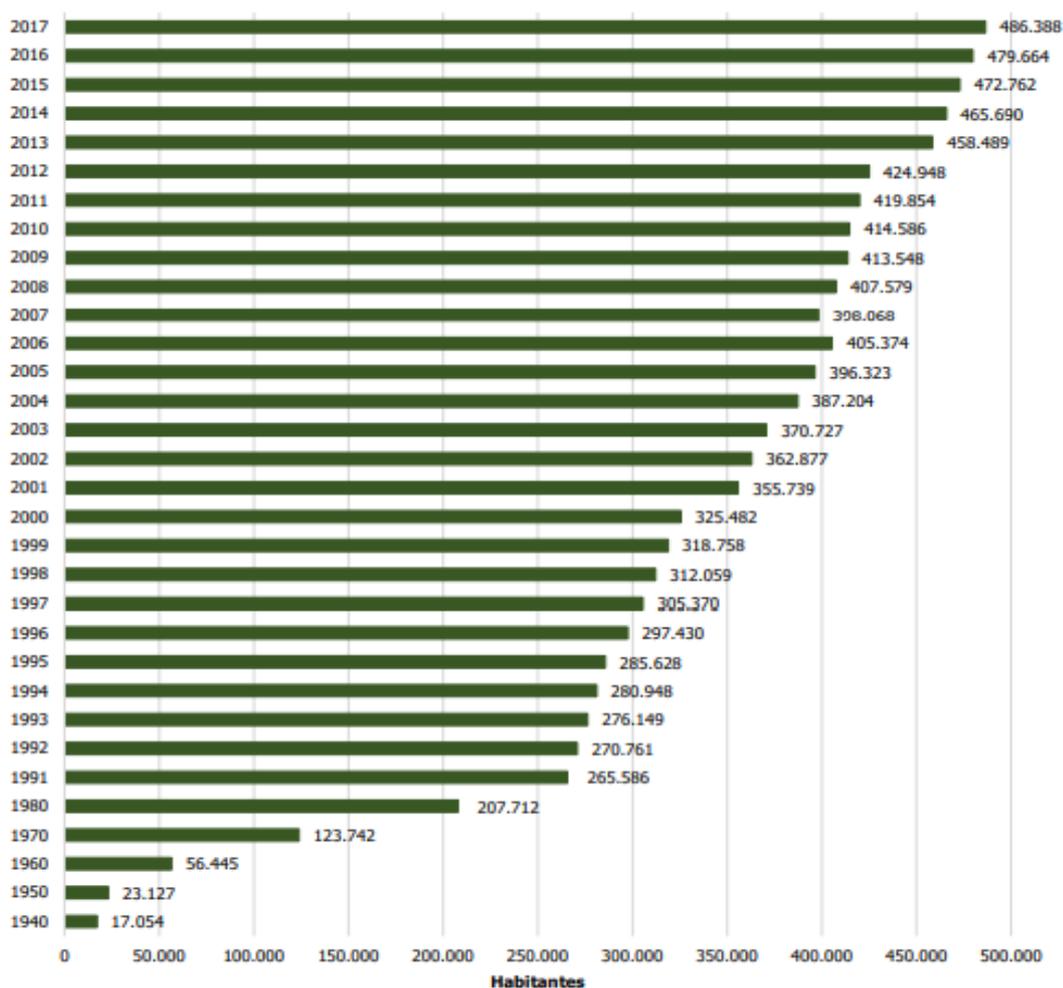
Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de dados encontrados no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/panorama>. Acesso em: 15 out. 2020.

Até o ano de 2013, Vila Velha foi a cidade mais populosa do estado quando, a partir do mesmo ano, o município de Serra ocupou esse lugar ao apresentar as maiores estimativas populacionais do Espírito Santo/ES. A área rural do município de Vila Velha está delimitada por comunidades como Xuri, Jaguarucu, Tanque, Atlântico II, Mata da Barra, Córrego do Sete, Camboapina, Jabaeté e Retiro do Congo. Além disso, conta com a extensão urbana.

De acordo com o último Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, havia na cidade de Vila Velha cerca de 414.586 habitantes. Já em 2017, a estimativa do IBGE demonstrou que fazia parte do município cerca de 486.388 habitantes, ou seja, um crescimento de 2,3% devido ao progresso de ofertas habitacionais que surgiram na cidade em apenas sete anos.

Esses dados implicam diretamente na questão educacional no que diz respeito ao quantitativo de oferta de vagas para os estudantes em idade escolar obrigatória que, após a implementação do SGE, tiveram os dados visualizados com mais facilidade, proporcionando um melhor planejamento para a execução de políticas públicas.

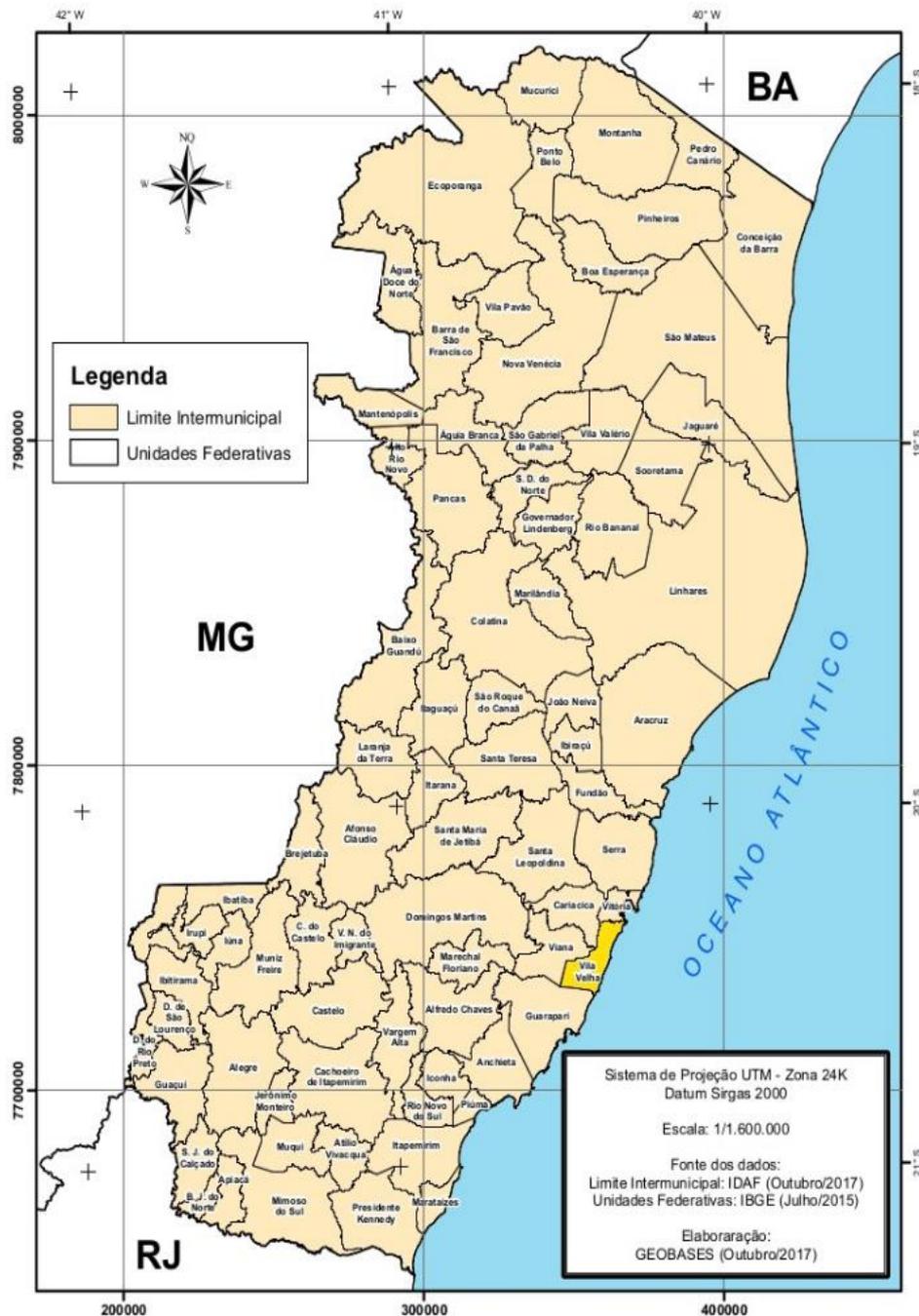
Gráfico 1 - Crescimento populacional do Município de Vila Velha



Fonte: Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Vila Velha em Números. Acesso em: 10 jan. 2022.

Com o objetivo de melhor percepção referente à localização do município de Vila Velha/ES, podemos observar o mapa político do estado do Espírito Santo com destaque para a municipalidade aqui discutida.

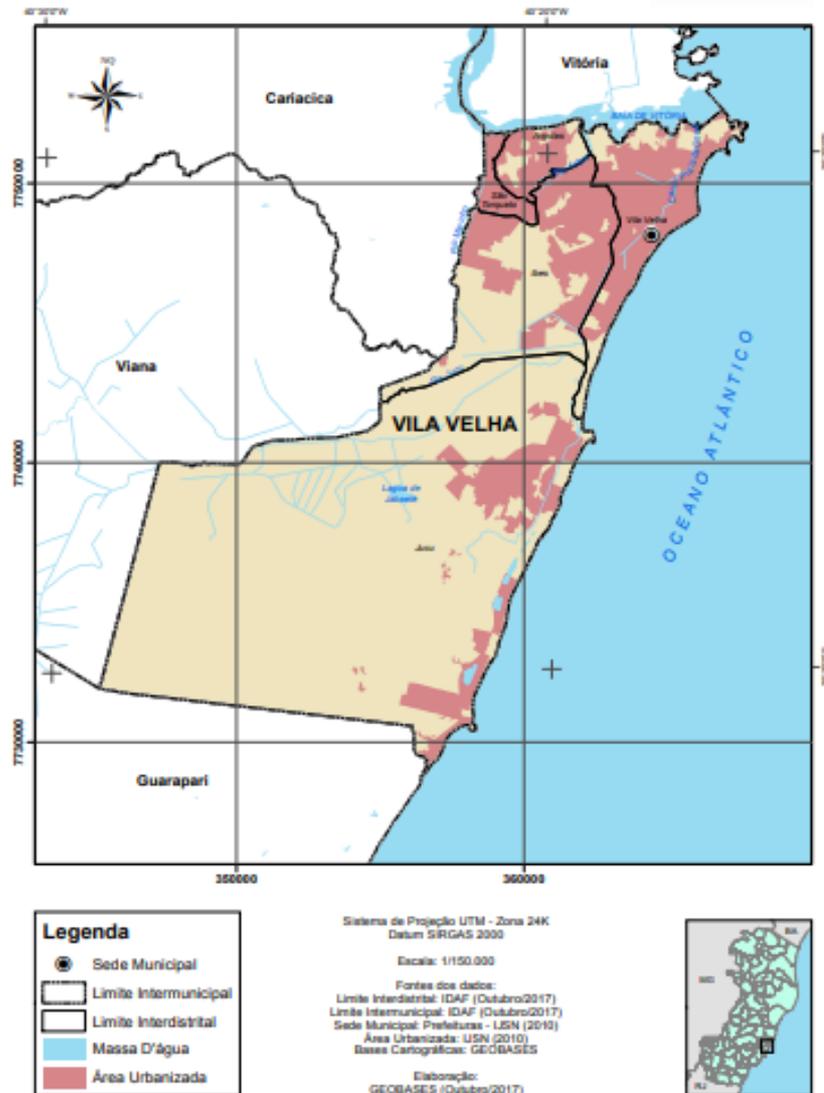
Figura 3 - Mapa Político do Estado do Espírito Santo



Fonte: Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/mapas-municipios-es> Acesso em: 10 de jan. 2022.

Vila Velha está localizada a $20^{\circ}19'48''$ de latitude sul e $40^{\circ}17'31''$ de longitude oeste. Limita-se com a cidade de Vitória, ao norte; Cariacica e Viana, a oeste; Guarapari, ao sul; e a leste, o Oceano Atlântico, conforme imagem que segue.

Figura 4 - Mapa Político do Município de Vila Velha/ES



Fonte: Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/mapas-municipios-es>
Acesso em: 10 jan. 2022.

Considerando a regionalização da cidade de Vila Velha, de acordo com dados do IBGE de 2010, cerca de 36% dos seus habitantes encontravam-se na Região I. Nas regiões II, III, IV e V, os resultados sobre o quantitativo de habitantes eram bem próximos, enquanto, aproximadamente, 1% da população residia na zona rural, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Total de habitantes por região administrativa/localidade de Vila Velha – 2010 e 2017⁴

Região administrativa/localidade	2010	2017	Participação (2010)
I Centro	148.253	173.929	35,8%
II Grande Ibes	68.724	80.626	16,6%
III Grande Aribiri	68.635	80.522	16,6%
IV Grande Cobilândia	66.265	77.741	16,0%
V Grande Jucu	60.698	71.210	14,6%
Rural	2.011	2.359	0,5%
TOTAL	414.586	486.388	100,0%

Fonte: Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Vila Velha em Números. Acesso em: 10 jan. 2022.

Somando essas informações à implementação do SGE, sistema que apresenta dados referentes aos cadastros de solicitação de vagas para a rede municipal de ensino, o setor responsável na Secretaria de Educação, junto ao gestor da pasta, pode realizar o planejamento estratégico, de forma tal que os munícipes em idade escolar possam ser atendidos nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental da rede, fortalecendo o direito à matrícula na escola comum, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96.

A cidade de Vila Vela/ES apresenta grandes disparidades econômicas entre os bairros, pois alguns estão localizados em regiões com pessoas que convivem com melhores condições financeiras, enquanto outros bairros se constituem de cidadãos que lidam cotidianamente com a pobreza e a extrema pobreza. Além disso, a violência urbana é uma realidade que desafia a política pública, principalmente quando consideramos grande desigualdade social e econômica atravessando a vida de muitos munícipes.

Conforme defende Freire (2019), a educação sozinha não fará a transformação social, mas sem ela esse processo não se concretiza. Diante disso, o fortalecimento do direito à educação aos munícipes de Vila Velha/ES se coloca como uma ação que, se

⁴ Estimativa Populacional 2017. Nota Estimativa populacional por Região administrativa de 2017 foi obtida por meio da contribuição percentual de cada região e de cada bairro no Censo Demográfico 2010 e aplicada na estimativa populacional de 2017, fornecida pelo IBGE. Isto é, mantendo constante a participação percentual de cada região administrativa em 2010, aplicou-se o mesmo percentual na população estimada para o município em 2017. Elaboração: PMVV/SEMPA. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Vila Velha em Números. Acesso em: 10 jan. 2022.

satisfeita, pode apontar outras possibilidades para o combate à desigualdade social, econômica e cultural que afeta a vida de muitas pessoas que vivem na municipalidade.

O território brasileiro é caracterizado por tradições, manifestações culturais e o município de Vila Velha/Es faz parte dessa história, contribuindo de modo significativo com a cultura do estado do Espírito Santo, por isso vamos destacar alguns pontos turísticos, artesanato e gastronomia da cidade.

Um dos pontos turísticos mais visitado é o Convento da Penha. Foi idealizado pelo espanhol Frei Pedro Palácios que, ao chegar à cidade, em 1558, deu início à construção de uma das mais belas edificações do estado. A construção foi realizada por negros escravos, estando localizado a aproximadamente 154m de altitude. No início, era apenas uma capelinha e hoje se tornou um dos mais belos cartões postais capixabas.

Fotografia 1 - Convento da Penha



Fonte: Acervo da autora (2022).

Fotografia 2 - Convento da Penha, vista panorâmica



Fonte: Disponível em: <https://descubraoespiritosanto.es.gov.br> Acesso em: 18 jan. 2022.

O Convento da Penha proporciona uma paisagem ímpar, de onde é possível visualizar os municípios de Vitória e Vila Velha quando os visitantes vão ao território, muitos para professar a sua fé. Além das missas, a festa da Penha, como é conhecida, teve sua primeira edição em 1570, evoluindo e se tornando parte da identidade do município. É a terceira maior festa do Brasil em homenagem à virgem Maria e a principal festa do estado do Espírito Santo que reúne milhares de turistas e fiéis, congregando cerca de aproximadamente 2,5 milhões de pessoa, de acordo com a última edição, em 2019. Com a pandemia do novo coronavírus, a festa não aconteceu de modo presencial devido às medidas de distanciamento.

Outro destaque do turismo, são as praias. Vila Velha possui 32km de litoral, com praias que se diversificam por suas características próprias como, por exemplo, praia para criança, para prática de surf e esportes radicais, além de *points* para o vôlei de praia, futevôlei, *beach* tênis, dentre outros, dentre as quais destacamos a Praia da Costa e a Praia do Barrão.

Fotografia 3 - Praia da Costa



Fonte: Disponível em: <http://loucosporpraia.com.br/praiada-costa-vila-velha-espírito-santo/>
Acesso em: 17 jan. 2022.

Fotografia 4 - Praia do Barrão



Fonte: Disponível em <https://www.vilavelha.es.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2022.

O município de Vila Velha/ES também tem destaque para o artesanato como, por exemplo, a renda, as conchas e escamas que são transformadas em colares, esculturas, acessórios etc., pelas mãos dos artesãos que compõem a cidade. A casaca⁵ é um instrumento de destaque do congo, de cabeça e pescoço, simulando o

⁵ Instrumento de origem africana, feito em madeira talhada, que se toca com uma vareta fina friccionando em suas cavidades, de confecção artesanal e local, utilizado pelas bandas de congo de

corpo de uma pessoa com cabeça grotesca.

Segundo as lendas da cidade, um dos lados da casaca representa um corpo. Ele lembra as costelas de uma pessoa. O folclore capixaba ressalta que a casaca representa os escravos segurando o pescoço de seus donos como se estivessem enforcando-os. Ao tocar o instrumento, tinham a sensação de que estavam machucando as costelas de seus donos. Uma peculiaridade do instrumento é que cada casaca possui um som único, dando individualidade ao apetrecho.

Fotografia 5 - Casaca



Fonte: Disponível em: <https://andrejaued.webnode.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2022.

A economia do município de Vila Velha se constitui por meio de várias possibilidades. O setor industrial, assim como o comércio, o funcionalismo público e profissionais autônomos. Destaca-se o Polo de Moda da Glória, que se localiza a aproximadamente

2km do Centro de Vila Velha, numa área de cerca de 997.967,42 Km². Somam-se 1200 pontos comerciais que geram, em média, 15 mil empregos diretos e indiretos.

Além das lojas de confecções, no bairro Glória está uma das maiores indústrias de chocolates do mundo, a fábrica de chocolates Garoto, que juntos contribuem com cerca de 72% do Produto Interno Bruto PIB no município.

Fotografia 6 - Fábrica de Chocolates Garoto



Fonte: Disponível em: <http://www.terracapixaba.com>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Na culinária, destacam-se a moqueca e a torta capixaba, dois pratos consumidos pelos munícipes assim como por turistas que visitam o estado do Espírito Santo e a cidade de Vila Velha/ES.

Fotografia 7 - Moqueca capixaba Vila Velha/ES



Fonte: Disponível em: www.capixabadagama.com.br. Acesso em: 18 jan. 2022.

Fotografia 8 - Torta Capixaba



Fonte: Disponível em: www.morrodomoreno.com.br. Acesso em: 18 jan. 2022.

É essa cidade que elegemos para constituir este estudo de mestrado, colocando como ponto de análise o Sistema de Gestão Escolar, política pensada para a sistematização de várias ações relativas à educação municipal, dentre elas, o fluxo de alunos, a organização dos processos de matrícula, as presenças, faltas, rendimento escolar, planos de ensino, além do acompanhamento dos alunos por parte de órgãos externos como, por exemplo, o Ministério Público e o Juizado de Menores, nas pessoas dos

Conselheiros Tutelares, ou seja, a realização de um conjunto de atividades administrativas realizadas pela SEMED, as escolas e órgãos externos.

Para dar continuidade ao capítulo, refletiremos sobre a política municipal de educação que subsidia o direito de aprender dos estudantes matriculados na educação infantil e no ensino fundamental da cidade.

5.2 A ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES

Vila Velha é um município que possui autonomia na área de educação por se tratar de um Sistema de Ensino, ou seja, um órgão normativo e fiscalizador, criado por meio da Lei Municipal 4.100, de 22 de outubro de 2003, que está assim organizado:

Integram o sistema municipal de ensino:

I – as instituições oficiais de ensino fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal nas modalidades regular, educação de jovens e adultos e educação especial;

II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pelo Município;

III – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV – os órgãos municipais de educação:

a) Secretaria Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Educação (PMVV, 2003, art. 10).

De acordo com a Lei 3821/2001, o Conselho Municipal de Educação e os Órgãos Colegiados do Sistema Municipal de Ensino possuem natureza participativa e representativa, que exerce as funções de caráter normativo, consultivo e deliberativo nos assuntos que lhe são inerentes dispendo das seguintes competências:

I – zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação fixadas pela legislação e das disposições baixadas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – estabelecer normas que visam a melhoria da qualidade do ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino e para as escolas privadas de educação infantil;

III – participar da elaboração e analisar os planos, projetos e programas de educação;

IV – manter intercâmbio com os Conselhos de Educação e organismos que possam contribuir para o desenvolvimento da educação;

V – propor normas para o aperfeiçoamento organizacional e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

VI – emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educacional que lhe sejam pertinentes, submetidos pelo Secretário Municipal de Educação, por outras autoridades, entidades e pessoas interessadas;

VII – acompanhar a realização do cadastro escolar para o recenseamento da população escolarizável visando garantir o atendimento da demanda;

VIII – analisar estudos e pesquisas relativos à educação do Município;

IX – declarar perda de mandato dos conselheiros;

X – fixar normas para o funcionamento, autorização e reconhecimento dos estabelecimentos de ensino, nos termos da legislação vigente;

XI – analisar e sugerir autorização sobre o funcionamento de unidades de educação infantil nos âmbitos municipal e privado, e de escolas de ensino fundamental da rede pública municipal;

XII – apreciar e determinar a suspensão temporária ou definitiva das atividades de estabelecimentos de educação infantil autorizados ou reconhecidos;

XIII – aprovar o funcionamento de escolas mantidas pelo poder público municipal;

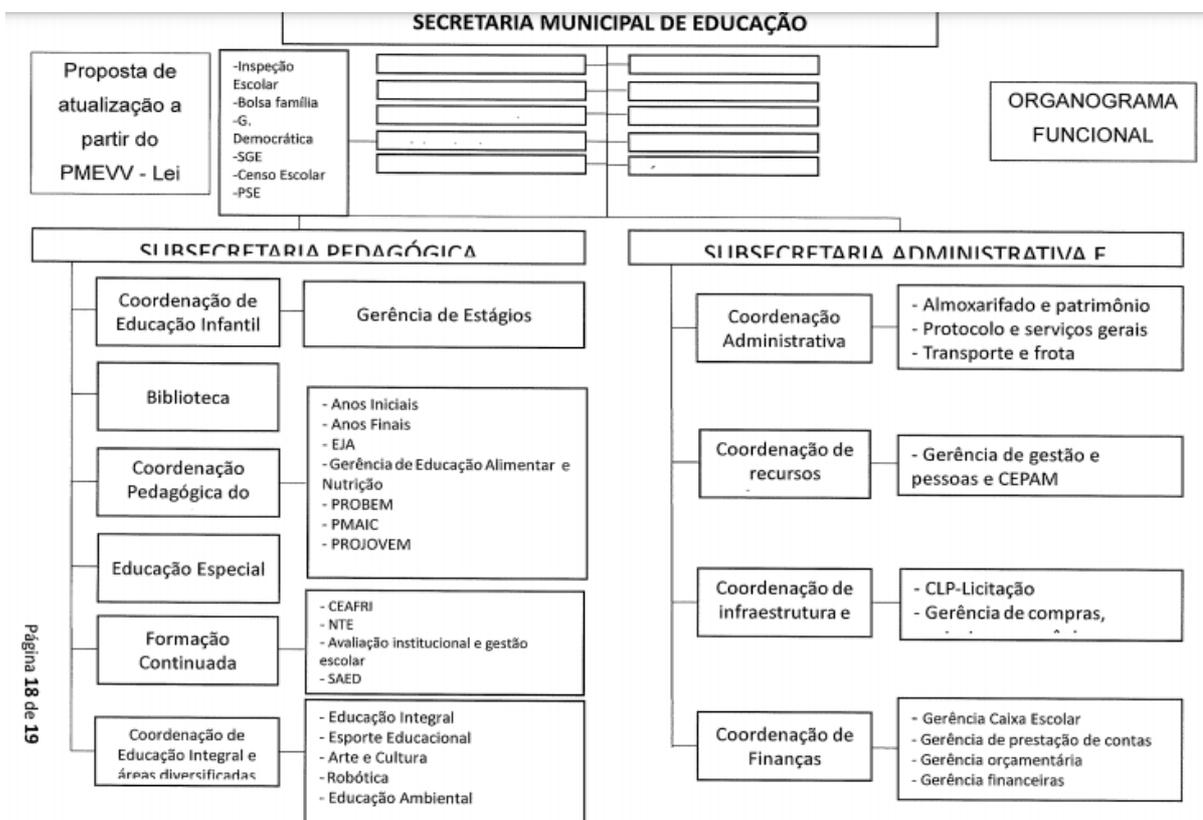
XIV – acompanhar e avaliar a prestação de contas do Município referente à aplicação dos recursos da educação;

XV – elaborar e reformular o seu regimento;

XVI – remeter à Câmara Municipal de Vila Velha, com parecer prévio, sem efeito de vinculação, a avaliação da prestação de contas do Município referente à aplicação dos recursos de educação (PMVV, 2001).

De acordo com a Lei 4.749, de 20 de janeiro de 2009, a Secretaria Municipal de Educação está sob o gerenciamento do (a) Secretário (a) de Educação, com o auxílio de 2 subsecretarias e demais setores de acordo com a figura 7:

Figura 5 - Estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – SEMED no ano de 2016.



Fonte: Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L47492009.html>

Acesso em: 26 jun. 2020.

A Lei orgânica do Município de Vila Velha, nº 6.563, de 10 de janeiro de 2022, art. 373, apresenta as obrigações do município em relação à oferta de ensino:

[...] **XIII** – Gerir as unidades de educação infantil e de ensino fundamental; **XIV** – Realizar o censo escolar e a chamada para matrícula; **XV** – Garantir igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola; **XVI** – Gerir as unidades de educação infantil e de ensino fundamental; **XVII** – Oferecer a educação infantil em pré-escolas e creches; [...] (PMVV, 2022. Grifos nosso).

Assim, a SEMED tem como missão garantir aos munícipes um ensino gratuito e de qualidade, além de assegurar a universalização do acesso escolar e possibilitar sua permanência na escola ao desempenhar o exercício da cidadania.

A rede municipal de ensino de Vila Velha é composta atualmente por 111 escolas geridas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que tem por atribuição orientar as gerências quanto à implementação de Políticas Educacionais. Destaca-se a construção e manutenção de escolas, a contratação de profissionais, a aquisição de

equipamentos e materiais pedagógicos para as unidades de ensino, a organização curricular e do processo de matrícula, dentre outros, sem dizer da formação continuada dos profissionais da Educação Básica.

A estrutura física dessas escolas é diversificada. A rede municipal de ensino conta com unidades construídas a partir da década dos anos 2000, com estrutura arquitetônica composta por ambientes mais propícios ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem. São escolas mais novas, com salas de aula amplas e outros espaços que potencializam o trabalho pedagógico. Nesta mesma rede de ensino, há escolas mais antigas e outras que foram municipalizadas e que apresentam um cenário distinto em relação às escolas mais novas. As escolas que foram construídas após os anos 2000 garantem, inclusive, a acessibilidade para pessoas com deficiência, e algumas delas possuem elevadores, rampas, piso tátil e sinalização.

As escolas municipais estão distribuídas entre as cinco regiões que compõem o município, sendo 42 Unidades Municipais de Ensino Infantil (UMEI), com aproximadamente 13 mil alunos; e 69 Unidades Municipais de Ensino Fundamental (UMEF), com matrícula de aproximadamente 40 (quarenta) mil alunos, o que totaliza aproximadamente 53 mil alunos atendidos pela esfera municipal de educação.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), que é detalhado pelo Censo Escolar, do ano de 2016 até o ano de 2018 houve um aumento de 2.646 matrículas. Já em relação aos anos de 2019 até 2021 percebemos uma oscilação em relação à quantidade de estudantes que compõem o sistema de ensino do município conforme podemos perceber quadro que segue.

Quadro 11 - Evolução de Matrícula na rede municipal de ensino.

Evolução de Matrícula				
Ano	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	EJA	TOTAL
2016	11.552	34.618	3.359	49.529
2017	11.756	35.516	3.556	50.828
2018	11.836	35.850	3.975	52.175
2019	11.580	34.078	3.579	49.237
2020	11.427	34.311	3.237	48.975
2021 (parcial)	11.783	34.936	2.528	49.247

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Censo Escolar (2022).

Para o ano letivo de 2022, de acordo com informações do site da prefeitura, a rede municipal de ensino ampliou a capacidade de atendimento com mais três mil vagas distribuídas entre a educação infantil e o ensino fundamental. As informações não foram apresentadas no quadro supracitado, pois esses números não são apontados no censo escolar por se tratar de escolas recém-inauguradas ou municipalizadas, antes do início do ano letivo de 2022.

A rede de ensino conta com cerca de cinco mil profissionais na área de educação, dentre professores de educação infantil, do ensino fundamental, pedagogos e coordenadores de turno. Os profissionais que atuam na área administrativa das escolas são também do quadro estatutário, mas, ainda há servidores que atuam como designação temporária. Os serviços de limpeza, alimentação e vigilância são terceirizados.

Os trabalhadores da educação que atuam no órgão central (SEMED) são efetivos nos cargos de professores, coordenadores e pedagogos, sendo que a maioria é convidada a compor equipes, enquanto outros ocupam funções de chefias por meio de cargos comissionados. Os servidores da educação, atuantes nas unidades de ensino possuem licenciatura plena em diversas áreas do conhecimento, tendo um número significativo com especialização *latu sensu*. Alguns dos profissionais que atuam no órgão central possuem graduação ou ensino médio, de acordo com o cargo que ocupam. Percebe-se o ingresso de professores com curso de mestrado e doutorado, assim como muitos outros já efetivos há bastante tempo que também se empenham por essas formações.

Historicamente, o plano de cargos e salários da rede municipal mostra-se pouco atrativo, situação que implica em um êxodo de professores que buscam atuar em redes de ensino vizinhas, que apresentam salários e condições de trabalho mais atrativas. Na atualidade, em função de demandas trazidas pelo próprio magistério, a gestão municipal tem sinalizado a possibilidade de abertura de discussões para melhor valorização dos profissionais da educação.

A gestão das unidades de ensino, na atualidade, vem sendo ocupada por meio de indicações do poder executivo e legislativo para o cargo de diretor. Embora outras gestões tenham experimentado outras possibilidades de ocupação do cargo

(processo seletivo e consulta pública), a utilização do cargo como comissionado e por indicação se mostra mais presente no transcorrer dos anos. Apesar da existência da Lei nº 5.938 de 29 de novembro de 2017, que “Disciplina a Gestão Democrática da Educação no Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha”, uma legislação municipal que versa sobre a consulta pública para a gestão das escolas, essa orientação não foi assumida pela gestão atual.

As escolas do município estão presentes nas cinco regiões, de acordo com as tabelas que seguem:

Tabela 2 - Divisão das Unidades Municipais de Ensino Infantil por Região

(Continua)

REGIÃO	UNIDADE DE ENSINO
Região 1	UMEI LUIZ AUGUSTO AGUIRRE DA SILVA
Região 1	UMEI MARIA CRISTINA
Região 1	UMEI MARIA RITA NEVES MORAES
Região 1	UMEI PROFESSOR JURANDYR MATTOS GRIFFO
Região 1	UMEI PROFESSORA FLÁVIA BORGIO
Região 1	UMEI SAO FRANCISCO DE ASSIS
Região 1	UMEI TIA NENZINHA
Região 1	UMEI VEREADOR ARNALDO BORGIO
Região 1	UMEITI CASULO VOVÔ
Região 2	UMEI COMECINHO DE VIDA
Região 2	UMEI PROFESSORA NIRLENE DE OLIVEIRA ALMEIDA
Região 2	UMEI ROSA HELENA FROTA TRISTAO
Região 2	UMEI TIA NINA
Região 3	UMEI AMILTON DA SILVA
Região 3	UMEI BASILIO COSTALONGA
Região 3	UMEI CORRADINO DE CICCIO PADRE EDMUNDO
Região 3	UMEI MARIA DA GLORIA RAUTA
Região 3	UMEI MARIA NUNES LIMA
Região 3	UMEI MILTON TRANCOSO DE AGUIAR
Região 3	UMEI PEDRO CAVALIERI
Região 3	UMEI PROFESSOR IRINEU DA FRAGA NEVES
Região 3	UMEI SANTA RITA DE CASSIA
Região 3	UMEI SATURNINO RANGEL MAURO
Região 3	UMEI SULTANY NADER VALLADARES
Região 3	UMEI VOVO CECILIA
Região 4	UMEI JOSE SILVERIO MACHADO
Região 4	UMEI JULIERME DA CRUZ DIAS – SR. DEZINHO
Região 4	UMEI JUVACY FRECHIANI

(Conclusão)

REGIÃO	UNIDADE DE ENSINO
Região 4	UMEI PEDRO PANDOLFI
Região 4	UMEI PROFESSORA EUPHÉLIA MOREIRA VIEIRA
Região 4	UMEI TIA JANDIRA
Região 4	UMEITI IZABEL CORREIA DA SILVA
Região 5	UMEI DIRETORA BELYCARLLA RODRIGUES JUNIAR
Região 5	UMEI HELIDA FIGUEIREDO MILAGRES
Região 5	UMEI MARIA ELISA VEREZA COUTINHO
Região 5	UMEI MARIA EMELINA MASCARENHAS BARCELLOS
Região 5	UMEI PROFESSORA ANA MARIA FONTES LYRA
Região 5	UMEI PROFESSORA FRANCISCA AMELIA PEREIRA D'OLIVEIRA
Região 5	UMEI PROFESSORA NORMILIA CUNHA DOS SANTOS
Região 5	UMEI SARAH VICTALINO GUEIROS
Região 5	UMEI TEREZINHA AGOSTINI PAGOTTI
Região 5	UMEITI REVERENDO WALDOMIRO MARTINS FERREIRA

Fonte: Sistema de Gestão Escolar (2022).

Tabela 3 - Divisão das Unidades Municipais de Ensino Fundamental por Região

(Continua)

REGIÃO	UNIDADE DE ENSINO
Região 1	UMEF CEL JOAQUIM FREITAS
Região 1	UMEF DEP MIKEIL CHEQUER
Região 1	UMEF DES FERREIRA COELHO
Região 1	UMEF DESEMBARGADOR CÂNDIDO MARINHO
Região 1	UMEF IRMA FELICIANA GARCIA
Região 1	UMEF NAYDES BRANDAO
Região 1	UMEF PROFESSOR ERNANI SOUZA
Região 1	UMEF PROFESSOR LUIZ MALIZECK
Região 1	UMEF PROFESSOR THELMO TORRES
Região 1	UMEF PROFESSORA FLÁVIA BORG
Região 1	UMEF PROFESSORA NICE DE PAULA AGOSTINI SOBRINHO
Região 1	UMEF RUBEM BRAGA
Região 1	UMEF SENADOR JOAO DE MEDEIROS CALMON
Região 1	UMEFTI PROFESSOR ELSON JOSE DE SOUZA
Região 1	UMEFTI PROFESSOR RUBENS JOSE VERVLOET GOMES
Região 2	UMEF ANTONIO DEBARCELLOS
Região 2	UMEF DIRETORA ZDMEA CAMARGO DAMASCENO
Região 2	UMEF EDSON TAVARES DE SOUZA
Região 2	UMEF GUILHERME SANTOS
Região 2	UMEF MARIA LUIZA DOS SANTOS VELLOZO
Região 2	UMEF MARINA BARCELLOS SILVEIRA
Região 2	UMEF PROFESSOR ZALUAR DIAS
Região 2	UMEF PROFESSORA LEOPOLDINA CONCEIÇÃO DE MATTOS SILVA
Região 2	UMEF PROFESSORA RAYMUNDA DE MENDONCA

(Continua)

REGIÃO	UNIDADE DE ENSINO
Região 2	UMEF RICARDINA STAMATO DA FONSECA
Região 2	UMEFTI REV ANTONIO DA SILVA COSMO
Região 3	UMEF ANA BERNARDES ROCHA
Região 3	UMEF ANTONIA MALBAR
Região 3	UMEF ANTONIO BEZERRA DE FARIAS
Região 3	UMEF ANTONIO PINTO RODRIGUES
Região 3	UMEF BARÃO DO RIO BRANCO
Região 3	UMEF CECILIA MARCHESI PAVESI
Região 3	UMEF GIOVANI CAVALLIERI
Região 3	UMEF GRACIANO NEVES
Região 3	UMEF JOSE SIQUEIRA SANTA CLARA
Região 3	UMEF LEONEL DE MOURA BRIZOLA
Região 3	UMEF MARIO CASANOVA
Região 3	UMEF OFELIA ESCOBAR
Região 3	UMEF PROFESSOR ANTONIO LORENZUTTI
Região 3	UMEF PROFESSOR. JORGE ANIZIO BORJAILLE
Região 3	UMEF SATURNINO RANGEL MAURO
Região 3	UMEF ULISSES ALVARES
Região 3	UMEFTI MACIONILIA MAURICIO BUENO
Região 4	UMEF DANTE MICHELINI
Região 4	UMEF DOMINGOS JOSÉ MARTINS
Região 4	UMEF GIL BERNARDES
Região 4	UMEF IZALTINA ALMEIDA FERNANDES
Região 4	UMEF JOFFRE FRAGA
Região 4	UMEF JUIZ JAIRO DE MATTOS PEREIRA
Região 4	UMEF MARIA ELEONORA D AZEVEDO PEREIRA
Região 4	UMEF PAULO MARES GUIA
Região 4	UMEF PEDRO HERKENHOFF
Região 4	UMEF PROFESSORA EMILIA DO ESPÍRITO SANTO CARNEIRO
Região 4	UMEFTI DR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
Região 4	UMEFTI JOSE ELIAS DE QUEIROZ
Região 5	UMEF ALGER RIBEIRO BOSSOIS
Região 5	UMEF ALY DA SILVA
Região 5	UMEF DEOLINDO PERIM
Região 5	UMEF DEP PAULO SERGIO BORGES
Região 5	UMEF DIJAYRO GONÇALVES LIMA
Região 5	UMEF DR TUFFY NADER
Região 5	UMEF GOVERNADOR CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO
Região 5	UMEF ILHA DA JUSSARA
Região 5	UMEF PROFESSOR AYLTON DE ALMEIDA
Região 5	UMEF PROFESSOR DARCY RIBEIRO
Região 5	UMEF PROFESSOR PAULO CESAR VINHA
Região 5	UMEF PROFESSORA MARIA DA GLORIA DE FREITAS DUARTE
Região 5	UMEF PROFESSORA NAIR DIAS BARBOSA

(Conclusão)

REGIÃO	UNIDADE DE ENSINO
Região 5	UMEFTI REV WALDOMIRO MARTINS FERREIRA

Fonte: Sistema de Gestão Escolar (2022).

O quadro a seguir condensa o quantitativo de escolas geridas pelo município, separadas por região administrativa, de acordo com os dados do Sistema de Gestão Escolar.

Quadro 12 - Quantitativo de escolas municipais por localidade administrativa e etapa de ensino de Vila Velha – 2022

	REGIÃO ADMINISTRATIVA					TOTAL
	I	II	III	IV	V	
ESCOLAS MUNICIPAIS	24	15	29	19	24	111
UMEI	9	4	12	7	10	42
UMEF	15	11	17	12	14	69

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SGE (2022).

O índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) revela a qualidade educacional e demonstra as informações de rendimento obtidos pelos estudantes por meio de exames padronizados e combina informações de desempenho ao final das etapas de ensino com informações sobre rendimento escolar. Ao consultarmos a página do INEP, nos deparamos com os seguintes dados acerca da rede municipal de educação de Vila Velha/ES:

Tabela 4 - IDEB 4ª série/5º ano

IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.3	4.5	5.0	4.9	5.2	5.3	5.5	5.8	----	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do INEP (2022).

Tabela 5 - IDEB 8ª série/9º ano

IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.6	3.8	4.0	4.0	3.7	4.0	4.4	4.7	----	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do INEP (2022).

Pode-se observar, por meio dos dados apresentados, que tanto no IDEB da 4ª série/5º ano quanto o de 8ª série/9º ano, o município só conseguiu atingir a meta nos anos de 2007 e 2009. Entre os anos 2011 e 2019, percebe-se que o IDEB observado está

abaixo das metas projetadas.

Á vista dos resultados apresentados, percebe-se a necessidade de observar quais critérios precisam ser definidos para melhorar os processos de ensino-aprendizagem, considerando as peculiaridades das escolas. Nesse sentido, se faz necessário que a equipe da escola possua uma visão crítica do ato de ensinar para que o planejamento das ações não seja reduzido somente a práticas educativas que atendam às exigências de uma educação mercadológica, capitalista e empresarial, pois,

[...] sendo a escola uma instituição social, é necessário sempre considerar que as concepções estão vinculadas a necessidades e demandas do contexto econômico, político, social e cultural de uma sociedade e a interesses de grupos sociais (LIBÂNEO, 2010, p. 297).

Paro (2001) evidencia que o meio escolar é o ambiente propício para que se propague objetivos políticos. O autor afirma que, na contemporaneidade, a qualidade virou sinônimo de produtividade, caracterizando-se como o designo indispensável das práticas educativas. Freitas (2014) aponta que as políticas educacionais dos dias atuais são reflexos de uma reforma gerencial, o que permite competitividade, desresponsabilizando o Estado como mantenedor do direito social à Educação, além de maximizar a responsabilização da sociedade civil em relação às questões políticas culturais, econômicas e sociais, tomando como referência um *ranking* entre as instituições de ensino.

Considerando os dados apresentados até o momento, é relevante informar que, até o ano de 2016, o município de Vila Velha dispunha do Setor de Chamada Pública Escolar que realizava o processo administrativo referente à vida escolar dos alunos, como, por exemplo: encaminhamento de matrícula, remanejamento de estudantes, transferência, quantitativo de turmas por escola, quantitativo de discentes por escolas, dentre outras. Cabe destacar que o trabalho era desenvolvido de forma totalmente manual, ou seja, com a utilização de gráficos e tabelas alimentados, ora em uma tabela no papel, ora no programa de Excel. Após a implementação do SGE, o Setor de “Chamada Pública” deixou de existir e foi interligado ao “Sistema de Gestão Escolar” (SGE).

De acordo com documentos obtidos do ano de 2016, o ensino fundamental do município estava representado pelo **Mapa de Enturmação**, nomenclatura escolhida

pelo setor da época, conforme tabela abaixo.

Tabela 6 - Mapa de Enturmação do ano de 2016

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	TOTAL
TURMAS	174	169	187	175	176	177	146	115	90	1.409
MATRÍCULA	3.893	3.882	4.491	4.433	4.434	5.070	4.238	3.116	2.366	35.923

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os dados eram obtidos por meio de telefonemas, documento impresso enviado pelas/para escolas ou pelo/para o setor de “Chamada Pública”. Tratava-se de um trabalho árduo e extenso, pois os dados se modificavam de acordo com a movimentação de matrículas, matrículas, transferências e, muitas vezes, não estavam atualizados devido à falta de interconectividade em rede.

Com a implementação do SGE, o trabalho se tornou mais conectado e acessível, pois os dados são obtidos por meio de relatórios que o próprio sistema é capaz de gerar, desde que se tenha permissão, ou seja, possuir um *login* e senha de acesso, além de internet. Já no ano de 2022, o **Mapa de Caracterização Escolar**, nomenclatura que substituiu o **Mapa de Enturmação**, estava representado conforme podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 7 - Mapa de Caracterização Escolar do ano de 2022

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	TOTAL
TURMAS	207	198	201	183	185	148	134	142	125	1.523
MATRÍCULA	4573	4412	4583	4448	4956	4259	3965	4056	3557	38.809

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Mediante esse cenário, a implementação do Sistema de Gestão Escolar se torna relevante e as tecnologias de informação e da comunicação possuem um significado valioso para uma rede de ensino composta por mais de 53 (cinquenta e três) mil alunos distribuídos entre as Unidades Municipais de Ensino. Por meio das ferramentas tecnológicas, os dados se tornam integrados e podem ser conectados para esse novo modelo de coleta de informações para formulação de políticas educacionais, utilizando-se das informações inseridas no sistema.

A rede municipal de Vila Velha vem trabalhando para a garantia da matrícula de alunos na faixa etária obrigatória na educação infantil, assim como a extensão do ensino fundamental para todos aqueles que desejam estudar no sistema de ensino

mencionado. Isso não significa dizer que não haja problemas quanto à evasão escolar e repetência. Desafios quanto à elevação dos processos de apropriação da leitura e da escrita no transcorrer de todo o ensino fundamental é uma situação que convoca investimentos no campo do currículo, da formação e da valorização docente, melhores condições de trabalho para os profissionais da educação e rede de apoio aos alunos.

Os desafios do campo da alfabetização, por exemplo, demandam atenção, pois tal realidade repercute na vida escolar de muitos alunos, quando a taxa de analfabetismo no município, no tocante à população com 25 anos ou mais, embora inferior ao da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), fala de sujeitos que ainda apresentam a necessidade de maior familiaridade com a leitura e com a escrita. Dados do IBGE evidenciam que mais de 70% da população com idade de 18 anos ou mais possui o ensino fundamental completo, no entanto, há necessidade de a escola trabalhar de modo mais sistemático para que os alunos compreendam a função social do conhecimento e nutram o desejo pela continuidade dos estudos e acesso a níveis mais elevados de escolarização.

A tabela abaixo demonstra dados que evidenciam que o município de Vila Velha/ES se encontra em um patamar diferenciado quando comparado a municipalidades que compõem a RMGV, no entanto, precisamos reconhecer índices que falam de pessoas que ainda têm o direito à educação negligenciado, expressando, inclusive, um decréscimo do percentual quando se analisa o ensino médio e o superior, conforme podemos observar na tabela apresentada a seguir.

Tabela 8 - Indicadores gerais de educação de Vila Velha, da RMGV, do Espírito Santo e do Brasil – 2010

Descrição	Vila Velha	RMGV	Espírito Santo	Brasil
Taxa de analfabetismo da população com 25 anos ou mais de idade	4,3%	5,9%	10,2%	11,8%
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	71,8%	65,2%	55,2%	54,9%
% de 18 anos ou mais com médio completo	54,8%	47,7%	38,7%	37,9%
% de 25 anos ou mais com superior completo	18,5%	15,1%	11,1%	11,3%

Fonte: Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Vila Velha em Números. Acesso em: 10 jan. 2022.

É importante ressaltar que os direitos sociais em nosso país, após a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 6º, garante que todos os brasileiros tenham direito

à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, ao afirmar que são direitos básicos e singulares para o ser humano sobreviver:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A discussão sobre os direitos sociais da cidadania nos faz recordar Bobbio (1992), quando sinaliza que eles não surgem todos de uma vez, nem de uma vez por todas. Eles nascem quando devem e quando podem nascer, a partir do fortalecimento dos movimentos sociais. Ainda de acordo com esse autor:

[...] a relação entre o nascimento e o crescimento dos direitos sociais, por um lado, e a transformação da sociedade, por outro, é inteiramente evidente. Prova disso é que as exigências de direitos sociais tornam-se tanto mais numerosos quanto mais rápida e profunda foi a sociedade. Cabe considerar, de resto, que as exigências que se concretizam na demanda de uma intervenção pública e de uma prestação de serviços sociais por parte do Estado só podem ser satisfeitas num determinado nível de desenvolvimento econômico e tecnológico; e que, com relação à própria teoria, são precisamente certas transformações sociais e certas inovações técnicas que fazem surgir novas exigências, imprevisíveis e inexecutáveis antes que essas transformações e inovações tivessem ocorrido (BOBBIO, 1992, p. 76).

Diante disso, percebemos que a educação é o impulso para todos os demais direitos, uma vez que a luta pelo direito à educação se arrasta por muitos anos dentro da educação brasileira e ganha uma maior materialização com a Constituição de 1988. Compreendemos que há uma história de lutas pela efetivação desses direitos e as próprias Constituições brasileiras mostram como o Estado foi, gradativamente, “pressionado” a assumir o direito à educação, de modo a ser pensado na igualdade e na diferença.

A educação é um direito da sociedade que deve ser garantido pelo Estado e pela família, cujo papel é do incentivo e da colaboração para que todos possam acessar a escola. Isso pode ser comprovado nos art. 205 e 206 da Constituição de 1988, pois eles determinam como essa educação deva ocorrer:

A educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, foi instituído que compete à educação abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais. Diante disso, ficam os municípios incumbidos, dentre outras obrigações, de ofertar a educação infantil em creches e pré-escolas e, prioritariamente, a oferta do ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino desde que comprovado o atendimento de forma universal à sua área de competência.

5.3 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES

Nos últimos anos, o ambiente organizacional da escola está cada vez mais dinâmico e, com isso, percebe-se a necessidade de obter dados mais sistematizados, seguros e relevantes que viabilizem agilidade na rotina escolar, de modo a provocar cada vez mais a integração entre a equipe que nela atua, respondendo às expectativas e às crescentes demandas por uma escola pública cada vez mais de melhor qualidade.

O maior desafio da educação é colocá-la a serviço da população, como instrumento de emancipação e construção da hegemonia da classe trabalhadora. Segundo Carvalho (2001, p. 31), é necessário pensar a escola que aí está, na medida em que serve a interesses dominantes, guiada por pensamento conservador que reserva à educação o papel de reprodução da força de trabalho. No caso da escola pública, ela somente cumprirá seu objetivo após abrir-se à participação popular, identificando-se

com seus interesses e necessidades, por formas de organização adequadas à natureza do processo pedagógico.

É importante salientar que a Constituição Federal de 1988 tem como um dos principais destaques a construção de uma escola pública, laica, inclusiva e para todos. Como define o artigo 37, há a necessidade de oferecer serviços que proporcionem a todos mais condições de exercerem plenamente a cidadania.

Na esteira dessa discussão, vale ressaltar o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005/2014, e o Plano Estadual de Educação, implementado a partir da Lei 10.382/2015 que, na meta 19, estabelece que é preciso:

[...] assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recurso e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

Na esfera municipal, o Plano Municipal de Educação (PME) concerne um planejamento também para um período de dez anos, engendrado conforme os Planos Nacional e Estadual. No município de Vila Velha, o PME, aprovado pela Lei 5.629/2015, na meta 19, reforça os Planos Nacional e Estadual e visa “[...] favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino” (PMVV, 2015).

Ademais, o PME, de acordo com a meta 19, estratégia 19.25 visa:

[...] implantar um sistema de coleta de dados educacionais, em parceria com outras Secretarias, que contemple informações sobre todo o sistema de ensino do Município, abrangendo as redes pública e privada, com vistas à elaboração de um sistema de indicadores educacionais (PMVV, 2015).

Tal fato ganha, ainda, maior ênfase quando se trata especificamente da gestão da escola pública, não somente pelo fato de ser financiada com os recursos públicos, mas também porque a melhoria da gestão pode trazer influências sobre o futuro desse mesmo povo.

À vista da necessidade para o cumprimento da meta 19, estratégia 25, do Plano Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação (CME) foi consultado a respeito das possibilidades da adesão do Sistema de Gestão Escolar elaborado pela

rede municipal de ensino de Vitória/ES.

O SGE trata-se de um sistema tecnológico que possibilita a inserção de dados referentes à vida escolar dos alunos e que podem ser acessados, a qualquer tempo, pela Secretaria Municipal de Educação, pela comunidade escolar e órgãos de controle externo, em qualquer espaço-tempo social, carecendo apenas da conexão com a rede mundial de computadores.

Tal sistema nos faz recordar Castells (2003) quando fala que uma determinada conexão de informações em rede pode ser denominada de Galáxia da Internet, ao realçar as mudanças no mundo empresarial, político, educacional, dentre outros, a partir da utilização da internet como Sistema de Comunicação Global, em que o planeta está conectado numa sociedade em rede, carecendo, apenas, de conexão com a rede mundial de computadores, conforme observado:

[...] A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no ocidente criou o que Mcluhan chamou de a “galáxia de Gutenberg”, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a “galáxia da internet”. O uso da internet como sistema de comunicação e forma de organização explodiu nos últimos anos do segundo milênio. [...] A influência das redes baseadas na internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade do uso. Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura (CASTELLS, 2003, p. 8).

O Sistema de Gestão Escolar foi criado pela rede municipal de ensino de Vitória/ES, quando, em 2009, algumas servidoras integrantes da Secretaria Municipal de Educação (SEME), por meio da Gerência de Tecnologia Educacional (GTE), idealizaram a possibilidade de um sistema próprio de gestão escolar que pudesse atender questões administrativas e pedagógicas de uma unidade de ensino, usufruindo dos avanços tecnológicos que a informática poderia fornecer aos fazeres de uma escola.

A princípio, o objetivo seria a aquisição de um sistema de gestão elaborado por empresas, uma vez que a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) não dispunha de funcionários suficientes para desenvolver o sistema. A partir dessa problemática, foi elaborado um Termo de Referência para aquisição de um Sistema de Gestão Escolar

(SGE) para Vitória/ES, por meio de processo licitatório. Algumas companhias se ofereceram para apresentar as funcionalidades dos sistemas que já eram utilizados no mercado. Foram ouvidas empresas que apresentaram sistemas voltados à universidade ou sistemas elaborados para determinadas empresas, além de outras que não supriam a necessidade da capital. Após cada apresentação e conversas entre as equipes envolvidas, percebeu-se que o valor era exorbitante para aquisição de um sistema funcional, mas que não contemplava a realidade das escolas municipais de Vitória.

Diante de diversas discussões e debates, percebeu-se que não seria prudente a aquisição de um sistema que não permitisse alterações no código fonte, em inglês, *source code*, definido como:

Na computação, o código-fonte é qualquer coleção de instruções de computador escritas usando algum idioma de linguagem legível por humanos, geralmente como texto. O código-fonte de um programa foi especialmente concebido para facilitar o trabalho dos programadores de computador, que especificam as ações a serem executadas por um computador principalmente por meio da redação do código-fonte. O código-fonte é muitas vezes transformado por um programa de compilação em código de máquina de baixo nível, compreendido pelo computador. O código da máquina pode então ser armazenado para execução mais tarde. Alternativamente, um intérprete pode ser usado para analisar e executar os resultados do programa de código-fonte diretamente sobre a marcha. A maioria dos aplicativos de computador são distribuídos em um formulário que inclui arquivos executáveis, mas não o código-fonte. Se o código-fonte fosse incluído, seria útil para um usuário, programador ou administrador do sistema, que talvez desejasse modificar o programa ou entender como ele funciona. Além de suas formas legíveis por máquina, o código-fonte também aparece em livros e outras mídias; muitas vezes na forma de pequenos trechos de código, mas ocasionalmente completa bases de código; um caso bem conhecido é o código-fonte do PGP (EDUCALINGO, s/d).

Detectou-se, assim, a falta de tecnologias voltadas à gestão escolar e, ao mesmo tempo, era possível apontar *software* de administração escolar, mas que, muitas vezes, eram inadequados à demanda da real necessidade da escola. A partir dessa análise, junto ao governo da capital, foi discutida a possibilidade de se compor uma equipe de desenvolvedores e de analistas que pudessem constituir um grupo específico de elaboradores de um sistema escolar para o município. O poder executivo concordou com a ideia e, após realização de concurso público, os profissionais aprovados para o cargo tomaram posse para o desenvolvimento das funções.

No decorrer desse movimento administrativo, internamente, na SEME, a equipe da GTE questionava-se por onde começar, o que programar e quais as variáveis, com quais ferramentas, possibilidades de acesso, resistências, dificuldades, enfim, questões amplas e abertas, uma vez que se tratava de algo novo, experimental, mas que precisava tomar forma, ir adiante, avançar para além das expectativas frustradas de anos anteriores.

Nessa época, a coordenação do GTE e a diretora de uma das escolas municipais de ensino fundamental compartilharam suas experiências quanto à utilização de um Sistema Escolar próprio, ou seja, um sistema que permitia o trabalho com uma pauta eletrônica, por sua vez, desenvolvido entre a escola e uma empresa de informática há, aproximadamente, três anos.

Esse fato impulsionou a secretaria de educação a convidar a escola para compor um projeto piloto junto à GTE e à Subsecretaria de Tecnologia da Informação (Sub-TI), esta última vinculada à prefeitura municipal de Vitória e não à Secretaria de Educação. O convite foi aceito pela escola que se comprometeu em compartilhar todo o processo de construção e de implementação do sistema existente (percurso, dificuldades, caminhos, desafios, etc.) sanando dúvidas.

A gestão da escola também se prontificou a compor a equipe de produção do sistema, no sentido de auxiliar quanto aos fazeres/necessidades que um sistema de gestão escolar deve contemplar, afinal, a unidade de ensino em que era gestora possuía bagagem de discussões e de ajustes de um sistema em funcionamento e as particularidades de uma unidade de ensino pública.

Surgia, então, uma possibilidade de escola interconectada, confirmadas nas palavras de Castells (2003), sendo um projeto ousado e uma nova atividade, utilizando as oportunidades oferecidas pela Internet como um meio fundamental de comunicação e processamento de informação e a escola utiliza como sua forma organizacional, aprendendo com a prática.

Para desenvolver o projeto do SGE, a diretora e a secretária escolar tornaram-se as interlocutoras entre escola, SEME e desenvolvedores. Os professores, os pedagogos e os coordenadores foram primordiais para o fomento do projeto, até então, incipiente.

Quanto à diretora, ela ainda hoje é chamada, carinhosamente, de “a mãe do SGE”.

O SGE foi construído de modo tal que todos os sujeitos que faziam parte da escola piloto tivessem participação fundamental para o desenvolvimento do Sistema. Ele foi planejado para toda rede municipal de ensino, desde o cadastro de solicitação de vagas para o ingresso na rede municipal de ensino, evitando as listas manuscritas, até a inserção de dados como a frequência diária, notas, e diversos relatórios referentes à vida escolar do estudante, além da ata de resultado final, em que o aluno é considerado aprovado, reprovado ou desistente.

Com o sistema da Prefeitura Municipal de Vitória/ES sendo estruturado, os dados acumulados no sistema da escola foram migrados para o SGE que, conforme mencionado, tinha o *feedback* da equipe da escola para os desenvolvedores e, a partir das devolutivas, a plataforma era aperfeiçoada, com a finalidade de melhorar sua utilização.

As atividades que até então eram desenvolvidas no papel, como matrícula, rematrícula, transferência, pauta do professor, plano de ensino etc., foram alimentadas em um banco de dados, formando uma rede, que se constitui em um conjunto de nós interconectados que flexibilizam e promovem adaptações num ambiente dinâmico e volátil. Diante disso, Castells (2003) sinaliza que:

[...] a introdução da informação e das tecnologias de comunicação baseadas no computador, e particularmente na Internet, permite às redes exercer sua flexibilidade e adaptabilidade e afirmar sua natureza revolucionária (CASTELLS, 2003, p. 8).

Com o surgimento da internet, mentes contribuem para essa imensa cadeia global e corroboramos Manuel Castells (2003) quando enuncia que a revolução da tecnologia é capaz de transformar nossa capacidade de comunicação, pois

[...] é uma cultura de criatividade tecnológica baseada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e na informalidade. [...] São milhares de cérebros trabalhando em colaboração, com uma divisão espontânea do trabalho, coordenação flexível e eficaz (CASTELLS, 2003. p. 71).

Essa proposta de gestão integrada é provocativa no que visa atender aos anseios da comunidade escolar, por envolver todos os participantes do processo educacional, com destaque para as práticas organizativas da Secretaria de Educação e das

Escolas.

Nessa conjectura, para que a gestão escolar alcance maior dinamismo, faz-se necessário se aproximar do setor tecnológico, de forma que a comunidade escolar possa cada vez mais dispor de ferramentas informatizadas que lhes proporcionem maior segurança e agilidade nos momentos de tomadas de decisões, tanto no âmbito pedagógico, quanto no que tange ao prisma puramente administrativo.

Com a criação do SGE no município de Vitória/ES, a rede municipal de ensino de Vila Velha/Es vislumbrou a possibilidade de compor uma parceria para a utilização da ferramenta visando produzir outra possibilidade de organização do trabalho administrativo e pedagógico, agora, utilizando essa rede conectada de informações.

Para absorção do SGE em Vila Velha/ES, a então presidente do Conselho Municipal de Educação de Vila Velha (CMEVV) participou das discussões preliminares com a equipe de Vitória e com a equipe de Vila Velha, responsáveis pela implementação, e tinha, como legado, fazer a conexão entre CMEVV e SEMED. A iniciativa foi tomada pela Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES e a negociação com o município de Vitória/ES foi assumida pela presidência do CMEVV, tendo em vista a corresponsabilização das duas instituições pelo cumprimento da meta 19, estratégia 25 do Plano Municipal de Educação.

A partir do ano de 2016, o município de Vila Velha/ES, por meio de uma parceria, deu início à implantação do SGE nas escolas municipais. A base de dados do SGE está hospedada no servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação de Vila Velha, responsável pela proteção das informações, o que garante a cada unidade de ensino o acesso independente e sigiloso dos dados contidos no sistema.

Após várias reuniões com a equipe da capital Vitória, em julho de 2016, o processo de implementação se deu gradativamente, o que viabiliza ao órgão central e a comunidade escolar maior transparência e acompanhamento das atividades executadas nas unidades de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED) constituiu uma equipe formada por profissionais dos seguintes setores: a) Núcleo de Tecnologia Educacional; b) Inspeção Escolar; c) Ensino Fundamental; d) Educação Infantil; e)

Formação Continuada; f) Chamada Pública; g) uma representante da Subsecretaria de Tecnologia e Informação. A equipe constituída tinha como finalidade conhecer o sistema por meio de reuniões e formações para que, posteriormente, a implementação acontecesse de fato nas unidades de ensino (Fotografia 9).

Para Lévy (2011, p. 40)

[...] o virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito [...] assim, as formações sempre foram momentos de interação, aprendizado e esperança para abreviação de um futuro mais tecnológico para as escolas da rede municipal de Vila Velha.

Fotografia 9 - Reunião com a equipe da SEMED/VV



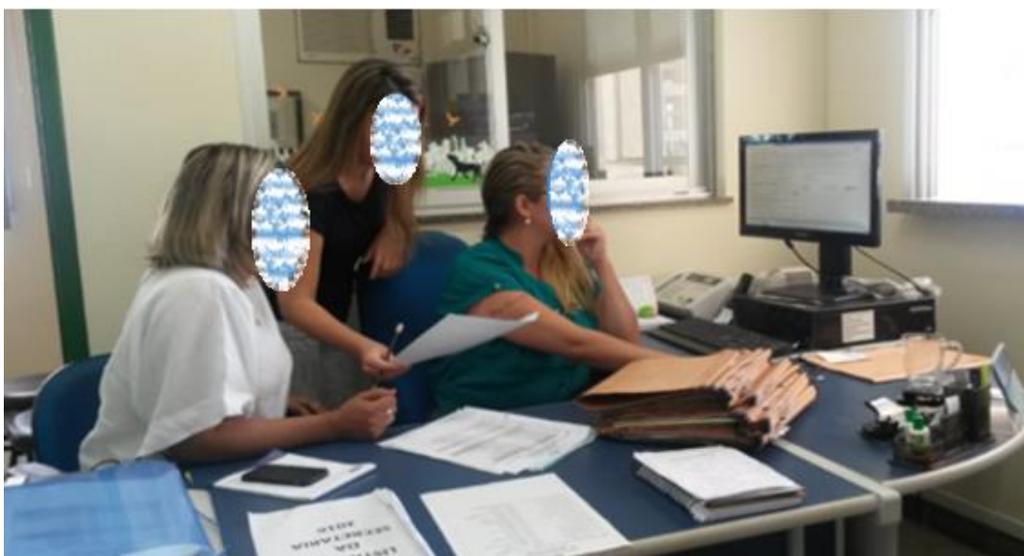
Fonte: Acervo da autora (2016).

Após diversas reuniões e manuseio do sistema, a equipe de gerenciamento da SEMED/Vila Velha obteve aprofundamento da ferramenta e, assim, deu-se início à implementação do projeto piloto em uma Unidade Municipal de ensino Infantil, UMEI “Michelangelo”, na qual foi inserido o módulo secretaria; e uma Unidade Municipal de Ensino Fundamental, UMEF “Anita Malfatti”, com a incorporação dos módulos secretaria e pauta eletrônica.

Para a instalação do módulo secretaria, a equipe de implementação da SEMED dividiu-se em três frentes de trabalho: a) equipe de Treinamento, responsável por promover a formação para os profissionais que fariam a inclusão das informações no banco de dados do sistema; b) equipe de Negócios, incumbida de atribuir todo suporte técnico à equipe de treinamento; c) equipe de Suporte que, além de compor a equipe

de treinamento e promover as capacitações para os servidores, também se responsabilizava por acompanhar *in loco* a inclusão dos dados no Sistema de Gestão Escolar, para que os profissionais dessas duas unidades de ensino pudessem “tirar dúvidas” e usufruir de todo o suporte necessário para implementação do sistema e verificar possíveis erros ou *bugs* que o sistema pudesse apresentar (Fotografia 10 e 11).

Fotografia 10 - Visita à UMEI “Michelangelo”, para auxiliar a inserção dos dados no sistema



Fonte: Acervo da autora (2016).

Fotografia 11 - Visita à UMEF “Anita Malfatti”, para auxiliar a inserção dos dados no sistema



Fonte: Acervo da autora (2016).

A partir do avanço em relação à implementação nessas duas escolas, a equipe da SEMED já planejava e se preparava para que o módulo secretaria fosse ampliado

para as demais 97 escolas que, na ocasião, compunham a rede municipal de ensino.

Nessa fase, a equipe dividiu-se em duas frentes de trabalho: a primeira delas seria responsável pelo treinamento para todos os secretários e/ou auxiliares de secretaria escolar, divididos de acordo com as regiões do município. As formações aconteciam no laboratório de informática do NTEM de maneira que os servidores pudessem ter o contato direto com o sistema que, posteriormente, faria parte do cotidiano escolar (Fotografia 12).

Fotografia 12 - para auxiliares de secretaria



Fonte: Acervo da autora (2016)

Subsequente aos treinamentos, e conforme o planejamento do grupo responsável pela implementação do sistema, as equipes se dividiam entre as unidades de ensino para acompanhar, na prática do cotidiano escolar, o processo e evolução da inserção dos dados dos alunos na plataforma. A implantação do módulo secretaria teve duração de dois meses e, ao final de setembro de 2016, toda a rede de ensino já dispunha do módulo secretaria e a documentação, relacionada à secretaria da escola, já começava a ser expedida, via Sistema de Gestão Escolar.

Após conclusão da implantação do módulo secretaria, iniciou-se a instalação do módulo pauta eletrônica na UMEF “Anita Malfatti”. Com intuito de prosseguir em mais esse desafio, a equipe responsável pelo treinamento se dirigia à escola, subsidiando o gestor escolar, os pedagogos, os coordenadores e, principalmente, os professores que foram a essência para o avanço do projeto em meio a tantas incertezas. Para tal,

eram realizados treinamentos específicos de acordo com a área de atuação (Fotografia 13-18).

Fotografia 13 - Treinamento para professores



Fonte: acervo da autora (2017).

Fotografia 14 - Treinamento para professores



Fonte: acervo da autora (2017).

Fotografia 15 - Treinamento para pedagogos



Fonte: Acervo da autora (2018).

Fotografia 16 - Treinamento para pedagogos



Fonte: Acervo da autora (2018).

Fotografia 17 - Treinamento para técnicos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED



Fonte: Acervo da autora (2017).

Fotografia 18 - Treinamento para os diretores escolares



Fonte: Acervo da autora (2017).

A utilização de novas tecnologias no Município de Vila Velha não se deu a partir do SGE, conforme já mencionamos anteriormente. A pauta eletrônica era uma ferramenta desejada por profissionais da rede “canela verde” e, por coincidência, alguns atuavam simultaneamente na rede municipal de Vitória e Vila Velha. Assim, já

dispunham do SGE para os registros diários. No módulo pauta eletrônica, o professor realiza (de modo digital) o que antes era feito manualmente e com vantagens, como a soma automática das faltas, das notas, das médias trimestrais, além de não conter rasuras, o que ocasionava muitas vezes dúvidas em relação à veracidade dos registros na pauta de papel.

5.3.1 Funções e ferramentas do SGE

Nos dias que correm, encontramos diferentes alternativas de organização da gestão escolar, o que favorece a escola ao minimizar atropelos, além de facilitar os processos e permitir maior assertividade nas decisões. Ao adentrarmos na apresentação das funcionalidades do Sistema de Gestão Escolar, recordarmos o filme Tempos Modernos (1936), em que Carlitos, personagem que Charles Chaplin (1889/1997) interpretou, percorre as engrenagens de uma máquina regulando os parafusos para que ela pudesse continuar funcionando.

Não comparamos a escola a um sistema de produção industrial realizado em série. Mas acreditamos, sim, que ela possui uma disposição complexa, volátil e que tal complexidade não pode impedir seu funcionamento. Em vista disso, um dos objetivos do SGE é facilitar a gestão das informações por permitir que vários dados possam ser acessados pelos setores dos diferentes níveis da gestão escolar e da Secretaria Municipal de Educação num mesmo sistema, propiciando o acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pela escola. Com as informações compiladas, o gestor pode intervir de forma profilática e corretiva na instituição. Já o órgão central, pode coordenar, organizar e agilizar os processos evitando morosidade na tomada de decisões.

Figura 6 - Tela de acesso ao Sistema de Gestão Escolar

PREFEITURA DE VILA VELHA

DIÁRIO OFICIAL | OUVIDORIA | TRANSPARÊNCIA

SGE | Sistema de Gestão Escolar

USUÁRIO

SENHA

Lembrar de mim da próxima vez?

Acessar

[Esqueceu sua senha?](#)

Prefeitura Municipal de Vila Velha
SEMTI - Secretaria de Tecnologia e Inovação
Avenida Santa Leopoldina, 840 - Coqueiral de Itaparica, Vila Velha, ES - CEP: 29.102-375

Desenvolvido pela Subsecretaria de Tecnologia e Inovação
Prefeitura Municipal de Vitória | 2011 / 2022

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Dentre as tantas funcionalidades do Sistema de Gestão Escolar (Figura 5), destacamos:

1 – Caracterização da Unidade Escolar: com um panorama das informações de organização do fluxo das unidades de ensino, as matrículas, remanejamentos e transferências são planejadas, pois o SGE é capaz de conjecturar o quantitativo de vagas disponíveis para o ano subsequente. Assim, a Secretaria de Educação, por meio do setor responsável, pode mensurar quais áreas do município necessitam de um número maior de vagas ou, ao contrário, onde estas podem ser reduzidas (Figura 6).

Figura 7 - Tela de acesso ao Sistema de Gestão Escolar

SGE | Sistema de Gestão Escolar

Sair
Alterar Unidade

Períodos Ativos: REGULAR - 2022; EJA - 2022;

Unidade:

▼ Unidade ▼ Calendário Escolar ▼ Alunos ▼ Curso ▼ Turma ▼ Relatórios ▼ Solicitação De Vaga ▼ Segurança

Relatório Caracterização da Unidade Escolar

Tipo de arquivo:
 PDF XLS

Gerar Relatório

Unidade: Data:

Páginas do relatório

I - Identificação e II - Matrícula por série/ano/idade

III - Número de alunos do ensino fundamental, por turno, série e turma

IV - Procedência dos alunos

V - Capacidade de atendimento escolar

VI - Outras dependências da unidade escolar

VII - Número de estudantes por série/grupo etário, sexo e raça/cor

VIII - Número de estudantes por deficiência

Dados Socioeconômicos

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Por meio da caracterização da Unidade Escolar, é possível gerar oito relatórios diferentes e os dados disponibilizados podem ser em formato PDF ou em formato Excel, conforme a necessidade do servidor que está manuseando o sistema. Optamos por trazer os três relatórios que possibilitam à escola caracterizar o alunado da rede de ensino e de cada escola em particular.

A procedência dos alunos – Relatório que permite ao órgão central e à unidade de ensino visualizar o quantitativo de alunos matriculados de acordo com o bairro de residência. Por meio desse relatório, a Secretaria Municipal de Educação é capaz de realizar um estudo prévio referente aos remanejamentos de alunos, que ocorrem ao final de cada ano letivo, caso a unidade de ensino não ofereça o ano de estudo subsequente (Figura 7).

Figura 8 - Caracterização da Unidade Escolar – Procedência dos alunos

 PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR "UMEF [REDACTED] ANO: 2022									
IV - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS - ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR													
PROCEDÊNCIA				SÉRIE / ANO									
REG. ADM.	ZONA ESC.	BAIRRO	MUNICÍPIO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO / 3ª SÉRIE	5º ANO / 4ª SÉRIE	6º ANO / 5ª SÉRIE	7º ANO / 6ª SÉRIE	8º ANO / 7ª SÉRIE	9º ANO / 8ª SÉRIE	TOTAL
		[REDACTED]	Vila Velha	13	15	13	12	13	18	24	21	18	147
		[REDACTED]	Vila Velha								1		1
		[REDACTED]	Vila Velha			1						2	3
		[REDACTED]	Vila Velha						1				1
		[REDACTED]	Vila Velha								1		1
		[REDACTED]	Vila Velha	6	6	6	8	8	7	8	7	8	64
		[REDACTED]	Vila Velha	1		1	2		1		1		6
		[REDACTED]	Vila Velha	1	7	4	4	2	11	12	7	9	57
		[REDACTED]	Vila Velha					1				1	2

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

O número de estudantes por série/ano, sexo e raça/cor – Este relatório demonstra o quantitativo de alunos por série/ano, sexo, raça/cor de cada estudante por unidade

Figura 10 - Número de estudantes por deficiência

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS		ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR														EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)								TOTAL NOT.	TOTAL GERAL					
		SÉRIE / ANO														1º SEGMENTO				2º SEGMENTO										
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO / 3ª SÉRIE		5º ANO / 4ª SÉRIE		6º ANO / 5ª SÉRIE		7º ANO / 6ª SÉRIE		8º ANO / 7ª SÉRIE		9º ANO / 8ª SÉRIE		TOTAL REGULAR	INICIAL	INTERM.	CONCL.			SUBTOT.	INICIAL	INTERM.	CONCL.	SUBTOT.
		M	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M	V											
DEF. CIÊN. CIA	CEGUEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	BAIXA VISÃO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SURDEZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	DEF. AUDITIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SURDOCEGUEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	DEF. FÍSICA	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	DEF. INTELECTUAL	-	-	-	2	-	6	-	5	-	-	2	-	6	-	6	-	4	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEF. MÚLTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TRANS-TORNO DO ESPECTRO AUTISTA	TRANS-TORNO DO ESPECTRO AUTISTA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TRANS-TORNO AUTISTA	2	-	1	-	1	-	1	-	2	-	2	-	1	-	-	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TRANS-TORNO DE ASPERGER	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TRANS-TORNO DE RETT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TRANS-TORNO DESINTEGRATIVO DA INFÂNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TRANS-TORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO SEM OUTRA ESPECIFICAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
OUTROS																														
TOTAL GERAL		3	-	2	-	4	-	7	-	8	-	7	-	8	-	9	-	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

2 – Solicitação de vagas: por meio do cadastro de solicitação de vagas, o SGE é capaz de classificar e oferecer a vaga para o munícipe na escola mais próxima de sua residência. Para tanto, é necessário o comprovante de residência apresentado no ato do cadastro. Segue-se a classificação automática por bairros e endereços, sempre buscando a disponibilidade de vaga. Mediante o cadastro, há possibilidade de uma visualização geral das unidades de ensino e em quais delas há vaga disponível por turno, série/ano, em um único ambiente. Tal funcionalidade agiliza o processo de matrícula, evitando prejuízos pedagógicos para a criança além de reduzir o processo burocrático para o responsável (Figura 10).

Figura 11 - Cadastro para solicitação de vagas

SGE | Sistema de Gestão Escolar

Alterar Unidade

Períodos Ativos: REGULAR - 2022; EJA - 2022;

Unidade Calendário Escolar Alunos Curso Turma Relatórios Solicitação De Vaga Segurança

» Consultar Classificação na Lista de Solicitações de Vaga

Pesquisar Aluno

Nome do aluno:

Cadastro para Solicitação de Vaga

Pesquisar

- Cadastro Para Solicitação De Vaga
- Consultar Solicitação De Vaga
- Consultar Solicitação De Vaga Por Data
- Lista De Pré-Matrícula
- Consultar Classificação E Exclussões Na Lista De Solicitações De Vaga
- Alunos Matriculados Com Solicitação De Vaga

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Ao localizar o nome do solicitante, o sistema abre campos para que o funcionário da secretaria escolar possa estar atualizando os dados caso seja necessário (Figura 11).

Figura 12 - consultar classificação na lista de solicitação de vagas

» Consultar Classificação na Lista de Solicitações de Vaga

Pesquisar Aluno

Nome do aluno:

Nome	Data de nascimento	Responsáveis
<input type="text"/>	03/07/2013	<input type="text"/>

Aluno:

Última Turma: REGULAR - PRÉ-ESCOLA - GRUPO 5 C M (PNOA) Mulher em situação de violência doméstica e familiar

CONTATOS:

TEL. CELULAR:

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

A escola, ao entrar em contato com a família do estudante (nesse caso, quando a criança for menor de idade) ou com o próprio solicitante (quando maior de idade), via telefone informado no ato do cadastro, a vaga é garantida para a efetivação da

matrícula. Caso não haja mais interesse em estudar na unidade de ensino, o funcionário da secretaria pode realizar o registro de observações, informando o motivo da desistência da vaga. Essas observações ficam destacadas pelo próprio sistema em “balões vermelhos”, conforme print de tela a seguir (Figura 12), que não podem ser apagados posteriormente.

Figura 13 - Consultar pedidos de transferência de aluno

Pedidos de Transferência							
Unidade Destino	Data Pedido	Curso	Possui Irmão na Unidade	Classificação Atual	Prioridade	Alterar Curso	
UMEF [REDACTED]	30/09/2021	3º ANO	<input type="checkbox"/>	3º	ALTA	[Ícone]	[X]
UMEF [REDACTED]	30/09/2021	3º ANO	<input type="checkbox"/>	115º	BAIXA	[Ícone]	[X]

Histórico de Exclusões						
Unidade	Curso	Obs	Data/Hora da Solicitação	Data da Exclusão	Motivo da Exclusão	Excluído por
UMEF MARIA LUIZA DOS SANTOS VELLOZO	2º ANO	[Ícone]	30/09/2021 09:54:54	22/10/2021	DESISTÊNCIA POR OUTROS MOTIVOS	[REDACTED]
UMEF MARIO CASANOVA	2º ANO	[Ícone]	31/03/2021 11:05:40	13/05/2021	DESISTÊNCIA POR MATRÍCULA FORA DA REDE	[REDACTED]
UMEF MARIA LUIZA DOS SANTOS VELLOZO	1º ANO	[Ícone]	27/12/2019 09:37:08	27/12/2019	PREFERÊNCIA POR OUTRA UNIDADE	[REDACTED]
UMEI CASULO VOVÔ	GRUPO 4	[Ícone]	20/12/2018 09:37:39	01/11/2019	JÁ MATRICULADO(A)	[REDACTED]
UMEI TIA NINA	GRUPO 5	[Ícone]	25/06/2019 05:34:13	25/07/2019	DESISTÊNCIA POR MATRÍCULA EM OUTRA UNIDADE DA REDE	[REDACTED]
UMEI SARAH VICTALINO GUEIROS	GRUPO 4	[Ícone]	20/12/2018 09:38:04	07/01/2019	ESCOLA NÃO CONSEGUE CONTATO COM A FAMÍLIA	[REDACTED]
UMEI SAO FRANCISCO DE ASSIS	GRUPO 4	[Ícone]	20/12/2018 09:38:04	20/12/2018	CADASTRO DUPLICADO	[REDACTED]
UMEI PROFESSORA NIRLENE DE OLIVEIRA ALMEIDA	GRUPO 4	[Ícone]	28/11/2016 01:42:19	01/02/2018	EXCLUSÃO POR MATRÍCULA	[REDACTED]
UMEI LUIZ AUGUSTO AGUIRRE DA SILVA	GRUPO 4	[Ícone]	10/01/2018 02:38:30	10/01/2018	DESISTÊNCIA POR MATRÍCULA EM OUTRA UNIDADE DA REDE	[REDACTED]

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Os registros ficam gravados no banco de dados do sistema formando um histórico de solicitações e/ou desistência do solicitante. É possível perceber o nome da unidade de ensino, o curso/turma, a observação, data e hora da solicitação, data da exclusão, o motivo da exclusão e qual funcionário foi responsável por excluir o nome do solicitante, o que pode garantir maior transparência no processo.

A classificação do solicitante não é fixa, pois o sistema é parametrizado de acordo com as leis vigentes, como, por exemplo, residir próximo à escola, possuir irmão que já estude na unidade de ensino, apresentar alguma deficiência, dentre outras. Na Figura 13, podemos observar que o próprio sistema já sinaliza um provável irmão com solicitação de vagas na unidade.

Podemos perceber também que o sistema dá o indicativo caso a vaga tenha sido garantida pela unidade de ensino. Nesse caso, há uma cor diferenciada na célula. É possível ainda verificar o número de telefone, bairro que reside, nome do pai, nome da mãe ou responsável. Na Figura abaixo essas informações foram excluídas para manter o sigilo dos dados.

Figura 14 - Consultar classificação e garantia de vaga na lista de solicitação

Matricular	Garantir Vaga	#	Resumo	Nome	Observação	Vaga Garantida/ Matrícula	Prioridade / Bairro do Aluno		
			POSSUEM PROVÁVEL IRMÃO COM SOLICITAÇÃO DE VAGA NA UNIDADE: - Solicitações: [REDACTED] - Provável irmão: [REDACTED] na lista: 1º ANO						
			PEE: Público da Educação Especial (Deficiência e/ou Transtorno do espectro autista) / MSV: Mulher em Situação de Violência Doméstica ou Familiar						
		1º	PEE: Não MSV: Não Possui irmão matrícula na unidade: Não Esp: 2 m e 10 d 7:16:44 Registrado em 30/11/2021 13:09:24 Outros Pedidos: --	[REDACTED] 8 Ano(s) Mãe: [REDACTED] Pai: [REDACTED] Responsável Legal: [REDACTED] Ver Contatos	Motivo: Observações: para ir com primos 21/01 10:35 FICOU DE VIR ATÉ A PROX SEXTA...	Vaga garantida: [REDACTED] (21/01/2022) Matrícula: [REDACTED] 12/01/2022	ALTA [REDACTED]		
		2º	PEE: Não MSV: Não Possui irmão matrícula na unidade: Não Esp: 3 d 8:39:25 Registrado em 04/02/2022 11:46:43	[REDACTED] 8 Ano(s) Mãe: [REDACTED] Pai: [REDACTED]	Motivo: Observações: mais proximo Matriculado(a) em unidade da rede privada/de outra rede? <input type="checkbox"/>	Vaga garantida: [REDACTED] (04/02/2022)	ALTA [REDACTED]		

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

3 – Consulta Aluno: através dessa funcionalidade (Figura 14), todas as informações referentes à matrícula e ao cadastro do aluno, como, por exemplo, atestado, laudos médicos, carteirinha estudantil, ficha de matrícula etc., podem ser acompanhadas em tempo real. Se houver uma possível transferência de escola, os dados inseridos no sistema são conservados e o acompanham em toda sua vida escolar, desde que seja na rede municipal de ensino de Vila Velha.

Para os alunos que são transferidos, há destaque em cor vermelha no nome e o campo de registro fica inabilitado, conforme se observa na Figura 16.

Figura 17 - Alunos transferidos

ALUNOS	TOTAL	08	09	10	15	16	17	22	23	24
		13	13	13	13	13	13	13	13	13
[REDACTED] LIMA	0	50	00	00	50	00	00	50	00	00
[REDACTED]	0	GEO								
[REDACTED] PL	0		*	*	*	*	*	*	*	*
[REDACTED] ANDRADE	0	*	*	*						

Fonte: SGE. Acesso em: 28 fev. 2022.

Figura 18 - Registro de conteúdos e tarefas por data

» Registro de Conteúdos Programáticos Plano De Ensino

Turma: REGULAR - 9 ANOS - [REDACTED] Etapa Letiva: 1º TRIMESTRE Dias p/ Exibir: 5 - PADRÃO Salvar

1 de 2

08/02/2022 - Terça-Feira

14:40 ↔ 15:30 [REDACTED] CONTEÚDO XXXXXXXXXXXX TAREFAS XXXXXXXXXXXX

09/02/2022 - Quarta-Feira

16:20 ↔ 17:10 [REDACTED] CONTEÚDO XXXXXXXXXXXX TAREFAS XXXXXXXXXXXX

10/02/2022 - Quinta-Feira

13:50 ↔ 14:40 [REDACTED] CONTEÚDO TAREFAS

15/02/2022 - Terça-Feira

14:40 ↔ 15:30 [REDACTED] CONTEÚDO TAREFAS

Fonte: SGE. Acesso em: 28 fev. 2022.

Figura 19 - Registro de acompanhamento e atendimento por aluno

AcOMPANHAMENTO > Registro de Acompanhamento

Data: Responsável ciente Exibir para o perfil professor Exibir no Conselho de Classe

DESCRÇÃO:
XXX

CONSEQUÊNCIA:
XXX

ENCAMINHAMENTOS:
XXX

Tipo do Acompanhamento

PORTAR QUALQUER TIPO DE ARMA PARA AS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA

NÃO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DENTRO E FORA DA SALA DE AULA

PORTAR OU TRAZER QUALQUER TIPO DE ARMA PARA AS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA

PORTAR QUALQUER TIPO DE DROGAS LÍCITAS OU ILÍCITAS

PORTAR QUALQUER TIPO DE MATERIAL PORNOGRÁFICO DENTRO DA UNIDADE DE ENSINO

RESPONSÁVEL COMPARECEU NA ESCOLA

SAIU DA SALA DE AULA SEM A AUTORIZAÇÃO DO PROFESSOR

SOB EFEITO DE DROGAS

USO DO CELULAR E/OU FONE DE OUVIDO

UTILIZAR-SE DE PRÁTICAS DE BULLYING

VIOLAR AS POLÍTICAS ADOPTADAS PELA DA ESCOLA NO TOCANTE AO USO DA INTERNET

Alunos Envolvidos

Alunos Pesquisados

Turma: Disciplina:

Professor:

Todos

Alunos Selecionados

Descrição Turma

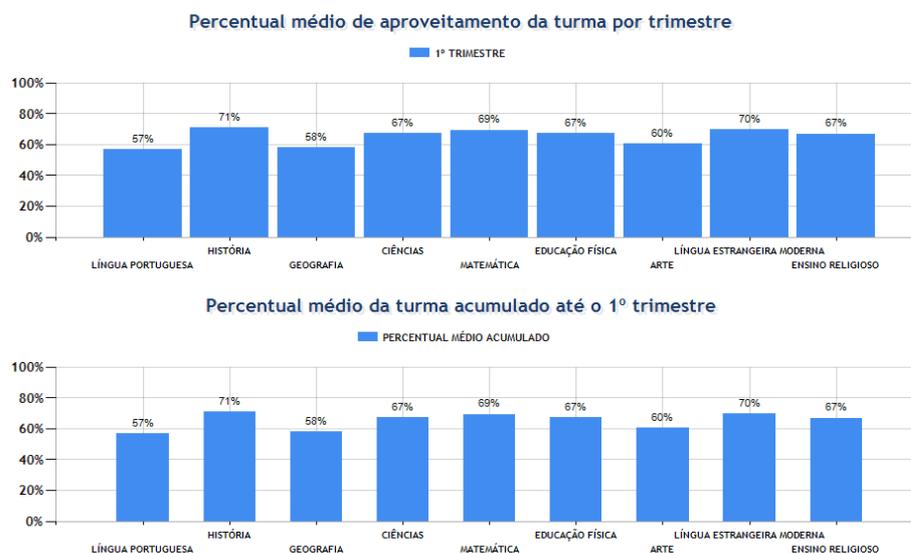
Salvar Acompanhamento

Fonte: SGE. Acesso em: 28 fev. 2022.

5 – Relatórios: são inúmeros os relatórios que o SGE proporciona como, por exemplo: o diário de classe, as notas, os conteúdos, a frequência, a utilização da biblioteca ou laboratório de informática, boletins, desempenho da turma, ata de resultado final, conselho de classe, dentre outros. Apoiado nesses relatórios, a gestão da escola e o sistema de ensino podem traçar metas e planejar ações que contribuam para processos de gestão mais dinâmicos e contextualizados às necessidades/realidades das unidades de ensino.

Dentre as diversas possibilidades de relatórios que o SGE pode oferecer, destacamos o desempenho da turma e a Ata de resultado Final (Figuras 19-21).

Figura 20 - Percentual médio de aproveitamento da turma por trimestre



Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Figura 21 - Relatório de resultado final por turma

» Pauta de turma

Tipo de arquivo: PDF XLS 

Pauta

- Diário de Classe
- Conteúdo (Aula)
- Conteúdo (Projeto)
- Frequência
- Notas de Avaliações
- Resumo Avaliação Objetiva/Qualitativa
- Tarefas
- Informática / Biblioteca
- Turma Integral
- ACC
- AEC - Conteúdo/Atividade

Trimestrais

- Boletim dos Alunos
- Nota Trimestral
- Nota Trimestral s/ Total
- Faltas Trimestrais

Anuais

- Ata Final
- Resultado Final

Gerenciais

- Desempenho da Turma
- Falta Acumulada (Ciclo)

Rascunho (em branco)

- Diário de Classe
- Notas de Avaliações
- Resumo Avaliação Objetiva / Qualitativa
- Turma Integral

Período Letivo: Turma:

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

Figura 22 - Ata de resultado final por turma

UMEF

Curso: REGULAR FUNDAMENTAL 9 ANOS - 6º ANO - 6º ANO A M Turno: Período Letivo:

Siglas: (AP) - Aprovado; (REP) - Reprovado; (TRANSF) - Transferido; (DESIST) - DESISTENTE; (REM) - Remanejado; (RECL) - Reclassificado; (PROSS) - Prosssegue; (FALEC) - Falecido; (PROM) - Promovido; (RET) - Retido; (CURS) - Em Curso

nº	Alunos	CH ACC	LÍNGUA PORTUGUESA		HISTÓRIA		GEOGRAFIA		CIÊNCIAS		MATEMÁTICA		EDUCAÇÃO FÍSICA		ARTE		LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA		ENSINO RELIGIOSO		RESULTADO
			Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		Aulas Dadas:		
			Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	Nota Final	Faltas Totais	
1	<input type="text"/>	--	61,0	10	79,0	9	68,0	0	85,5	0	69,0	2	78,0	0	67,0	0	72,0	1	78,0	0	APROVADO(A)
2	<input type="text"/>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	TRANSFERIDO(A)
3	<input type="text"/>	--	60,0	8	60,0	15	65,0	0	60,5	0	60,0	0	60,0	0	60,0	0	60,0	0	79,0	0	APROVADO(A)
4	<input type="text"/>	--	68,0	24	67,0	26	72,0	0	86,0	0	72,5	0	84,0	0	66,0	0	84,0	1	74,0	0	APROVADO(A)
5	<input type="text"/>	--	71,0	3	71,5	12	78,0	0	80,5	0	63,5	0	83,0	0	68,0	0	95,0	0	70,0	0	APROVADO(A)
6	<input type="text"/>	--	42,0	104	100,0	60	90,0	46	60,0	57	25,0	139	90,0	33	21,0	44	50,0	14	70,0	25	REPROVADO(A)
7	<input type="text"/> Transferência em 21/09/2021	--	--	27	--	9	--	0	--	0	--	0	--	0	--	0	--	0	--	0	TRANSFERIDO(A)
8	<input type="text"/>	--	60,0	11	67,5	9	68,0	0	80,0	0	67,0	0	81,0	0	65,0	0	71,0	2	69,0	0	APROVADO(A)
9	<input type="text"/>	--	18,0	79	64,0	43	20,0	45	53,0	52	60,0	101	80,0	25	20,0	28	60,0	14	69,0	15	REPROVADO(A)
10	<input type="text"/>	--	60,0	5	87,5	7	71,0	0	82,5	0	78,5	0	90,0	0	67,0	0	88,0	0	74,0	0	APROVADO(A)
11	<input type="text"/>	--	67,0	12	78,5	6	72,0	0	87,5	0	73,0	0	92,0	0	69,0	0	94,0	0	65,0	0	APROVADO(A)

Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

6 – Gerenciais: o órgão central, por meio do setor responsável, possui uma visão concernente relacionada às turmas, aos professores, ao rendimento trimestral, à distorção idade-série, à taxa de aprovação, reprovação e desistência, à solicitação de vagas por região, curso e grupo e à capacidade escolar. Dispondo desses dados, é

possível à SEMED contribuir com demandas que surgem em cada instituição escolar (Figura 22).

Figura 23 - Relatório de gerenciais



Fonte: SGE. Acesso em: 22 jan. 2022.

O SGE é um sistema exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, mas alguns órgãos externos como, por exemplo, o Conselho Tutelar, a Promotoria de Justiça e a Vara da Infância e da Juventude possuem acesso de visualização dos dados e podem acompanhar a situação escolar do aluno. Para que o servidor tenha a permissão de acesso ao SGE, ele precisa estar atuando na escola. O gestor escolar faz a autorização de acesso e os responsáveis pela secretaria da unidade de ensino realizam a inserção do funcionário no sistema. Caso a pessoa esteja em lotação na SEMED, o gerente do setor SGE realiza a inclusão dos nomes.

Na condição de órgão externo, uma solicitação oficial com nome e documento do solicitante é direcionada ao responsável pela Secretaria de Educação, requerendo o perfil de acesso para que o setor responsável pelo sistema possa realizar a inserção dos dados e, posteriormente, fornecer a permissão de acesso. É importante evidenciar que os sujeitos envolvidos em todo o processo possuem permissão de perfil de acesso diferenciado conforme verificado:

Administrador: dispõe de visão global do sistema, sendo responsável por toda

parametrização⁶. É também competência dos administradores oferecer suporte técnico, assegurar todo o funcionamento, atender as notificações de erros, dentre outras funções

Gestor: tem acesso global dos perfis da unidade de ensino que é de sua responsabilidade.

Pedagogo: acompanha a inserção dos dados realizados pelos professores. O perfil de pedagogo também é responsável por liberar e bloquear as etapas letivas, os trimestres, além de haver permissão para inclusão ou exclusão de dados no diário de classe.

Coordenador: responsável por incluir, configurar e gerenciar o horário dos professores, além de inserir no SGE os registros disciplinares realizados no atendimento aos alunos ou de seus responsáveis.

Secretaria escolar: responsável por fornecer o acesso aos servidores da unidade escolar em que atua, cadastrar os alunos no SGE, efetivar as matrículas, transferências, distribuir os alunos nas turmas, emitir boletins. O acesso às informações é restrito e limitado de acordo com o cargo que exerce.

Secretaria de Educação: Visualiza todo o sistema, mas o perfil não permite a inclusão ou exclusão de dados nele contidos, além de acompanhar e gerenciar as informações disponibilizadas pelas Unidades de Ensino, visando ao aprimoramento das políticas públicas de educação.

Conselho Tutelar, Vara da Infância e Promotoria de Justiça: possui acesso de visualização de todas as unidades da rede municipal de ensino, permitindo a localização de infantes que são acompanhados por esses órgãos.

Foi possível identificar que o perfil de acesso pode ser cancelado ou habilitado de acordo com a movimentação dos servidores, por meio de requerimento da chefia imediata, na hipótese de lotação na SEMED ou em órgão externo. Na condição de

⁶ Parametrização significa, dentro do universo de TI, criar melhorias no sistema para atender certas demandas e atender uma especificação completa. Disponível em:
<http://www.pautas.incorporativa.com.br/a-mostra-release.php?id=29423>

usuário localizado na unidade de ensino, o gestor é responsável por comunicar à secretaria da escola a substituição do servidor no Sistema de Gestão Escolar.

5.4 A AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE O SGE

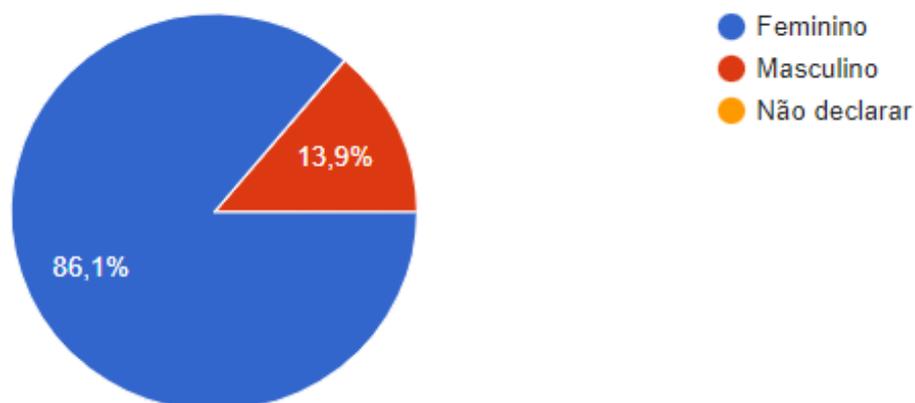
Apresentados o histórico de constituição do SGE, da implementação no município de Vila Velha/ES e de suas funcionalidades, debruçamo-nos a analisar as respostas trazidas nos questionários que apontam o olhar avaliativo dos participantes da pesquisa sobre o impacto ou não do sistema analisado nas práticas organizativas e de gestão das escolas.

Neste subcapítulo apresentam-se os principais resultados obtidos pela aplicação do questionário para que tenhamos uma melhor compreensão sobre a implantação do Sistema de Gestão Escolar na rede de municipal de ensino de Vila Velha/ES, no qual foi possível receber a devolutiva de **122 respostas**. Houve **14 omissões** em que os participantes não aceitaram responder ao questionário e **108 profissionais** da educação **prosseguiram com as respostas** das perguntas que foram elaboradas no google formulário. Nas duas perguntas abertas, houve **uma omissão** e as respostas retornaram em branco.

O questionário apresentou perguntas fechadas e o participante poderia assinalar apenas uma opção de resposta. As primeiras perguntas do questionário foram referentes ao gênero, ao turno de atuação, ao tempo de serviço no magistério, à habilitação acadêmica, e foram iguais para todos os participantes da pesquisa, para que pudéssemos ter uma visão do público participante do estudo.

Quanto ao gênero de participação dos respondentes, obtivemos um total de **93** pessoas do **sexo feminino** e **15** pessoas do **sexo masculino**, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Distribuição por gênero

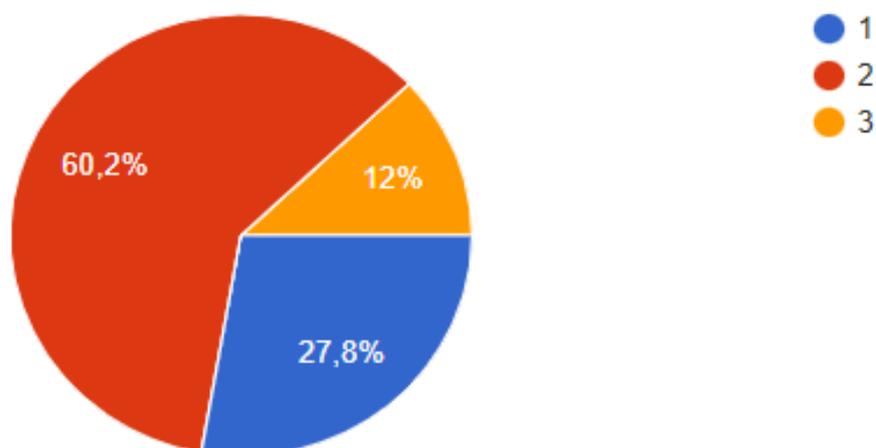


Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Por meio das respostas, é possível perceber que o público feminino representa a grande maioria dos funcionários que atuam no magistério.

Na sequência, o questionário apresentado tinha como indagação os turnos de trabalho. Dos sujeitos que responderam às questões, **30** trabalham em um **único turno**, **65** em **dois turnos** diários e **13** participantes atuam nos turnos **matutino, vespertino e noturno**, conforme podemos observar no gráfico que segue.

Gráfico 3 - Turnos de atuação

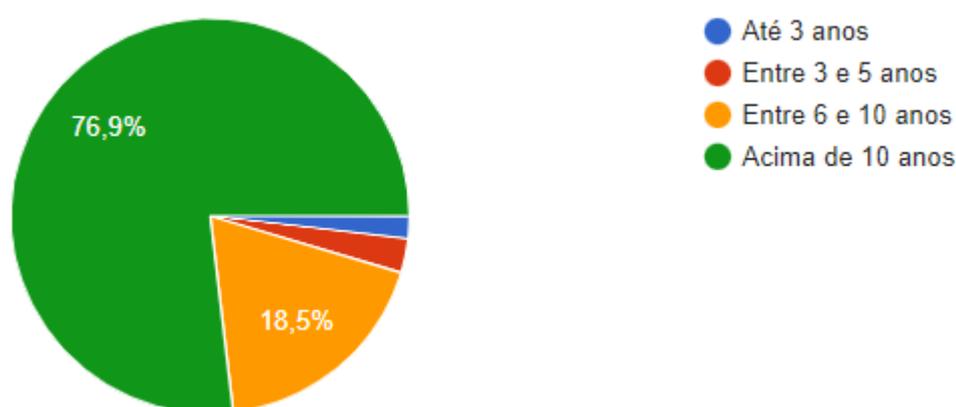


Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Essa pergunta tem como proposição identificar a jornada de trabalho diária de cada participante. Essa pergunta foi relevante, pois ela nos ajuda a identificar, posteriormente, se o SGE trouxe alguma vantagem quanto à sua utilização nas práticas organizativas das escolas.

Em referência ao tempo de atuação no magistério, recebemos a resposta de que **1 único** participante atua na área da educação há **até 3 anos**. Entre **3 e 5 anos** de exercício na educação, recebemos a devolutiva de **3** participantes. Em um público de 108 pessoas que responderam ao questionário, **20** delas disseram que atuam no cargo que exercem entre **6 a 10 anos**. Dentre os inquiridos, **84** declararam estar na função há mais de **10 anos**, o que faz com que esse grupo tenha maior representatividade na rede municipal de ensino como se pode constatar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Atuação na educação



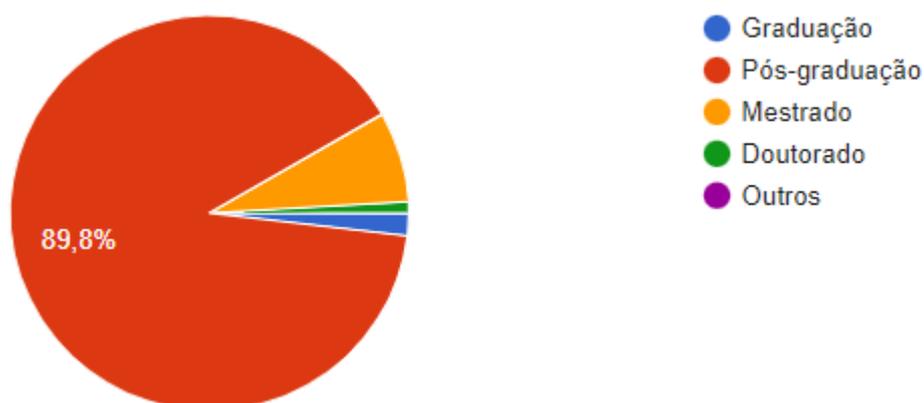
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Cabe destacar aqui, no entanto, que, pelo tempo de serviço que os participantes estão na educação, podemos julgar que essas pessoas são de uma faixa etária mais alta, e, no decorrer das respostas ao questionário, foi perceptível que, em sua maioria, se sentiram à vontade com a experiência da implementação do Sistema de Gestão Escolar.

No que concerne às habilidades acadêmicas, **2** dos inquiridos possuem somente **graduação** para o cargo que exercem. Dos indagados, **97** pessoas afirmam ter **pós-graduação lato sensu**⁷ e **9** dos respondentes declaram possuir **mestrado ou doutorado**, totalizando **108** pessoas, conforme Gráfico 5.

⁷ As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma. Ademais são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino – Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>

Gráfico 5 - Habilitação acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

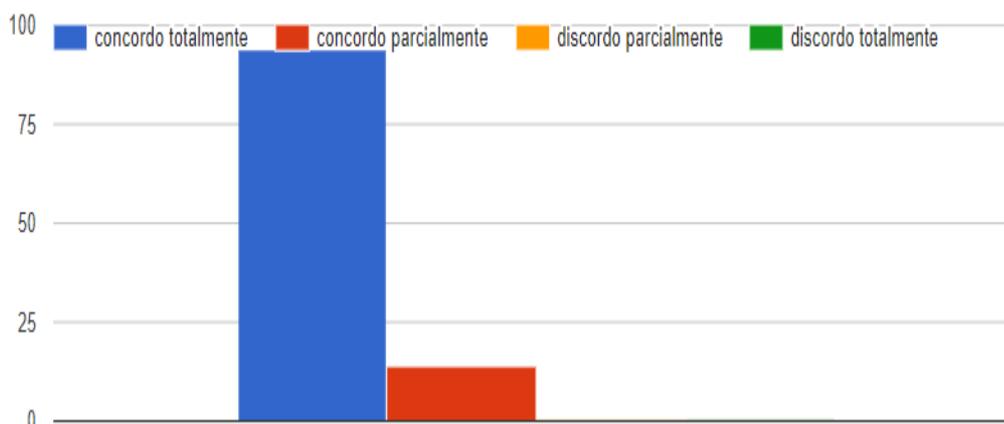
Por meio dessa pergunta, foi possível observar que, em sua totalidade, as pessoas que responderam ao questionário possuem ensino superior, mas também é notório que, no universo de professores que o município de Vila Velha/ES abarca, observa-se uma carência quanto à especialização *stricto sensu*⁸ e que há necessidade de se expandir.

Organizamos as respostas a partir dos eixos que seguem: a) importância atribuída à utilização de novas tecnologias na educação; b) facilitação ou não do SGE na execução do trabalho escolar; c) otimização do tempo; d) disponibilidade de internet para utilização do sistema; e) computadores nas escolas; f) pauta física e pauta eletrônica.

Um **primeiro eixo** de análise diz respeito à **importância atribuída pelos participantes da pesquisa quanto à utilização de novas tecnologias na educação**. Dos questionários aplicados, obtivemos as seguintes respostas, conforme Gráfico 6:

⁸ As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>

Gráfico 6 - Importância de novas tecnologias na educação



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Ao analisar o Gráfico 6, verificamos que **96** respondentes **concordam totalmente** com a utilização de novas tecnologias na área da educação, enquanto **12** participantes **concordam parcialmente**. Não tivemos respostas que discordavam parcial ou totalmente.

Podemos inferir que fatores como o maior acesso das pessoas à internet, ao uso do computador, à utilização de redes sociais, ao próprio conhecimento em rede, dentre outros podem ser elementos que levou a maioria dos respondentes a avaliar de modo positivo a incorporação das novas tecnologias na área da educação. Mesmo assim, se fazem necessários investimentos na formação de professores para o fortalecimento da familiaridade como o mundo virtual, assim como a garantia de internet e computadores nas escolas, bem como espaço físico adequado para que a relação entre educação e tecnologias se afine a cada dia.

Vivemos num mundo em transição e na era das tecnologias. Como resultado, percebemos que as fronteiras entre as pessoas e o mundo virtual se tornam cada vez menores, considerando as novas formas de comunicação que, muitas vezes, são determinadas por meio das tecnologias digitais. Para Lévy (1999, p. 157) “[...] qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber”.

Em um tempo não muito distante, somente as grandes empresas e os grandes governos tinham acesso ao computador, contudo, com a revolução tecnológica, é

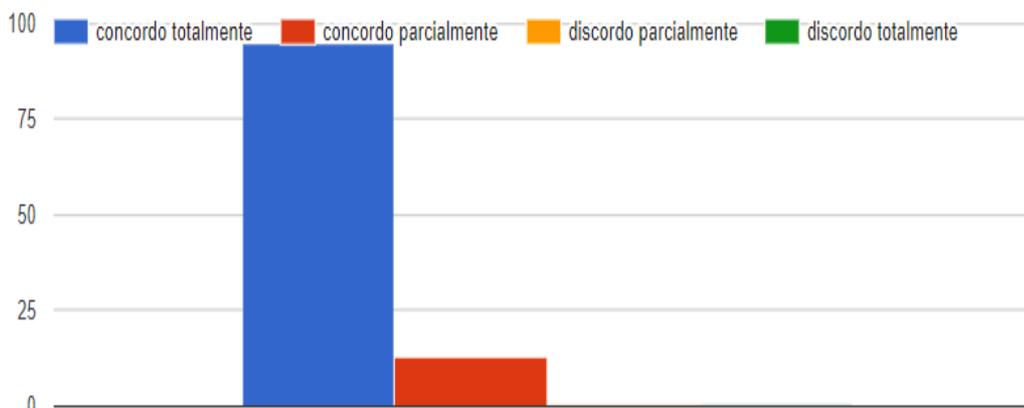
possível maior comunicação entre as pessoas e vários espaços-sociais, isso o tempo todo e em todo lugar. Em referência ao SGE, os documentos que versam para a prática organizacional da escola estão sempre interconectados, no entanto, para que essas transformações ocorram, como sujeitos que fazem parte dessa sociedade modernizada, os profissionais da Educação precisam mudar os modos como promovem a gestão das unidades de ensino, “[...] caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial” (MORAN et al, 2000, p. 63). Isso não significa que, ao utilizar as tecnologias, os sujeitos serão controlados, mas terão a consciência de inclusão para dissipar informação.

Para Castells (2003), estamos vivendo simultaneamente em duas galáxias distintas: com os meios de comunicação em massa e os novos meios digitais em que um não anula o outro. Para o autor, os mais antigos precisaram se reinventar e se correlacionarem à galáxia da internet e não de maneira oposta. Para tanto, aperfeiçoar-se quanto à adoção das novas tecnologias da informação e de comunicação é algo que deve ser ininterrupto. No caso da prática docente, que eles possam possibilitar ações para outros mundos possíveis.

É possível perceber que não há uma homogeneidade quanto à utilização das ferramentas tecnológicas. De acordo com os respondentes, há uma carência e maior “intimidade” no tocante a esses equipamentos de maneira a se estabelecer o que versa sobre o letramento digital.

Dando continuidade à análise dos questionários, um **segundo eixo** centrou-se em **compreender se os respondentes encontraram facilidade ou não na utilização do SGE na execução do trabalho escolar**. Percebe-se que a maior parte dos respondentes tem um olhar positivo quanto ao sistema, sinalizando que **concorda totalmente** quando avaliam suas funcionalidades e as contribuições trazidas para a dinamicidade do trabalho administrativo e pedagógico das escolas. Falamos de **96** pessoas respondentes ao questionário que assim pensam. Tal como ocorreu na primeira categoria, há um número menor de respondentes que **concordam parcialmente** com o SGE, ou seja, um número de **12** profissionais da Educação, enquanto nenhum respondente discordou parcial ou totalmente.

Gráfico 7 - Facilidade na utilização do SGE na execução do trabalho escolar



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Acreditamos que as respostas que apontaram para as facilidades quanto à utilização do SGE se constituem por motivos diversos. Pensamos que alguns profissionais, por já atuarem na rede municipal de Vitória/ES e por conhecerem o sistema, encontraram facilidade na utilização do SGE para execução do trabalho escolar. Outros motivos podem ser: a) o acompanhamento *in locu*, por parte da equipe responsável pela implementação do SGE na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, apoiando esses profissionais na execução e uso do sistema; b) familiaridade com tecnologias digitais; c) uso mais recorrente das tecnologias de comunicação e informação em suas vidas cotidianas; d) abertura ao novo; e) busca pela maior otimização do tempo dedicado ao trabalho escolar; f) aposta em alternativas que desburocratizam as atividades administrativas e pedagógicas das escolas, dentre outras. São algumas hipóteses que acreditamos terem impulsionado os respondentes a apresentarem como resposta maior facilidade no que se refere à utilização do sistema.

Essas hipóteses aproximam-se das teorizações de Lévy (2010, p. 08) quando afirma que:

Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência depende, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturadas por uma informática cada vez mais avançada.

Pelas respostas do Gráfico 7 trazido nesta parte da análise de dados, é possível entender que não há, por parte da maioria dos profissionais da Educação, a preocupação em se afastar dos métodos mais antigos que historicamente vem sendo

adotados para a organização do trabalho escolar, seja ele, administrativo e/ou pedagógico. Parece-nos, no caso dos professores, que eles não se apegaram tanto às pautas de papel, por exemplo, ao fazer suas apostas na utilização da pauta digital, mesmo sabendo que precisavam aprender a lidar com o sistema. As respostas demonstram que eles sentem a necessidade de experimentar instrumentos tecnológicos dessa nova era da comunicação na galáxia da internet.

Assim, pode-se salientar que os projetos de incentivo como formação, acompanhamento, assessoria, estímulo, retorno rápido e investimento da equipe gestora da SEMED quanto ao funcionamento do SGE e no escalarecimento de dúvidas advindas do dia a dia desses profissionais, dentre outros, minimizaram gradativamente muitas dificuldades e desafios em relação à utilização do sistema.

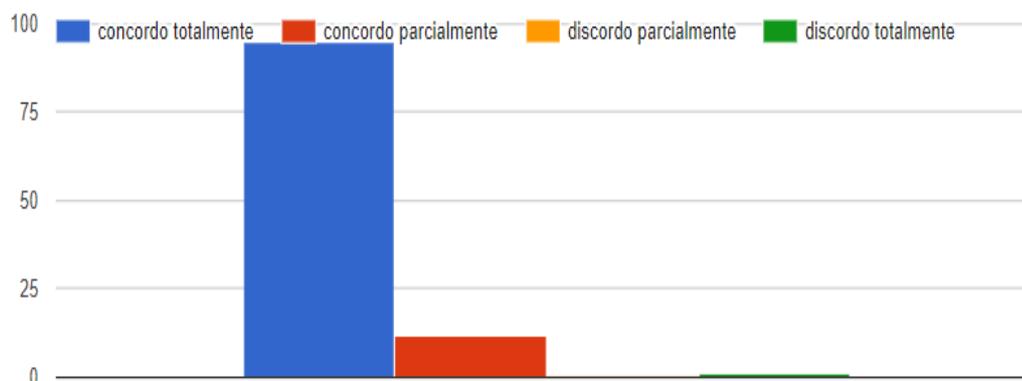
Lévy (2010, p. 122) aponta que “[...] o desafio é criar maneiras efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, de reaquecimento do espaço público, de favorecimento de apropriação social das tecnologias de comunicação e informação [...]”. Castells (2003) corrobora essa linha de pensamento, sinalizando que a internet se tornou mais um dos instrumentos de maior utilidade para as práticas organizacionais das escolas, pois ela se ajusta à realidade.

O espaço virtual se converteu em um componente quase que indispensável no mundo e o usuário final pode utilizá-lo como suporte e aperfeiçoar o seu trabalho, pois quando métodos antigos são somados às novas ferramentas tecnológicas, os profissionais podem encontrar auxílio para desenvolver suas atividades habituais. A partir das repostas, observa-se que os sujeitos envolvidos diretamente na utilização do SGE precisam conhecê-lo para que as possibilidades ofertadas por ele possam ser minimamente contempladas.

A **terceira** categoria de análise versa sobre a **otimização do tempo se comparado ao preenchimento das atividades que anteriormente eram realizadas no papel**. Conforme o Gráfico 8, que segue, é possível avaliar que a implementação do SGE trouxe para a maioria dos profissionais que responderam ao questionário, num quantitativo de **95** respondentes, um **contentamento** em relação ao sistema utilizada, pois os registros realizados no papel despendiam de mais tempo no que se refere aos registros necessários acerca da função que exerce, seja como gestor, pedagogo,

coordenador ou professor.

Gráfico 8 - Otimização do tempo



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Com uma pequena porcentagem de respostas, **13** respondentes sinalizaram que **concordam parcialmente**, talvez por não estarem totalmente familiarizados com o SGE ou por não disporem de equipamentos eletrônicos para realização dos registros diários. Não há respostas que apresentam discordância total sobre morosidade ou prejuízos dos registros do cotidiano escolar após a implementação do SGE.

A inserção de novas tecnologias no cotidiano escolar para que sejam utilizadas em favor da Educação e organização escolar é uma realidade e se mostra praticamente indispensável no que tange aos métodos de registros, afinal, as mudanças que ocorreram na contemporaneidade estão diretamente relacionadas a inovações tecnológicas.

De acordo com Paro (2010), os instrumentos de trabalho que podem ser materiais ou conceituais se tornam objeto de utilização direta para se chegar a um objetivo final e as técnicas contribuem como intermédio para essa produção. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 436) declaram que “[...] organizar significa dispor de forma ordenada, dar estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la”.

Porém, a implementação do SGE não garante por completo a otimização do tempo para a elaboração das aulas, correção de provas e tarefas, no caso do professor, ou outras atividades. Pode-se destacar que a presença das novas tecnologias na escola não é garantia de maior qualidade no desenvolvimento das práticas organizativas se elas não forem utilizadas como alternativas de organização para dinamizar os

processos da rotina escolar, visto que as TIC vão além de ser simplesmente mais ágil, mas trata-se de fazer de forma diversificada. A utilização do sistema permite sair das concepções cotidianas para explorar o real e ter como essência o fato de mediar a busca dos objetivos e utilizar de forma racional os recursos para realização de determinados fins (PARO, 2012).

Praticamente em todo globo terrestre, a tecnologia se alastra de forma substancial não somente para substituir as folhas escritas, mas para modificar a praxe de registros e a preservação de dados, além de aproximar as pessoas vinculadas no trabalho. A nosso ver, a escola não pode ficar isolada do restante do mundo, mas conduzir-se para mais próximo das tecnologias e proporcionar aos gestores, pedagogos, coordenadores, professores uma educação contemporânea alternativa capaz de potencializar suas práticas pedagógicas e administrativas.

O **quarto** eixo apresenta a **disponibilidade dos recursos de internet para a utilização do Sistema de Gestão Escolar**. Conforme já mencionamos no transcórper do estudo, a tecnologia auxilia no gerenciamento das atividades administrativas e pedagógicas das escolas. A princípio, vamos fazer um destaque sobre o acesso universal à internet, que se torna um instrumento de grande relevância para o cumprimento de inúmeras tarefas.

A análise feita nesse sentido, encontra-se ancorada na Lei nº 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil:

Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Art. 27. As iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social devem:

I – promover a inclusão digital; II – buscar reduzir as desigualdades, sobretudo entre as diferentes regiões do País, no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso; e III – fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional.

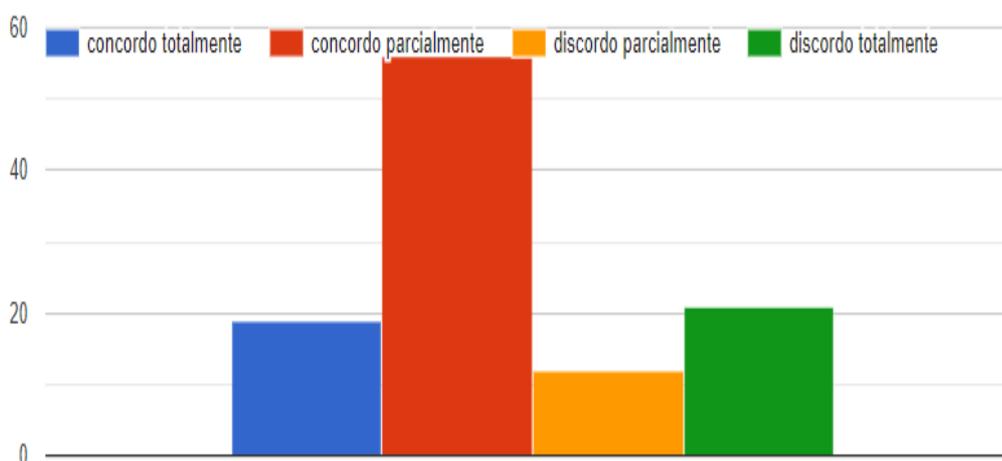
Art. 29. O usuário terá a opção de livre escolha na utilização de programa de computador em seu terminal para exercício do controle parental de conteúdo entendido por ele como impróprio a seus filhos menores, desde que respeitados os princípios desta Lei e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Cabe ao poder público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no **caput**, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital de crianças e adolescentes (BRASIL, 2014a).

A partir do gráfico que segue, pode-se perceber que **17** respondentes consideram que a internet ofertada pela unidade de ensino é **totalmente satisfatória** para desenvolver as atividades necessária no SGE. Já **56** participantes do questionário, informam que **concordam parcialmente** no que diz respeito à disponibilidade dos recursos de internet para a utilização do sistema.

Ainda no mesmo quadro, observamos que **14** participantes afirmam que **discordam parcialmente** quando interrogados sobre a disponibilidade de recursos de internet para o preenchimento das atividades do cotidiano escolar no sistema de gestão e por fim, **21** inquiridos declaram que **discordam totalmente** sobre a disposição de recursos de internet para o preenchimento das informações no Sistema de Gestão Escolar.

Gráfico 9 - Disponibilidade dos recursos da internet para a utilização do SGE



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Por meio do Gráfico 9, constatou-se que a infraestrutura para utilizar o Sistema de Gestão Escolar ainda é um desafio e que o ambiente escolar não é capaz de garantir, por completo, o acesso à rede, para os profissionais que necessitam da internet para realização do trabalho diário.

Nesse contexto, verifica-se que o acesso à internet não é de boa qualidade, o que supõe ser um fenômeno multifacetado, isto é, derivado de muitas causas como

ausência ou insuficiência de velocidade da conexão, recurso de WiFi, cabos de rede, dentre outros.

As suposições levantadas se aproximam das reflexões de Lévy (1999, p. 172) ao declarar que “[...] a colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço coloca novamente em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto nas empresas como nas escolas”.

Esse pensamento vai ao encontro da concepção de Castells (2015) ao declarar que a educação é determinante no que se refere às oportunidades que a conexão em rede oferece ao ambiente educacional, porém, essa educação necessita de mudanças.

Corroboramos Castells (2015) e Lévy (1999) quanto à utilização das tecnologias no ambiente escolar no que concerne à conectividade em redes de internet para o aprimoramento das práticas organizativas escolares. Acreditamos que os sujeitos envolvidos nesse processo necessitam de oportunidades para reconhecer as possibilidades que as TIC oferecem acerca de uma nova metodologia de trabalho.

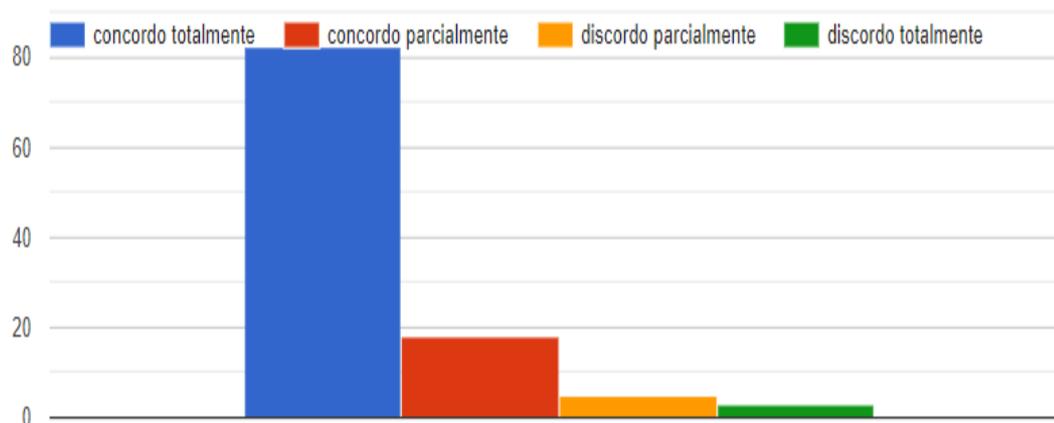
De acordo com as respostas dos questionários, se faz necessária uma política organizacional permanente por parte do poder público, com investimentos em infraestrutura, formação dos profissionais, manutenção dos equipamentos tecnológicos, afim de alçar voos mais altos quanto aos processos de utilização, integração, apropriação e imersão nas Tecnologias da Informação e Comunicação quanto à sua utilização nas práticas organizativas escolares, o que poderá mover a educação para uma Cibercultura.

Por fim, ainda quanto à análise desse eixo, as respostas do questionário aplicado enunciam a importância do uso das ferramentas tecnológicas no ambiente escolar por considerarmos que estamos em uma sociedade em que a tecnologia tem se expandido perenemente, não nos permitindo mais o “retrocesso” quanto à sua utilização.

A **quinta** categoria de análise se refere à **quantidade de computadores disponibilizados nas escolas para utilização dos Sistemas de Gestão Escolar**. Como demonstra o Gráfico 10, os respondentes afirmam que são necessários mais computadores nas escolas. Pela investigação, julga-se que a presença de

equipamentos tecnológicos parece estar obsoleta, ultrapassada e, muitas vezes, em quantidade insuficiente para o registro das atividades diárias dos profissionais das escolas.

Gráfico 10 – Quantidade de computadores disponibilizados para a utilização do SGE



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Com a implementação do SGE nas unidades de ensino, o computador tornou-se uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento dos trabalhos que outrora eram realizados no papel de forma manual. Assim, ao perguntarmos se são necessários mais computadores na escolas para acesso ao SGE, **81** respondentes disseram que a escola deveria aumentar a quantidade de computadores para a realização das tarefas diárias, em outras palavras, **concordam totalmente** com a afirmação, o que nos leva a crer que não estão satisfeitos com o quantitativo de máquinas disponíveis para realização do trabalho diário.

Em relação aos respondentes que **concordam parcialmente** com o questionamento, obtivemos **19** respostas. Ainda no mesmo eixo, **5** respondentes **discordam parcialmente** quando o assunto é relacionando ao quantitativo de computadores para serem utilizados na realização das atividades no SGE. Apenas **3** dos inquiridos **discordam totalmente**, o que nos leva a crer que essas três pessoas estão totalmente satisfeitas com o quantitativo de computadores que a escola oferece.

Corroboramos as palavras de Freitas (1992, p. 9), “a humanidade terá nas novas tecnologias da informação e comunicação um auxiliar precioso no sentido de uma verdadeira disponibilização de informação por todos”. É nítido que o computador se tornou uma ferramenta importante no ambiente escolar em todos os níveis

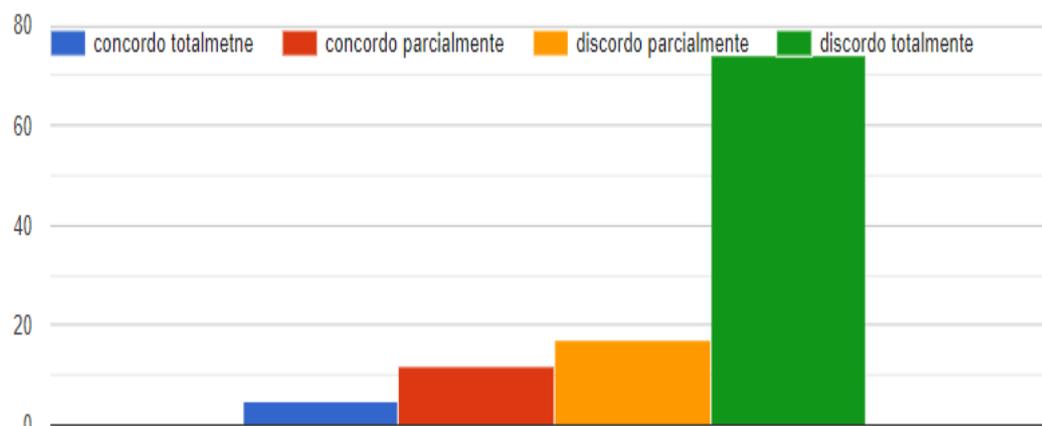
educacionais. Mas, para que o Sistema de Gestão Escolar possa ser acessado de forma profusa, os profissionais envolvidos com a educação precisam ter condição de trabalho. No entendimento de Paro (2012), significa um ambiente apropriado e equipado com materiais disponíveis e necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas das escolas propiciando alcançar os objetivos com maior facilidade. Nesse ínterim, se faz necessário a persistência para que os computadores estejam nos ambientes necessários e cada vez mais integrados.

Assim, de acordo com o que foi observado, a disponibilidade de computadores existente nas escolas se mostra insuficiente para a maioria dos respondentes. Isso nos levanta a hipótese de que não há máquinas suficientes para suprir as necessidades dos sujeitos envolvidos no processo. Julgamos ainda ser necessário que o município invista em meios materiais e na quantidade suficiente para que os profissionais possam desenvolver suas atividades diárias.

Na **sexta** e última categoria de análise, os participantes puderam fazer uma avaliação sobre a utilização da pauta eletrônica. A pergunta foi direcionada especificamente para os regentes de classe: **prefiro realizar as atividades na pauta física, mas não tenho essa opção**. Por ser um questionário fechado e que restringe a liberdade de respostas bem como nas perguntas anteriores, os participantes puderam escolher como respostas: concordo totalmente; concordo parcialmente; discordo totalmente e discordo parcialmente.

Pelo Gráfico 11, pode-se observar que **77** respondentes **discordam totalmente** em realizar as atividades na pauta física e pressupomos que estão satisfeitos com a implementação do SGE para o preenchimento da pauta eletrônica. **17 discordam parcialmente**, talvez pelas dificuldades quanto à quantidade de computadores disponibilizados, ou acesso à internet, ou por falta de formação, dentre outros. Ademais, **4** inqueridos **concordam totalmente**, ou seja, preferem realizar as atividades na pauta física, quiçá, por não disporem de tanta facilidade e domínio sobre as TIC e, por fim, **10** respondentes **concordam parcialmente** em realizar as tarefas diárias na pauta física.

Gráfico 11 - Preferência pela pauta manual



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados coletados (2022).

Acredita-se que a maioria dos professores, de acordo com as repostas, percebeu que as tecnologias não são o fim de si mesmo, mas são possibilidades úteis para auxiliá-los nos registros diários, além de trazer maior facilidade para o trabalho docente.

Nesse contexto, verifica-se que a tecnologia já está patente e pode ser vista como um dos suportes que propicia rapidez no registro dos diários de classe. Lévy (2010, p. 102) afirma que “[...] o suporte da informação e comunicação torna-se infinitamente leve, móvel, maleável, inquebrável. O digital é uma matéria pronta a suportar todas as metamorfoses, todos os revestimentos, todas as deformações”.

As modificações tecnológicas se tornam cada vez mais concretas na educação. Nesse cenário, as exigências sobre os novos padrões na praxe docente estão se intensificando a cada dia. Para Lévy (2010, p. 187) essa transformação

[...] aumenta cada vez mais nossa responsabilidade. É ao mesmo tempo encantador e angustiador lidar com tanta informação e recursos que precisam de administração e filtragem, pois nossa função é mediar a construção do conhecimento.

A ampliação de políticas públicas educacionais na esfera tecnológica e os investimentos para a implementação dessas políticas são condições mínimas para a implementação das TIC no âmbito educacional. Todavia, pelos dados coletados, é possível perceber que não adianta investir em novas ferramentas se o contexto pedagógico não for consistente para que o professor possa se aproximar das tecnologias digitais.

Além de todos os eixos abordados anteriormente, que incluem como respondentes os profissionais tanto da área administrativa quanto pedagógica, duas perguntas, abertas, ou seja, cada participante poderia expor sua opinião livremente sobre o assunto abordado, foram elaboradas especificamente para os regentes de sala, por se tratar da utilização da pauta eletrônica, e foram aplicadas em formato remoto, por meio do Google Formulário. Em um total de **89 participantes**, obtivemos o retorno de **88** respostas preenchidas. **Um** professor preferiu **não** preencher o campo de repostas.

A **primeira** pergunta aborda um questionamento sobre **as dificuldades encontradas pelos docentes para a utilização do Sistema de Gestão Escolar no cotidiano da escola**. Na maioria das respostas, os docentes evidenciaram a falta de equipamento e de internet para acesso e registro da pauta eletrônica na escola. Alguns professores apontaram que não dominam muito bem as ferramentas tecnológicas. E outros ainda alegaram inconsistências apresentadas pelo sistema durante o registro diário, dentre outras dificuldades. Assim, trazemos na íntegra algumas das declarações trazidas pelos docentes.

Falta de computador e internet (PROFESSOR REGENTE).

Disponibilidade de equipamentos para todos os profissionais da escola gerando um maior envolvimento nos registros (PROFESSOR REGENTE).

Ausência de ferramentas eletrônicas na escola (PROFESSOR REGENTE).

Não tenho computador para usar na escola. O que tem é na secretaria ou na sala das Pedagogas (PROFESSOR REGENTE).

Somente o tempo para salvar os conteúdos. Por muitas vezes demora (PROFESSOR REGENTE).

Muitas vezes fazemos toda a escrituração, mas no final, na hora de salvar, não acontece e perdemos todo o trabalho (PROFESSOR REGENTE).

Mais computadores para os professores acessarem, principalmente em tempo de pandemia, onde temos que manter um certo distanciamento dos colegas; outra dificuldade que observo, é a lentidão da internet que existe em algumas escolas e não poder acessar esse sistema de qualquer ponto da escola; um outro fator que dificulta o meu trabalho é quando o SGE começa a dar erros consecutivos, atrasando os nossos registros (PROFESSOR REGENTE).

Até o momento nenhuma. O sistema veio para ajudar e otimizar o tempo dos professores (PROFESSOR REGENTE).

O sistema fica congestionado e sempre dá erro no final do trimestre. Já perdi informações (PROFESSOR REGENTE).

Não domino a tecnologia, pois tenho muitas dificuldades. Condições de trabalho (PROFESSOR REGENTE).

Nenhuma, adoro utilizar o SGE (PROFESSOR REGENTE).

Por meio das respostas dos docentes, percebe-se que manter-se em uma sociedade que está cada vez mais fundamentada nas novas tecnologias requer, por parte das escolas, uma ampliação de acesso ao espaço virtual. Não há mais como descartar o advento das tecnologias no ambiente escolar e percebe-se que os questionamentos contrários quanto à utilização dessas tecnologias estão cada vez menos intensos. Lévy afirma que “[...] o suporte da informação e comunicação torna-se infinitamente leve, móvel, maleável, inquebrável. O digital é uma matéria pronta a suportar todas as metamorfoses, todos os revestimentos, todas as deformações” (LÉVY, 2010, p. 102).

Nesse panorama, a formação dos professores e demais profissionais envolvidos com a educação é essencial para que possam usufruir de uma conexão direta com os procedimentos tecnológicos sem que cause uma frustração quanto à utilização das TIC e, dessa forma, possam atuar na cultura da internet, que está cada vez mais emergente. Para Freitas (1992, p. 30), a sociedade do porvir tornar-se-á “uma sociedade que verá, provavelmente, o seu sucesso baseado na capacidade de acesso e tratamento/organização de informação”. Esse mesmo autor acredita que o ser humano possuirá por meio das novas tecnologias maiores subsídios e possibilidades de informação.

Libâneo (2010, p. 59) defende a ideia de que para os professores:

[...] uma leitura pedagógica dos meios de comunicação é verificar a intencionalidade dos processos comunicativos (de natureza política, ética, psicológica, didática) presente nas novas tecnologias da comunicação e da informação e nas formas de intervenção metodológica e organizativa.

Seguindo o pensamento do autor e as respostas ao questionário, supõe-se que o poder público precisa investir em políticas públicas, além de oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades laborais, aperfeiçoando cada vez mais as práticas organizativas escolares com maior dinamicidade. Por meio das tecnologias, é possível ampliar as possibilidades do ensino-aprendizagem quando utilizadas de forma adequada. Libâneo et al. (2007, p, 309) sustentam que “[...] o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”.

Por meio do questionário aplicado, é possível entender que o SGE pode ser um facilitador em relação às práticas organizativas escolares e que o objetivo da educação é ampliar o ser humano em sua pluridimensionalidade e ultrapassar os obstáculos, de modo que ela possa subsistir em qualquer circunstância e que seja compatível com o momento histórico.

Assim, de acordo com o retorno dos respondentes, entende-se a necessidade de cada vez mais atualizar-se tecnologicamente para acompanhar a revolução digital e o futuro da internet. Nessa perspectiva, é indispensável entender as ferramentas eletrônicas mais atuais, pois, acredita-se que a educação é a direção insubstituível, e a tecnologia é uma ferramenta significativa no processo de transformação educacional.

Para tanto, as condições de trabalho do professor precisam ser avaliadas. O número reduzido de computadores, no que diz respeito à infraestrutura, foi mencionado por um número considerável de professores. Embora na quinta categoria de perguntas a maioria dos participantes apontarem que há um quantitativo suficiente de computadores nas escolas para a utilização do SGE, percebe-se que na categoria de pergunta destinada somente para os regentes de sala existe uma insatisfação por parte dos docentes quando o assunto é disponibilidade de equipamento para o preenchimento da pauta eletrônica.

A **segunda** pergunta em questão, aborda um questionamento acerca da **substituição da pauta de papel pela pauta eletrônica e se a transição apresenta vantagens** quando relacionada ao trabalho do docente. A devolutiva dos professores para as perguntas ao questionário proposto indicam agilidade, praticidade, otimização do tempo, dentre tantas outras respostas. Tal qual apresentado na íntegra as respostas da primeira pergunta aberta, reproduzimos algumas das falas dos professores sobre a substituição da pauta de papel pela pauta eletrônica.

São inúmeras: tempo reduzido de registro, agilidade, eficiência, praticidade, tipo de arquivamento, além dos documentos gerados como relatórios, gráficos... (PROFESSOR REGENTE).

Praticidade e agilidade de tempo nos registros (PROFESSOR REGENTE).

Todas do universo, muito melhor para a rede municipal e para os trabalhadores em educação (PROFESSOR REGENTE).

Todas, pauta impressa perdemos muito tempo preenchendo, as vezes atuamos em mesma série, e temos que copiar tudo novamente, no SGE, só copiar e colar, fazendo uma ou outra adaptação de acordo com a turma, mas geralmente quando é a mesma série, raras são as alterações (PROFESSOR REGENTE).

O fato de podermos fazer a chamada na sala de aula e poder acompanhar todo planejamento e fazer os ajustes on-line, e no papel acaba se perdendo. O fato de que a escola, pedagogos e até a SEMED poderem acompanhar nosso trabalho em tempo real. A facilidade de contato com a secretaria da escola com transferência e novas matrículas de alunos. Antigamente era um desastre, um desencontro total, às vezes ficávamos dando falta para um aluno e só ia descobrir sua transferência da escola nos Conselhos de Classe. Antigamente dois ou mais dias gastávamos num Conselho de Classe. Com o SGE não, termina o bimestre e olha lá os dados todos coletados no SGE. Por favor, nem pensem em tirar esse sistema. Mas concordo que principalmente esse ano necessita de uma atualização (PROFESSOR REGENTE).

As correções são mais fáceis. Não tem rasuras. Facilita tempo (PROFESSOR REGENTE).

Diminuição do trabalho. Otimização do Tempo Podemos visualizar as pautas sempre quando necessário, não corremos o risco de perdê-la, podemos fazer correções nos registros, dentre outras vantagens (PROFESSOR REGENTE).

Fica um serviço limpo e padronizado, estando sempre ao alcance de todos que precisam desse instrumento para trabalhar (PROFESSOR REGENTE).

Rapidez, otimização de tempo, criação rápida de documentos oficiais, um único *software*, todos têm acesso às mesmas informações (PROFESSOR REGENTE).

Agilidade quando vamos preencher. Poder refazer, acrescentar, retirar algum dado sem se preocupar se vai rasurar. Poder imprimir. Poder acessar nos anos seguintes (PROFESSOR REGENTE).

A partir do retorno das respostas dos docentes para a pergunta relacionada à substituição da pauta física, é possível dizer que a grande maioria dos respondentes afirma que a implementação da pauta eletrônica nas unidades escolares trouxe maior agilidade, praticidade, otimização do tempo, padronização dos documentos, facilidade para a realização do conselho de classe, dentre outras possibilidades.

Das respostas à questão, podemos destacar uma satisfação em relação a utilização do Sistema de Gestão Escolar por parte dos professores, mas ainda há uma certa preocupação em relação à necessidade de atualização do sistema com o objetivo de melhorar o seu desempenho para que os registros sejam salvos no momento do preenchimento dos arquivos nele contidos.

O questionário mostrou ainda, por meio dos *feedbacks*, que mesmo com alguns

dilemas em relação às condições de trabalho devido à internet lenta, quantidade de computadores insuficiente para a realização do trabalho diário, adaptação ao ambiente virtual por parte de alguns professores que não são “nativos” da tecnologia, as respostas demonstram que a implementação do SGE facilitou o trabalho dos professores.

Apesar de algumas respostas indicarem um certo incômodo em relação à utilização do SGE, em se tratando especificamente da pauta eletrônica, devido à falta de atualização do sistema, os resultados demonstrados são positivos ao ponto de ser factual a expansão da implementação da pauta eletrônica, no ensino regular, em toda a rede municipal de ensino. Para Lévy (2003), quando as tecnologias são bem aplicadas, o trabalho é facilitado, possibilitando a construção de um pensamento mais contemporâneo. Consequentemente, a compilação de dados pode proporcionar melhor organização do ambiente escolar propiciando melhor qualidade na aprendizagem do educando.

Ainda nesse contexto, Castells (2015) evidencia a tecnologia como uma ferramenta que poderá ser utilizada para o fortalecimento das democracias. Estamos vivendo uma revolução tecnológica em que o mundo está se tornando uma cadeia global e, apesar de alguns pontos negativos relacionados ao SGE, não podemos deixar de considerar os benefícios que o sistema proporcionou para o trabalho pedagógico e administrativo das escolas e dos órgãos externos por estreitar os espaços por meio dos avanços tecnológicos.

Na concepção de Libâneo (1998, p. 55),

[...] os vínculos entre práticas educativas e processos comunicativos estreitam-se consideravelmente no mundo contemporâneo, ao menos por duas fortes razões: os avanços tecnológicos na comunicação e informática e as mudanças no sistema produtivo envolvendo novas qualificações e, portanto, novas exigências educacionais.

Neste ponto, Lévy (2010) recupera mais uma vez a relevância da possibilidade do trabalho em rede por permitir a abertura de novos espaços e outras velocidades. Ainda na percepção do autor, a formulação de uma ferramenta virtualizada não responde especificamente a um fomento individualizado, mas a uma aplicabilidade coletiva, ao criar um ponto de apoio, como no caso do SGE, para a resolução de problemas e para facilitar o trabalho administrativo e pedagógico nas unidades de ensino do município

de Vila Velha/ES.

Atualmente, no município de Vila Velha, as informações administrativas e pedagógicas das unidades de ensino estão disponíveis de modo on-line para as pessoas que utilizam e alimentam o sistema. A ligação existente entre as escolas e o sistema pode ser, provavelmente, uma alavanca mais dinâmica para o desenvolvimento das práticas organizativas das escolas e os diversos setores que compõem a rede municipal de ensino de Vila Velha.

O SGE é o mesmo para todos, no entanto, é diferente para cada um por ser um canal de comunicação organizacional que fornece uma base material de informação e a apropriação da capacidade de intercomunicação em seu alcance e em seus usos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea, por meio dos setores políticos e pedagógicos, demanda paulatinamente uma reflexão sobre a gestão educacional por parte dos agentes que compõem a comunidade escolar. A escola, por ser um espaço de participação integrada e democrática, cada vez mais necessita empenhar-se em alcançar um espaço para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade da educação.

Por meio dessa produção, foi possível analisar e compreender os fundamentos da gestão e administração, além de entender como se constituiu a implementação do Sistema de Gestão Escolar (SGE) nas práticas organizativas das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, no período de 2016-2020 e qual avaliação os profissionais que utilizam o SGE fazem a respeito da implantação da referida política, algo que foi relevante para uma investigação teórica, reflexiva, crítica e acadêmica em relação ao meu percurso enquanto pesquisadora.

O estudo aconteceu em um momento pandêmico do novo coronavírus, que é uma infecção respiratória aguda causada pela SARS-Cov-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global que ainda assola toda a humanidade. Devido à pandemia, a pesquisa foi realizada, em sua maior parte, de maneira remota e os questionários, entrevistas, conversas informais, acesso a alguns livros, artigos etc. se deu por meio da utilização das novas tecnologias, dentre as quais destacamos a utilização da internet.

Esta investigação iniciou-se procurando responder à seguinte questão: **como se constituiu a implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e que avaliação os profissionais das unidades de ensino elaboram acerca da referida política quanto à realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas?**

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com questões fechadas, aplicado para os gestores, pedagogos, coordenadores e professores de cinco escolas municipais de Vila Velha/ES, participantes da pesquisa. Uma entrevista semiestruturada foi aplicada ao gestor da escola que foi projeto piloto na cidade de

Vitória, aos técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES e Vitória/ES, em que puderam explicar seus conhecimentos e experiências acerca do Sistema de Gestão Escolar, além da entrevista junto à técnica da Secretaria de Tecnologia e Informação responsável pelo desenvolvimento do SGE.

Os achados da pesquisa proporcionaram conhecer a idealização do projeto e o desenvolvimento do Sistema de Gestão Escolar (SGE) no município de Vitória/ES e a implementação desse mesmo sistema na cidade “canela verde”, além de compreender a operacionalização da ferramenta por parte dos usuários no ambiente escolar ou mesmo fora dele.

Foi possível detectar algumas perspectivas significativas como: a percepção das pessoas que utilizam o sistema; quais as implicações da implementação do SGE; quais condições dificultam ou facilitam a utilização da ferramenta; quais vantagens o SGE trouxe para o desenvolvimento das práticas organizativas no cotidiano escolar.

No desenvolvimento do estudo, pode ser percebido pontos positivos na implementação do SGE nas práticas organizativas das escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, mas, constatou-se também pontos qualificados como delicados, como, por exemplo, a má qualidade da internet nas escolas, o que interfere diretamente no trabalho realizado por quem depende do SGE, e a oscilação do sistema, o que dificulta a atualização das atividades diárias e a utilização de todas as funções que ele pode oferecer.

A pesquisa revelou também que a implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES trouxe celeridade no desenvolvimento das práticas organizativas escolares, sejam elas administrativas ou pedagógicas.

Por ser um sistema desenvolvido democraticamente com a participação da comunidade escolar com um olhar pedagógico e administrativo, o SGE foi criado com funcionalidades que pudessem atender à dinâmica diária do ambiente educacional para a comunidade escolar em busca de uma gestão compartilhada e, por conseguinte, quando os sujeitos se constituem na responsabilidade de alcançar os objetivos do processo educacional democrático, eles se tornam componentes da estrutura organizacional escolar e se sentem parte integrante da escola.

Além disso, foi possível compreender que o SGE proporciona aos profissionais da educação meios tecnológicos que potencializam e agilizam as rotinas pedagógicas, como, por exemplo, a utilização do módulo “pauta eletrônica”, em que os docentes realizam os registros de frequência, notas, conteúdos, planejamento, dentre outras.

Já em relação à área administrativa, o coordenador pode registrar os atendimentos realizados junto aos responsáveis dos alunos. Com a utilização do módulo “secretaria”, os funcionários que compõem essa função realizam os cadastros para a solicitação de vagas, matrícula, rematricula, transferência, geram relatórios, dentre tantas outras funções que o sistema proporciona aos seus usuários.

Outro módulo que destacamos é o SEME/GEF/GEI, em que os técnicos da Secretaria Municipal de Educação possuem acesso a todos os dados lançados pela equipe escolar e podem realizar um acompanhamento de desempenho, planejar remanejamento de fluxo, mapa de caracterização da unidade escolar etc.

Além do mais, o estudo propicia elementos pertinentes para compreender que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação podem suplementar a gestão da educação pública no âmbito administrativo e pedagógico, principalmente quando relacionadas aos dispositivos de armazenamento de informações.

Ainda por meio da pesquisa, foi possível constatar que o SGE é um sistema que funciona como uma engrenagem e se correlaciona com dados administrativos e pedagógicos e, por meio das TIC, é possível perceber uma mutação no modo de lidar com as práticas organizativas escolares. Contudo, é necessário garantir ao profissional da educação, condições para o desenvolvimento de suas atividades laborais, no local em que atua, de maneira que ela não seja despersonificada por falta de equipamentos, internet, dentre outros, em que o funcionário necessite levar afazeres para casa gerando dupla jornada de trabalho.

Como utilizadora dessa do SGE, a pesquisa resultou em um aporte ímpar para essa pesquisadora que, de posse dos dados, foi capaz de compreender a idealização, criação e implementação e funcionalidades do Sistema de Gestão Escolar.

Por fim, fia-se que essa pesquisa não termina aqui, mas que esse trabalho possa despertar possibilidades para outros estudos acerca do Sistema de Gestão Escolar

(SGE). De modo igual, futuras pesquisas podem apurar transformações que venham ocorrer no SGE ou detectar hiatos que por ventura não foram considerados nessa inquirição.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira. **Democracia e Internet**: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras. 2012. 347 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7157/1/PaulaKariniDiasFerreira.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Administração da educação, poder e participação. **Educação e Sociedade**. v. 1, n. 2, p. 36-46, 1979.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1988.

_____. Casa Civil. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. v. 1. Brasília/DF: MEC, 2005.

_____. **O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação**: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília: MEC, 2013.

_____. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Direção Literária Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Texto proveniente da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Texto-base digitalizado por: FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional (<http://www.fccn.pt>) IBL - Instituto

da Biblioteca Nacional e do Livro (<http://www.ibl.pt>). Disponível em: <http://web.rccn.net/camoes/camoes/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARMO, Lucas Poubel Timm do. **A organização das práticas e o trabalho gerencial**: fragmentos do cotidiano da gestão de uma escola pública municipal. 2015. 164 f. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1858>. Acesso em: 13 mai. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet** - Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede** – a Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Vanancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. A Era da intercomunicação. **Jornal Diplomatique**. Acervo Online. 1 de agosto de 2006. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-era-da-intercomunicacao>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. 1. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Alcinete Santos. **A implantação do diário digital nas escolas públicas estaduais de Manaus (AM)**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-implantacao-do-diario-digital-nas-escolas-publicas-estaduais-de-manaus-am/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. Novas Abordagens na Teoria Administrativa, **Revista de Administração de Empresas, FGV**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 27-42, abr./jun. 1979.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

EDUCALINGO. **Código fonte do PGP**. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, João. C. As NTIC na Educação: Esboço para um Quadro Global. In: FREITAS, João. C; TEODORO, Vitor. D. **Educação e Computadores**. Ministério da Educação, Gabinete de Estudos e Planeamento, série: Desenvolvimento dos sistemas Educativos. Lisboa/Portugal: Ed. Lisboa, 1992.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FREY, João Guilherme Bernardo. **TICs e Transparência**: a influência da tecnologia na divulgação de informações públicas das prefeituras brasileiras. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Paraná, Londrina, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61418>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995. p. 57-63. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, 2005.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, p. 1-15, 2005.

HESSEL, Ana Maria Di Grado. **Gestão de Escola e Tecnologia**: administrativo e pedagógico, uma relação complexa. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação: Currículo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

LEMOS, André. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (orgs.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre, 2003.

_____. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 1999 (Coleção Trans).

_____. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Editions Odile Jacob, 2002.

_____. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **As Tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora. 34, 2010.

_____. **O que é o Virtual**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** – novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 12ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Organização do trabalho na escola**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; et al. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

MUELLER, Sibeles. **Implicações do Sistema Professor online para a Gestão Escolar no Extremo Oeste de Santa Catarina**: Uma Discussão em Políticas Públicas. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4598/1/MUELLER.pdf>. Acesso em: 11 fev.

2021.

OLIVEIRA, Daniel José Silva. **Governo aberto**: Análise de Políticas Públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração. 2020. 304 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32866>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Ministério da Educação (MEC), Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB). **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2005.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987.

_____. A gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A Escola Cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Por dentro da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Gestão escolar, ética e liberdade. **Educação Cidadã**. Caxias do Sul, n. 8, mai./jun. 2001.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental, **RBPAE**, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaequalidadedoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. **As dimensões da prática administrativa do diretor escolar do ensino fundamental diante do caráter político-pedagógico da escola**. Projeto de pesquisa submetido ao CNPq. São Paulo, 2009.

_____. **A organização do trabalho na escola. VIII Semana da Educação**. Ribeirão Preto, nov. 2010 (Palestra: informação verbal).

_____. **Administração escolar**: introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **O que é gestão escolar**. 2020. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/27-o-que-e-gestao-escolar/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Lei nº 3.821** de 31 de agosto de 2001. Redefine a estrutura e as competências do Conselho Municipal de Educação nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L38212001.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. **Lei nº 4.100** de 22 de outubro de 2003. Institui o Sistema Municipal de Ensino do município de Vila Velha e disciplina seu funcionamento. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L41002003.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

_____. **Lei nº 5.629 de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L56292015.html>. Acesso em 21 ago. 2021.

_____. **Portaria Nº 028**, de 03 de novembro de 2016. Estabelece normas para utilização do Sistema de Gestão Escolar em todas as Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Portaria%2028%20Normativa_%20SI%20STEMA%20DE%20GESTAO.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. **Lei Nº 5.938**, de 29 de novembro de 2017. Disciplina a gestão democrática na educação no Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L59382017.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

_____. **Lei nº 4.749** de 20 de janeiro de 2019. Aprova a estrutura organizacional de Vila Velha. Disponível em: [/www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/HTML_IMPRESSAO/L47492009.html](http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/HTML_IMPRESSAO/L47492009.html). Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Lei nº 6.563** de 10 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo do Município de Vila Velha. Disponível em: <https://diariooficial.vilavelha.es.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

_____. A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun., 2005b.

_____. **Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, Diego Fruscal. **A invenção da Ciberdemocracia: O conceito de Democracia na era do Ciberespaço**. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em graduação em Filosofia. Universidade Federal da Bahia, São Leopoldo, 2013. Disponível: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4070>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SILVA, Silvia Helena Vasconcelos da. **Implantação de um Sistema de Gestão Integrado numa escola pública do município de Ipojuca**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48584877.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da Escola Pública**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Práxis).

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A –

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR – SGE – NAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA/ES”, desenvolvida pela mestrandia Miriene Manzoli Rogge. Trata-se de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do Professor Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira e tem como objetivo geral: *compreender o processo de implementação do Sistema de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e analisar a avaliação dos profissionais das unidades de ensino acerca da referida política na realização do trabalho administrativo e pedagógico das escolas.*

Sua participação é voluntária, portanto, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Informamos, conforme Resolução 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde em seu Artigo 19 § 2º que, caso o(a) participante vier sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) mesmo(a) terá direito a assistência e a buscar indenização. Sendo assim, a qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato aqui explicitados:

Pesquisador Miriene Manzoli Rogge

Celular: (27) 998616547

E-mail: mirienemrufes@gmail.com

A pesquisa será em seu local de trabalho, e informamos que o senhor/a não terá nenhum gasto. Contudo, em caso de necessidade, todo e qualquer gasto decorrente desta pesquisa será arcado por Miriene Manzoli Rogge, responsável/autor da pesquisa. O estudo se realiza por meio da pesquisa qualitativa e nos pressupostos do estudo de caso, sendo realizado a partir dos seguintes procedimentos: a) solicitação à Rede Municipal de Educação Vila Velha/ES e às escolas para a realização da pesquisa; b) consulta documental; c) entrevista com profissionais das Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Vitória e Vila Velha, onde buscamos entender quais foram os fatores que motivaram a rede de ensino a aderir ao Sistema de Gestão Escolar, o processo de implementação da política e as expectativas quanto à ferramenta; d) aplicação de questionário a fim de compreender como os usuários avaliam a implantação e a utilização do Sistema de Gestão Escolar na gestão do trabalho administrativo e pedagógico das escolas.

A investigação elege 5 unidades de Ensino Fundamental do município de Vila Velha, sendo uma de cada região administrativa.

Ressaltamos que, devido à pandemia da Covid-19, a pesquisa será desenvolvida de acordo com todas as medidas de segurança, e não haverá lista de presença e nem endereço de e-mail, de forma que nenhum participante seja identificado além de manter a integridade física do pesquisador e dos participantes da investigação. Para tanto, sua participação será respondendo a um questionário que levará cerca de 10 minutos pelo “Google Forms”, de maneira on-line, que poderá ser realizada por um *smartphone*, computador, tablet etc. O convite para a participação da pesquisa será por meio de um *link* disponibilizado no e-mail institucional ou *smartphone* das unidades municipais de ensino fundamental de Vila Velha/ES.

Antes de responder ao questionário, o respondente terá direito de acesso ao teor do conteúdo para assim tomar a decisão de participação ou não da pesquisa. Assim que a coleta de dados for finalizada, eu, enquanto pesquisadora, assumo o compromisso de realizar o *download* dos dados coletados para um dispositivo local e apagar todo e qualquer registro do ambiente no qual foi compartilhado o documento. Enfatizamos a importância de você, participante, guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

Os dados obtidos por meio da pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Aos participantes da pesquisa ficam asseguradas a confidencialidade e a privacidade das informações coletadas nos documentos, bem como a proteção da imagem e a sua não estigmatização. As informações usadas não trarão prejuízo às pessoas e/ou às comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação.

O desenvolvimento da pesquisa tem risco de intensidade baixa, podendo ocorrer em âmbito individual, algum desconforto para responder ao questionário sugerido ou alguma outra atividade que venha impedir o participante de responder as perguntas propostas. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, em qualquer momento, o participante poderá optar pela suspensão imediata ou até mesmo pelo seu afastamento da pesquisa (ausentando-se em definitivo).

O (a) Sr.(a) não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo se afastar a qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o(a) Sr.(a) não mais será contatado(a) pela pesquisadora.

A pesquisa possibilitará, como benefício aos profissionais (gestores, diretores, professores, pedagogos e coordenadores) da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, uma apresentação de como se constituiu a implementação do SGE na rede municipal de Ensino de Vila Velha, apresentando a avaliação dos profissionais que trabalham com o SGE.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem nenhuma identificação de indivíduos participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento e rubrique as demais folhas. Esse documento possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável/coordenador da pesquisa.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o(a) Sr.(a) pode contatar a pesquisadora Miriene Manzoli Rogge, pelo telefone 27 998616547 ou

pelo endereço Rua Berlim 140, Araçás, Vila Velha/ES CEP 29103240.

Em caso de denúncia e/ou intercorrências na pesquisa o participante poderá contatar o Comitê de Ética e Pesquisa da UFES por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelos correios, através do endereço: Av. Fernando Ferrari, 514; Campus Universitário, sala 07 do prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória – ES, CEP 29090-075.

Assim, eu _____ declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e adicionalmente declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou ciente de que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

PRODUTO EDUCACIONAL

APRESENTAÇÃO

Caro professor, esse material é resultado do Mestrado Profissional em Educação – PPGMPE/EFES, que é um programa voltado especificamente para professores e profissionais que tenham vínculo com a educação. Uma das características do curso de Mestrado Profissional corresponde à elaboração de um produto educacional, além da escrita da dissertação, conforme disposto no artigo 33, do regimento interno do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação ao detalhar que:

Art. 33. A dissertação constituir-se-á na convergência do trabalho desenvolvido no curso, significando a sua culminância e devendo ser, obrigatoriamente, um trabalho individual revelador do domínio do tema escolhido e da capacidade de aplicação do conhecimento produzido à prática educativa e de gestão. Parágrafo Único. O produto que acompanha a dissertação deverá ter estreita relação com o tema da dissertação e aplicação na prática educativa ou de gestão.

No caminho trilhado para a organização dessa pesquisa, a partir das experiências no município de Vila Velha/ES, em diálogo com os professores da rede e também com os docentes participantes da pesquisa sobre a expansão e implementação do SGE, percebemos a necessidade da elaboração de um roteiro de orientação sobre a utilização do Sistema de Gestão Escolar para o perfil do Professor Regente.

O roteiro de orientação apresenta o passo a passo de acesso ao sistema com o intuito de auxiliar os professores regentes no preenchimento do diário de classe como, por exemplo: a) o plano de ensino; b) avaliações, c) registro de faltas por período; d) registros de notas trimestrais; e) relatórios diversos.

Este material está disponível gratuitamente e de forma on-line, no repositório digital de dissertações do PPGMPE/UFES, e também por meio de um QRcode que será encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES para que, caso tenham interesse, possa ser divulgado entre os docentes da rede municipal de ensino.

INTRODUÇÃO

Esse roteiro foi desenvolvido a partir de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação – PPGMPE, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, campus Goiabeiras. Tem como foco a Implementação do Sistema de Gestão Escolar nas Práticas Organizativas das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha/ES entre os anos 2016 e 2020.

Com a evolução das tecnologias, o diário de papel deu lugar à pauta eletrônica por meio do Sistema de Gestão Escolar, que é um sistema de computador em que os dados alimentados pelos professores e demais funcionários das escolas ficam compilados em um banco de dados. Esse feito ganha ainda maior destaque ao se tratar da gestão da escola pública, pois ela é financiada com o dinheiro do povo, e também por influenciar o futuro desse mesmo povo.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei 13.005/2014, e o Plano Estadual de Educação, implementado a partir da Lei 10.382/2015, em sua meta 19 estabelece que é preciso:

[...] assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recurso e apoio técnico da União para tanto (PNE e PEE/ES, meta 19).

Na esfera municipal, o Plano Municipal de Educação – PME – concerne um planejamento também para um período de dez anos, engendrado conforme os Planos Nacional e Estadual. No município de Vila Velha, foi aprovado pela Lei 5.629/2015, e sua meta 19 reforça os Planos Nacional e Estadual e visa: “[...] favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino” (PME, meta 19.10).

Ademais, o PME, de acordo com a meta 19, estratégia 19.25 visa

[...] implantar um sistema de coleta de dados educacionais, em parceria com outras Secretarias, que contemple informações sobre todo o sistema de ensino do Município, abrangendo as redes pública e privada, com vistas à elaboração de um sistema de indicadores educacionais (PME, meta 19.25).

Para que o município pudesse cumprir a meta 19, estratégia 25, do Plano Municipal de Educação, o Sistema de Ensino, por meio do conselho Municipal de Educação, juntamente com o poder Executivo e Secretaria Municipal de Educação – SEMED, discutiam a possibilidade de acordo entre os municípios de Vitória/ES e Vila Velha/ES para a implementação do SGE na cidade canela verde.

O Sistema de Gestão Escolar funciona como um instrumento que permite ao professor fazer o registro de frequência dos estudantes, incluir os conteúdos de aula, o plano de ensino trimestral e anual, as notas de provas, além de possibilitar gerar vários relatórios relacionados à vida escolar do aluno, isso tudo por meio de computadores, *notebooks*, *tablets* ou *smartphones* e pode ser acessado a qualquer tempo, em qualquer lugar do planeta, carecendo apenas de conexão com a rede mundial de computadores.

Tal sistema nos faz recordar Castells (2003) quando fala que uma determinada conexão de informações em rede pode ser denominada de Galáxia da Internet, ao realçar as mudanças no mundo empresarial, político, educacional, dentre outros, a partir da utilização da internet como Sistema de Comunicação Global, em que o planeta está conectado numa sociedade em rede, carecendo, apenas, de conexão com a rede mundial de computadores.

[...] A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no ocidente criou o que McLuhan chamou de a “galáxia de Gutenberg”, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a “galáxia da internet”. O uso da internet como sistema de comunicação e forma de organização explodiu nos últimos anos do segundo milênio. [...] A influência das redes baseadas na internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade do uso. Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura (CASTELLS, 2003, p. 8).

Surgia então, a possibilidade da escola interconectada, confirmada nas palavras de Castells (2003), sendo um projeto ousado e uma nova atividade, utilizando as oportunidades oferecidas pela internet como um meio fundamental de comunicação e

processamento de informação que a escola utiliza como sua forma organizacional, aprendendo com a prática.

Conforme apresentado anteriormente, para ter acesso ao Roteiro de Orientação “**Módulo Professor**”, basta apontar a câmera do smartphone para o QRcode a seguir. As orientações poderão auxiliar os professores quanto ao preenchimento do diário de classe.

